

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA**

EMERSON JOSÉ SOARES

**CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PAPEL DOS
INSTITUTOS FEDERAIS PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NOS
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM SANTA CATARINA
NO PERÍODO 2008- 2018**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2018

EMERSON JOSÉ SOARES

**CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PAPEL DOS
INSTITUTOS FEDERAIS PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NOS
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM SANTA CATARINA
NO PERÍODO 2008- 2018**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas em Perspectiva.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S676c
2018 Soares, Emerson José
Capital humano e desenvolvimento regional : o papel dos
Institutos Federais para a qualificação profissional nos territórios
da cidadania em Santa Catarina no período 2008-2018 / Emerson
José Soares.-- 2018.
154 f.: il.; 30 cm.

Disponível também via World Wide Web.
Texto em português com resumo em inglês.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica
Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento
e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento
Público e Desenvolvimento, Curitiba, 2018.
Bibliografia: f. 141-149.

1. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia -
Avaliação. 2. Ensino profissional - Santa Catarina. 3. Ensino técnico
- Santa Catarina. 4. Qualificações profissionais. 5. Cidadania. 6.
Capital humano. 7. Planejamento regional. 8. Desenvolvimento
econômico. 9. Educação para o trabalho. 10. Rede Federal de
Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil) - Política
governamental. 11. Administração pública - Dissertações. I. Meza,
Maria Lucia Figueiredo Gomes de, orient. II. Universidade
Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em
Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 351

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba – UTFPR
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO N° 80

A Dissertação de Mestrado intitulada **Capital humano e desenvolvimento regional: o papel dos Institutos Federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina no período 2008 - 2018** defendida em sessão pública pelo (a) mestrando(a) **Emerson José Soares**, no dia 30 de agosto de 2018, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, área de concentração Planejamento Público e Desenvolvimento, e aprovada em sua forma final, pelo **Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública**.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.a Dr.a Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza – UTFPR (Presidente)

Prof. Dr. Rogério Allon Duenhas – UTFPR

Prof. Dr. Mario Procopiuck – PUC-PR

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 30 de agosto de 2018

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

Dedico esta dissertação aos meus pais, Albari e Marlene, exemplos de caráter e humildade.

Aos meus irmãos e irmãs, João, Tirson, Rosana e Silvana, por terem me ensinado a viver com simplicidade.

À minha esposa, Marta, amor da minha vida e amiga inseparável, pela compreensão nos inúmeros momentos de minha ausência como pai e esposo.

Aos meus filhos Pedro e Mariana, que Deus continue os abençoando.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever estas palavras, deixo registrado toda a minha gratidão pelo trabalho desenvolvido até aqui. Foram muitas as pessoas com quem tive imenso prazer em conviver e que agora agradeço.

Antes, agradeço a Deus por ter me conduzido até aqui. Tenho a certeza de sua presença em minha vida, mas neste período especial que vivi, pude perceber ainda mais que está comigo e que a caminhada continua.

À professora Malu, pela paciência, ensinamentos, confiança, competência profissional e generosidade em compartilhar comigo um pouco de sua sabedoria. Muito obrigado!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, pelos valiosos momentos de aprendizado que me proporcionaram: Ana Paula, Anderson, Christian, Décio, Isaura, Ivan, Simone e Vanessa. Muito obrigado!

À banca examinadora da qualificação e de defesa, pelas valiosas contribuições. Muito obrigado!

Aos colegas da turma do Mestrado do ano de 2016, pelos inúmeros momentos de convivência que compartilhamos: André, Andréa, Allana, Camila, Herbert, João André, João Augusto, Joseph, Renato, Ricardo, Rodrigo, Viviani, Wellington e à memória do inesquecível Emerson Rogério Moleta.

Por último e não menos importante, em especial aos meus familiares, amigos e colegas de IFSC que torcem pelo meu sucesso e são companheiros nesta jornada maravilhosa da vida.

Que Deus abençoe a todos!

Resplandecente é a Sabedoria e sua beleza é inalterável: os que a amam descobrem-na facilmente, os que a procuram encontram-na. Ela antecipa-se aos que a desejam. Quem, para possuí-la, levanta-se de madrugada, não terá trabalho, porque a encontrará sentada à sua porta.

Livro da Sabedoria 6,12-14.

RESUMO

SOARES, Emerson José. **Capital humano e desenvolvimento regional: O papel dos Institutos Federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina no período 2008-2018.** 154f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2018.

A lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica trouxe consigo diversas transformações nas regiões atendidas que são passíveis de uma análise sobre seus efeitos em termos de desenvolvimento demográfico, econômico e social. A recente expansão da Rede Federal, que ocorreu entre os anos de 2009 a 2016, ampliou a oferta gratuita de educação profissional e tecnológica no interior do país, especialmente nas regiões denominadas territórios da cidadania. O objetivo da pesquisa é analisar o papel dos Institutos Federais para a qualificação profissional nos territórios da cidadania catarinenses e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Buscou-se analisar, através do debate teórico sobre a teoria do capital humano, observando os estudos de Becker(1964), Mincer(1958), Schultz(1963), Romer(1990) e Lucas(1988) e o desenvolvimento regional, observando os estudos de Boisier(1972), como seus contextos traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento das comunidades com as instituições públicas de ensino profissionalizante através das ações planejadas, executadas e avaliadas pelas instituições envolvidas, observando as políticas públicas criadas para estes fins. A pesquisa configura-se como um estudo de caso descritivo e analítico. Foram analisados os documentos destas instituições de ensino e os dados socioeconômicos dos 42 municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania de Santa Catarina no período compreendido entre 2008 e 2018. Foram utilizados ainda os dados resultantes de pesquisa, via questionários *on line* com egressos dos câmpus analisados e com empresas locais e regionais. A pesquisa justifica-se no sentido de que o desenvolvimento socioeconômico de uma região está, em muitos casos, relacionado diretamente ao aumento da qualificação profissional da mão de obra e que o aumento na qualificação profissional do trabalhador proporciona melhoria do bem estar social. Observou-se que os Institutos Federais desempenham o papel de articuladores, juntamente com os demais atores envolvidos no processo, por possuírem uma conexão com a região em que estão inseridos, com destaque para a promoção do desenvolvimento regional endógeno, através da realização de audiências públicas para a definição dos cursos a serem ofertados para as comunidades e para a promoção da educação profissional e tecnológica articulada com os arranjos produtivos locais, contribuindo para o aumento da admissão ao emprego nos municípios com câmpus nestes territórios.

Palavras Chave: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Desenvolvimento Regional. Capital Humano. Territórios da Cidadania.

ABSTRACT

SOARES, Emerson José. **Human capital and regional development: The role of the Federal Institutes for the professional qualification in the territories of the citizenship in Santa Catarina in the period 2008-2018.** 154f. Dissertation (Master in Planning and Public Governance) - Postgraduate Program in Planning and Public Governance, Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Curitiba, Brazil, 2018.

The Law 11.892 of December 29, 2008, which established the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education brought with it several transformations in the assisted areas that are capable of analyzing its effects in terms of demographic, economic and social development. The recent expansion of the Federal Network, which occurred between 2009 and 2016, expanded the free offer of professional and technological education in the interior of the country, especially in the regions called citizenship territories. The purpose of the research is to analyze the role of the Federal Institutes for professional qualification in the territories of citizens of Santa Catarina and their contribution to regional development. It was sought to analyze the studies of Becker (1964), Mincer (1958), Schultz (1963), Romer (1990) and Lucas (1988) and regional development, observing the studies of Boisier (1972), as their contexts translate into the different forms of community relations with public institutions of vocational education through the actions planned, executed and evaluated by the institutions involved, observing the public policies created for these purposes. The research is configured as a descriptive and analytical case study. We analyzed the documents of these educational institutions and the socioeconomic data of the 42 municipalities belonging to the two territories of the citizenship of Santa Catarina in the period between 2008 and 2018. We also used the data resulting from research, via online questionnaires with students from the analyzed campuses and with local and regional companies. The research is justified in the sense that the socioeconomic development of a region is in many cases directly related to the increase in the professional qualification of the workforce and that the increase in the professional qualification of the worker provides improvement of the social welfare. It was observed that the Federal Institutes play the role of articulators, together with the other actors involved in the process, because they have a connection with the region in which they are inserted, with emphasis on the promotion of endogenous regional development through public hearings for the definition of the courses to be offered to the communities and for the promotion of professional and technological education articulated with the local productive arrangements, contributing to the increase of admission to employment in municipalities with campuses in these territories.

Keywords: Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. Regional development. Human capital. Territories of Citizenship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição do PIB nas mesorregiões de Santa Catarina	84
Tabela 2: Alunos matriculados e formados nos IF's por câmpus – 2010 - 2017	87
Tabela 3: Quantitativo de servidores por nível de qualificação nos câmpus pesquisados.....	88
Tabela 4: Projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos e pedidos de patente nos câmpus observados na pesquisa desde 2008.....	89
Tabela 5: Admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense	90
Tabela 6: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Planalto Norte Catarinense	91
Tabela 7: Admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Catarinense.....	94
Tabela 8: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Meio Oeste Contestado	96
Tabela 9: Número de trabalhadores das empresas que responderam ao questionário	105
Tabela 10: Funções desempenhadas pelos profissionais contratados	106
Tabela 11: Benefícios proporcionados pelos egressos	107
Tabela 12: PIB Municipal e per capita dos Municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado	113
Tabela 13: PIB Municipal e per capita dos Municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense	114
Tabela 14: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Abelardo Luz e municípios limítrofes	116
Tabela 15: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Luzerna e municípios limítrofes	118
Tabela 16: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Xanxerê e municípios limítrofes	119
Tabela 17: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Canoinhas e municípios limítrofes	120
Tabela 18: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para São Bento do Sul e municípios limítrofes	121
Tabela 19: Estimativa de salários recebidos pelos servidores dos câmpus	122
Tabela 20: Total de egressos de nível técnico até o ano de 2017.....	123

Tabela 21: Arrecadação do IPTU para os municípios de Canoinhas, Luzerna e Xanxerê.....	128
Tabela 22: Renda média dos estudantes do IFSC e IFC.....	129
Tabela 23: Estratos socioeconômicos para o Brasil	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Determinantes do desenvolvimento econômico.....	40
Quadro 2: Definição das categorias de análise	54
Quadro 3: Documentos e fontes de dados institucionais analisados	60
Quadro 4: Resumo dos aspectos metodológicos	64
Quadro 5: Relação dos municípios atendidos pela RFEPCT e suas localizações	81
Quadro 6: APL's das mesorregiões com câmpus da RFEPCT	82
Quadro 7: Exemplos de cursos ofertados nos câmpus do IFC e do IFSC	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB por setores da economia brasileira em 2016.....	83
Gráfico 2: Motivação dos egressos para a realização do curso	99
Gráfico 3: Colocação no mercado de trabalho em sua área de formação após a formatura... ..	100
Gráfico 4: Benefícios proporcionados pelos IF's aos egressos.....	101
Gráfico 5: Expectativa proporcionada pelos IF's aos egressos	101
Gráfico 6: Localização do trabalho atual dos egressos	102
Gráfico 7: Percepções dos egressos com relação à exigência do mercado de trabalho quanto à capacitação profissional desenvolvida nos IF's.....	103
Gráfico 8: Avaliação dos IF's pelos egressos	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Territórios da Cidadania em Santa Catarina	61
Figura 2: Resumo do atendimento aos objetivos propostos	63
Figura 3: Municípios atendidos pela RFEPCT em 2005	68
Figura 4: Municípios atendidos pela RFEPCT em 2016	69
Figura 5: Espacialização dos câmpus da RFEPCT em 2005.....	71
Figura 6: Espacialização dos câmpus da RFEPCT em 2006.....	72
Figura 7: Espacialização dos câmpus da RFEPCT em 2010.....	75
Figura 8: Espacialização dos câmpus da RFEPCT em 2016.....	77
Figura 9: Vista área da região ao redor do câmpus Canoinhas no ano de 2008.....	125
Figura 10: Vista área da região ao redor do câmpus Canoinhas no ano de 2018.....	125
Figura 11: Vista área da região ao redor do câmpus Luzerna no ano de 2008.....	126
Figura 12: Vista área da região ao redor do câmpus Luzerna no ano de 2018.....	126
Figura 13: Vista área da região ao redor do câmpus Xanxerê no ano de 2008	127
Figura 14: Vista área da região ao redor do câmpus Xanxerê no ano de 2018	127

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
APL's	Arranjos Produtivos Locais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET's	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FINBRA	Finanças Brasil
GCA	Gasto Corrente por Aluno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHm	Índice de Desenvolvimento Humano municipal
IF's	Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MST	Movimento dos Sem Terra
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTC	Programa Territórios da Cidadania

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEBRAE/SC	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	23
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	24
1.2.1 Objetivo Geral.....	24
1.2.2 Objetivos Específicos.....	24
1.3 JUSTIFICATIVA.....	25
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	28
2. TEORIA DO CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	29
2.1 CAPITAL HUMANO: PRINCIPAIS TEORIAS, CONCEITOS E AUTORES.....	32
2.2 CAPITAL HUMANO: O PAPEL DA EPT NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	41
3. METODOLOGIA	53
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	53
3.1.1 Perguntas de Pesquisa.....	53
3.1.2 Categorias de Análise.....	53
3.1.3 Delimitação e Design da Pesquisa.....	56
3.1.4 Limitações da Pesquisa, Classificação Metodológica.....	63
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1 A EXPANSÃO DA RFEPECT NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.....	65
4.2 O CAPITAL HUMANO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CATARINENSES.....	79
4.2.1 Território da Cidadania do Planalto Norte.....	89
4.2.2 Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado.....	94
4.2.3 Resultados da Pesquisa de Campo.....	98
4.2.3.1 Resultados da Pesquisa de Campo com os Egressos.....	99
4.2.3.2 Resultados da Pesquisa de Campo com os Setores de Recursos Humanos das Empresas Locais.....	104
4.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CATARINENSES.....	108
4.3.1 O Papel dos Atores Locais na EPT.....	108

4.3.2 O Perfil Socioeconômico dos Territórios da Cidadania Catarinenses	112
4.3.2.1 Dados socioeconômicos dos municípios no Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado.....	112
4.3.2.2 Dados socioeconômicos dos municípios no Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense.....	114
4.3.2.3 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Abelardo Luz	115
4.3.2.4 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Luzerna	116
4.3.2.5 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Xanxerê.....	118
4.3.2.6 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Canoinhas.....	119
4.3.2.7 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de São Bento do Sul.....	120
4.3.3 Incremento na Circulação de Recursos Financeiros	122
4.3.4 Valorização Imobiliária.....	124
4.3.5 Inclusão Social	128
5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	134
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON LINE PARA OS EGRESSOS	150
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ON LINE PARA OS SETORES DE RECURSOS HUMANOS DAS EMPRESAS LOCAIS.....	153

1. INTRODUÇÃO

A instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT em 29 de dezembro de 2008, através da lei 11.892 trouxe para o país diversas transformações regionais que são passíveis de uma análise sobre seus efeitos em termos de desenvolvimento demográfico, econômico e social. A expansão da RFEPCT ocorrida entre os anos de 2009 e 2016 através da junção dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET's e dos Colégios Agrícolas Federais, que passaram a ser denominados Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IF's aliados à construção de cerca de 270 câmpus, ampliou a oferta gratuita de educação profissional no interior do país, em regiões historicamente menos favorecidas, em todos os níveis de ensino: capacitação, técnica, tecnológica, graduação e pós-graduação. Pertencem ainda à RFEPCT instituições que optaram por não se vincularem aos IF's, tais como: CEFET's dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Um dos objetivos das instituições pertencentes à RFEPCT é contribuir para o desenvolvimento regional por intermédio da oferta de educação profissional em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de consolidar e fortalecer os arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008). Para que isto seja possível é necessário que as potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região estejam de acordo com as características das ações planejadas em cada instituição.

Ao possibilitar novas formas de inclusão produtiva, seja através da educação básica, técnica, tecnológica, graduação ou de pós-graduação, o governo brasileiro indica que a constituição de uma base sólida de capital humano desenvolvida de maneira eficaz é capaz de fazer com que o país cresça em termos de desenvolvimento regional através da educação profissional e tecnológica.

A expressão “Educação Profissional e Tecnológica - EPT” é genérica e abrange uma ampla gama de processos de formação profissional nas mais variadas instituições e modalidades de ensino. Ao observar os termos educação profissional e tecnológica, ensino profissionalizante, formação

profissional e qualificação profissional na literatura, percebe-se uma divergência de conceitos. Surgem relacionados tanto ao ensino ofertado em instituições públicas e particulares devidamente regulamentadas pelo Ministério da Educação quanto por instituições comunitárias ou sindicais, departamentos de recursos humanos de empresas, organizações não governamentais, etc. (Christophe, 2005). Desta forma, além das instituições pertencentes à RFEPCT, destacam-se no país outras instituições de ensino profissionalizante que também contribuem para o desenvolvimento regional através da EPT, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e as Escolas Técnicas Estaduais, entre outras.

Este trabalho observa o papel dos IF's, pertencentes à RFEPCT, em função da intencionalidade, pois o pesquisador é servidor público em uma das instituições e devido a EPT ter passado a assumir um valor estratégico para o desenvolvimento regional, sendo resultado das transformações ao longo das últimas décadas na RFEPCT, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com os esforços para a expansão dos IF's (PACHECO, 2011). Com uma estrutura *multicampi* os IF's se relacionam diretamente com as localidades e regiões. É neste sentido que os IF's constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional (PACHECO, 2011).

De acordo com o Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2016), para o ano de 2016, a RFEPCT possuía 691.784 alunos matriculados, distribuídos entre cursos de formação inicial e continuada¹, técnica, tecnológica, superior e de pós-graduação nos seguintes eixos tecnológicos: 1) Ambiente e Saúde; 2) Controle e Processos Industriais; 3) Desenvolvimento Educacional e Social; 4) Gestão e Negócios; 5) Informação e Comunicação; 6) Infraestrutura; 7) Produção Alimentícia; 8) Produção Cultural

¹ Os cursos de formação inicial caracterizam-se como o ponto de partida para o ingresso ao mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento. A formação continuada é compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento e atualização das experiências profissionais adquiridas, onde o indivíduo tem a oportunidade de ampliar suas competências profissionais.

e Design; 9) Produção Industrial; 10) Recursos Naturais; 11) Segurança e; 12) Turismo, Hospitalidade e Lazer. Em 2016 a RFEPCT possuía 564 câmpus. O valor do orçamento total da RFEPCT para o ano de 2016 foi de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. O gasto corrente por aluno, indicador que mede o custo médio de cada aluno matriculado da RFEPCT para o Governo Federal, no ano de 2016, foi de R\$12.917,35. O Relatório não apresenta os gastos correntes por aluno divididos por cursos.

Os recentes esforços do governo federal em promover a EPT no território nacional conforme as demandas locais para fins de desenvolvimento socioeconômico já foi discutido por muitos economistas, que destacaram a relação entre a formação do indivíduo e o desenvolvimento econômico a partir do debate do capital humano.

A importância do conhecimento para a sociedade e como este vem se tornando o principal recurso desta para o progresso acrescenta dois novos objetivos à educação profissional: a conversão do conhecimento em ação, através do desenvolvimento cognitivo proporcionado e resultados na região em que a escola está inserida, através da Taxa Interna de Retorno - TIR da educação².

O desenvolvimento humano através do conhecimento é um processo que proporciona ao indivíduo ampliar o leque de oportunidades à medida que adquirem mais capacidade para resolver problemas que lhe são impostos. Ele se traduz na possibilidade real do indivíduo conseguir influenciar os processos que moldam sua vida.

Oliveira (2002) afirma que o desenvolvimento humano vem ocupando um lugar de destaque no debate sobre o conceito de desenvolvimento desde o início da década de 1990. De acordo com ele, para atingir excelentes índices de desenvolvimento humano é necessário que a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade social, seja reduzida. De acordo com Souza, Xavier (2010), ao apresentar a possibilidade de pensar o desenvolvimento regional a partir da difusão científica e tecnológica espera-se que os atores

² A Taxa Interna de Retorno – TIR da educação é a taxa que iguala o valor presente dos custos de um ano a mais de educação ao valor presente dos benefícios deste ano adicional de estudo. Os primeiros estudos para o Brasil foram realizados na década de 1970 por Castro (1970) e Langoni (1974).

políticos e sociais possam se articular com maior propriedade para garantir a inclusão social.

A valorização da formação profissional, considerando-a como estratégica para a diminuição da desigualdade social em um país, conforme observa Ferreira (2000), confirma que a educação acumulada pelo trabalhador sobre a renda percebida é superior a fatores como segmentação de mercado, seja setorial, regional ou formal/informal e discriminação, seja de gênero ou raça. Segundo Ferreira (2000, p.24) “a evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade social brasileira”. Pois a educação, ao proporcionar melhores condições de trabalho, permite que o indivíduo garanta a sua subsistência e se beneficie de segurança econômica, fundamentais para o crescimento econômico equitativo e para o equilíbrio social. Oferecendo também condições de uma participação plena na sociedade e proporcionando sentimentos de dignidade e valor próprio.

O trabalho é fundamental no processo de desenvolvimento humano na medida em que mobiliza, de formas diferentes, indivíduos de todo o mundo e ocupa uma parte importante das suas vidas. O desenvolvimento humano, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2015), significa o desenvolvimento das pessoas através da educação para que estas possam melhorar a qualidade de suas vidas e ter condições de participar ativamente na sociedade em que estão inseridas. Assim, este conceito não se traduz somente no aumento dos rendimentos, mas também na maximização das escolhas, possibilitando ao indivíduo ter uma vida saudável e participativa.

Observar o caráter espacial da relação existente entre a educação e o desenvolvimento regional conduz à reflexão sobre como a educação pode se tornar um instrumento de desenvolvimento de estratégias territoriais com competência para elaborar alternativas e possibilidades que agreguem valor aos processos, principalmente no que se refere a sua articulação com os Arranjos Produtivos Locais- APL's.

Uma das vertentes da estratégia de atuação do Governo Federal para o desenvolvimento social do país consiste na realização de ações integradas de políticas públicas para os APL's. De acordo com Erber (2008), os APL's são

caracterizados como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si. Entre os agentes participantes dos APL's, pode-se observar: empresas produtoras, empresas fornecedoras de insumos, empresas prestadoras de serviços, associações de classe, associações comerciais, instituições de suporte, instituições de serviços, instituições de ensino e pesquisa, instituições de fomento, instituições financeiras e o Estado nos três níveis de governo. Portanto, os APL's compreendem um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, etc.) que possuam sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicas ou históricas). À medida que os arranjos produtivos evoluem e se consolidam, mecanismos capazes de definir diretrizes para o desenvolvimento dessas ações vão se estabelecendo. O Governo Federal, por outro lado, desempenha papel importante na estruturação desses arranjos. O Programa Territórios da Cidadania – PTC, do Governo Federal articula-se com os APL's através de ações para alcançar o desenvolvimento social por meio da universalização de programas básicos de cidadania, planejamento, integração de políticas públicas e ampliação da participação social em regiões com características rurais.

O PTC prioriza ações em regiões do país onde os investimentos públicos são insuficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população e acelerar processos regionais que possibilitem o incremento das oportunidades de geração de renda da população com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Seu principal objetivo é apoiar e fortalecer as capacidades sociais de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento regional. É uma ação do Governo Federal dirigida principalmente para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas. O PTC tem como metas primordiais identificar, caracterizar e melhorar as áreas mais carentes do país e por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável promover o desenvolvimento econômico, universalizar e integralizar programas e ações. Estabelecendo parcerias constantes entre o Governo Federal, Estados e Municípios. Entre seus objetivos destacam-se ainda a ampliação do acesso da população aos programas federais para a

redução da pobreza (CAZELLA et al., 2013).

De acordo com os dados do PTC (BRASIL, 2009) foram beneficiados através deste programa de governo, em 2009, 1.852 municípios em todo o país. A população total atendida foi de 42,4 milhões e desta, 13,1 milhões em regiões rurais, 1,9 milhões de agricultores familiares, 525,1 mil famílias de assentados da reforma agrária, 210,5 mil pescadores, 810 comunidades quilombolas e 317 terras indígenas. O orçamento total para este ano foi de R\$23,5 bilhões, distribuídos através de sete grupos de ações: 1) Direitos e Desenvolvimento Social; 2) Organização Sustentável da Produção; 3) Saúde, Saneamento e Acesso à Água; 4) Educação e Cultura; 5) Infraestrutura; 6) Apoio à Gestão Territorial e; 7) Ações Fundiárias. Esta divisão, de acordo com o MDA (2010) objetivam realizar a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Isto se faz por meio de estratégias de desenvolvimento territorial, que buscam integrar as políticas públicas, com o propósito de reduzir as desigualdades sociais através da integração entre governos municipais, estaduais, federal e sociedade.

A análise territorial é um processo de coleta sistemática de dados que informarão sobre as características e as relações espaciais de uma população e a região na qual está inserida. Assim, a importância do reconhecimento territorial e seus contextos traduzem-se nas diferentes formas de relacionamento da população com as instituições públicas.

O capital humano está relacionado com o processo de desenvolvimento regional não apenas como uma causa, mas também como um efeito do desenvolvimento econômico. De acordo com Mincer (1995), a relação recíproca entre o crescimento econômico e o crescimento do capital humano é considerada como uma chave importante para o desenvolvimento econômico.

Sendo assim, esta pesquisa apresenta uma análise do papel dos IF's para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania catarinenses através da sua contribuição para o desenvolvimento do capital humano. Em Santa Catarina existem dois territórios da cidadania: o Território do Planalto Norte Catarinense e o Território do Meio Oeste Contestado. A RFEPCT, através dos IF's, está presente em 5 municípios nos dois territórios catarinenses. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE (IBGE, 2014), a população total atendida pelos IF's nestes 5 municípios é de 194.394 habitantes, o que corresponde a 31% da população total dos dois territórios, que é de 629.078.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo tem como tema de pesquisa o capital humano no desenvolvimento regional. Desta maneira, esta dissertação apresenta o seguinte problema de pesquisa:

Qual é o papel dos IF's no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina?

Para responder este questionamento é necessário observar as variáveis existentes em uma escala temporal que permita demonstrar os efeitos sobre o desenvolvimento regional nos municípios analisados em função da expansão da RFEPCT em Santa Catarina. Desta maneira, o estudo incidiu no período compreendido entre os anos de 2009 e 2016, por situar-se no período do processo de expansão da RFEPCT.

A hipótese da pesquisa é que os novos câmpus da RFEPCT são capazes de desempenhar seu papel, contribuindo para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania catarinenses, através da promoção da EPT articulada com os arranjos produtivos locais.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir do problema de pesquisa definido, foram delimitados os seguintes objetivos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o papel dos IF's para a qualificação profissional nos territórios da cidadania catarinenses e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

1.2.2 Objetivos Específicos

a)-Compreender o papel do Estado no desenvolvimento regional a partir das políticas nacionais de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e do Programa Territórios da Cidadania;

b)-Discutir o processo de desenvolvimento regional endógeno nos territórios da cidadania catarinenses através da educação profissional e tecnológica;

c)-Discutir a dinâmica regional dos territórios da cidadania catarinenses a partir das características socioeconômicas desde a implementação dos IF's.

1.3 JUSTIFICATIVA

Na sociedade atual, o conhecimento é o recurso básico para os indivíduos e para a economia em geral. A terra, a mão de obra e o capital, tradicionais fatores de produção, não desaparecem, mas se tornam secundários. Eles podem se tornar mais produtivos desde que exista conhecimento especializado. No entanto, apenas o conhecimento especializado em si não é capaz de produzir nada. Ele torna-se produtivo quando é integrado a uma atividade laboral. E é esta a razão pela qual a sociedade do conhecimento é também uma sociedade de organizações: o objetivo e a função de toda organização é a integração dos conhecimentos especializados para a execução de uma atividade laboral comum. Para Drucker (1970), o fato de o conhecimento ter se tornado o principal recurso da sociedade moderna acrescenta uma terceira função às tarefas tradicionais das instituições de ensino: o serviço comunitário, ou seja, a conversão do conhecimento em ação e resultados na comunidade em que está inserida.

A EPT ganhou o reconhecimento de que dentro dela se estabelece uma correlação de força entre os setores que sempre tomaram como um braço a favor da acumulação de capital e um movimento interno que vislumbraria no trabalho educativo. Assim, torna-se um importante instrumento de política social visando à diminuição das desigualdades sociais aos que possuem acesso à educação, ascendendo socialmente através dela. Enquanto política pública, os IF's assumem o papel de agentes que colaboram na construção das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação junto ao poder público e às comunidades locais (BRASIL, 2008a; PACHECO, 2011).

Neste sentido, este estudo buscou entender o papel da RFEPCT para o desenvolvimento regional através dos IF's. Entendendo que estes são capazes de responder à necessidade da institucionalização da EPT como política pública e social.

Neste contexto, a EPT constitui-se num espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento regional. No entanto, deve ir além da compreensão de uma educação como mera

instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho, onde este impõe suas diretrizes. É importante situá-la como potencializadora de uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma atividade integrativa com o desenvolvimento regional (BRASIL, 2008).

Observar o território como sendo meramente o espaço onde a sociedade interage e se desenvolve é realizar uma abordagem superficial sobre o tema quando este conceito está articulado com a gestão de políticas públicas. Para Santos e Silveira (2010), o território deve ser visto como unidade e diversidade, e é uma questão central da história humana de cada país, constituindo-se o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. O território cria necessidades de formação de pessoas nos lugares. É trazido o conceito de território pela sociedade, que, de maneira geral, impõe sua lógica à dinâmica educacional nos diversos níveis de ensino e existe uma relação biunívoca entre educação e território: a educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional.

A análise do processo de desenvolvimento regional será feita a partir do olhar sobre a abordagem territorial que embasa os instrumentos de política pública, especialmente o PTC - Programa Territórios da Cidadania, criado através de decreto presidencial em 25 de fevereiro de 2008. O PTC tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: 1) Integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; 2) Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; 3) Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; 4) Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; 5) Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações (BRASIL, 2008). Os IF's estão

inseridos no contexto do PTC através do processo de expansão que a RFEPCT passou entre os anos de 2009 a 2016: um dos critérios para a escolha das cidades que receberiam um câmpus da RFEPCT, durante uma das fases do processo, foi pertencer a um território da cidadania. No quarto capítulo deste trabalho será detalhado o processo de expansão da RFEPCT.

A escolha da RFEPCT se deu primeiramente por ser uma instituição pública de ensino profissionalizante presente em todo o território brasileiro e possuir uma estrutura direcionada ao desenvolvimento tecnológico e regional. Outro fator a ser considerado é que a RFEPCT, através de seus dois IF's presentes em Santa Catarina: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC; possui 5 câmpus nos territórios da cidadania, situados nas cidades de Abelardo Luz, Canoinhas, Luzerna, São Bento do Sul e Xanxerê, possibilitando uma ampla abrangência de seu entorno geográfico, social e econômico com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. E, por fim, por conveniência e acessibilidade, pois o pesquisador é servidor de uma das instituições de ensino a ser analisada.

Até o presente momento, em pesquisa realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com o termo “territórios da cidadania”, vinte trabalhos foram encontrados. Destes, quinze são dissertações e cinco teses envolvendo o termo em seu título. Em pesquisa realizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES utilizando o termo “territórios da cidadania” e somente com retorno para artigos que continham este termo em seu título; quinze trabalhos foram encontrados. Cabe aqui destacar que esta dissertação também busca incentivar estudos futuros sobre o assunto.

O presente estudo tem aderência à linha de pesquisa em planejamento e políticas públicas, com foco no projeto de pesquisa em políticas públicas em perspectiva: análises e processos; pois busca verificar o papel dos IF's para o desenvolvimento regional, destacando seu papel nos territórios da cidadania para o seu crescimento econômico. Além disso, visa contribuir com o conhecimento sobre a relação entre a EPT e a teoria do capital humano como relevante ao desenvolvimento regional.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução em que se sintetiza, no primeiro tópico, a contextualização do tema em estudo e suas relações, destacando os pontos em comum. Esta parte apresenta ainda o problema de pesquisa e sua hipótese, os objetivos: geral e específicos, finalizando com a justificativa da pesquisa.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica relacionada ao tema de pesquisa. Através da contextualização da teoria do capital humano, observando seus principais autores, com o desenvolvimento regional e a educação profissional e tecnológica, demonstra-se a relação existente entre estas variáveis.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada na pesquisa. Buscou-se trilhar um caminho metodológico que permita demonstrar a importância do tema de pesquisa. São explicitadas as perguntas de pesquisa, as categorias de análise, as definições constitutivas e operacionais e o delineamento da pesquisa, juntamente com informações sobre a coleta e análise de dados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Inicialmente é apresentado o processo histórico da EPT através da identificação do perfil da RFEPCT no Brasil e em Santa Catarina. São analisados os perfis socioeconômicos dos municípios pertencentes aos territórios da cidadania catarinenses antes e depois da implementação dos câmpus dos IF's. Seguido da discussão do papel do Estado no contexto sobre os territórios da cidadania catarinenses e seu desenvolvimento regional através da EPT. Por fim são apresentadas reflexões sobre o papel dos IF's para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania e sua dinâmica em Santa Catarina através da análise bibliográfica, documental e dos dados obtidos dos questionários de pesquisa aplicados. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões sobre os principais resultados encontrados.

2. TEORIA DO CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para compreender o papel dos IF's no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina inicia-se a discussão a partir dos seguintes conceitos: teoria do capital humano, EPT e desenvolvimento regional. Inicialmente faz-se um debate sobre as diferentes abordagens da teoria do capital humano, incluindo as diferenças e convergências entre elas. Na sequência, são apresentados os conceitos de EPT e desenvolvimento regional e as relações existentes entre estes. Esta compreensão permitirá entender a EPT como um fator que contribui para o desenvolvimento regional.

O capital humano tem sido objeto central em debates no meio acadêmico em todos os países do mundo, pela complexidade e características dos processos que o envolve. Todas as preocupações e discussões acerca deste conceito são resultado do impacto que o conceito suscita e das questões que a teoria do capital humano provoca. Estes debates traduzem dois pressupostos básicos por parte das autoridades públicas: primeiro, que as mudanças econômicas e tecnológicas que tem ocorrido desde a década de 1970 exigem novos e mais elevados níveis de capital humano; segundo, que o governo possui capacidade para alterar o sistema de educação e de formação profissional de maneira a melhorar os respectivos resultados e assim aumentar o desempenho econômico do país (TEIXEIRA, 2007).

Observa-se também que o capital humano tem se constituído como prioridade política, econômica e social para a maioria das economias mundiais e, em particular, para os países industrializados. Cada vez mais países, estados e municípios estão colocando a educação, seja ela profissionalizante ou não, no centro de suas estratégias de desenvolvimento (OCDE, 1998, p.7). O crescente interesse nas *smartcities* reflete as mudanças estruturais que tem ocorrido nas últimas décadas. Maia (1993) afirma que atualmente esses fatores são essenciais não apenas para o sucesso individual, mas também para ganhar vantagens econômicas municipais, regionais e nacionais. Ele argumenta que as vantagens comparativas estão crescentemente mais dependentes dos recursos humanos, do desenvolvimento do conhecimento e de inovações contínuas, do que o acesso ao capital físico, financeiro e de matérias primas. Chiavenatto (1999) ressalta que a era da informação colocou

o conhecimento como o recurso organizacional mais importante e isto trouxe situações completamente inesperadas, colocando a crescente importância do capital humano como riqueza organizacional. Chiavenatto (1999) destaca que:

A empresa mais valiosa do mundo é a empresa com o maior valor de mercado do mundo, logo, as empresas não valem apenas por seu patrimônio físico e tecnológico, mas pelo valor que seus funcionários são capazes de agregar a seu negócio (1999, p. 11).

Desta maneira, reforça-se a importância que o conhecimento passou a ter no contexto da sociedade atual.

A ideologia da TIR sustenta que o investimento em educação é altamente recomendável sob os mais diversos aspectos, pois beneficia o indivíduo, tornando-o mais produtivo e permitindo-lhe auferir melhor renda. Também beneficia a sociedade, garantindo-lhe condições de progresso técnico, científico e desenvolvimento cultural e econômico em geral³.

É importante também ressaltar que a distinção entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico são temas de debate no meio acadêmico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento econômico, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir, de acordo com Samuelson e Nordhaus (1988)

as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)(1988, p.537).

Boisier (2010) destaca que o desenvolvimento e o crescimento são, em seu início, processos locais, que se tencionam na consolidação de limites de reprodução em seu interior que visem sua expansão para que possam se reproduzir fora daquele território. Nestes processos, o principal meio de alcançar o desenvolvimento é através dos indivíduos ali inseridos. À medida

³ Para uma melhor compreensão da TIR na educação brasileira, consultar Filho e Pessoa (2008).

que os processos vão ultrapassando as barreiras, começam a surgir vários círculos, como entre a autonomia local e o desenvolvimento, ou então entre a endogeneidade e o desenvolvimento. Sendo a endogeneidade a capacidade intrínseca e real do próprio sistema em se desenvolver e que pode se manifestar através dos planos político, econômico, cultural, científico e tecnológico. De acordo com Boisier (2010), o desenvolvimento é definido como:

Uma propriedade emergente de um sistema territorial complexo, dependente da história e do território e que gera condições de entorno. Estas condições permitem aos indivíduos alcançar a categoria de pessoa humana e construir uma comunidade e sociedade territorial, denominada região (2010, p.34).

Assim, abordagens centradas no nível de abrangência das grandes regiões devem ser substituídas por iniciativas de abrangência local, que possam ser planejadas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades de áreas regionais de menor porte, cuja problemática tende a ser mais homogênea. A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas locais é importante para a consolidação de uma identidade regional. A inexistência de uma identidade regional torna uma região apenas como sendo o resultado de uma segmentação arbitrária de um território, não podendo ser considerada um ente social. Boisier (1995) destaca que:

A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões (1995, p.47 e 48).

Para Boisier (2001), o desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado, ou seja, acontece em uma região específica. A região, neste caso, é entendida como um território organizado que possui potencial e fatores promotores de seu próprio desenvolvimento, desconsiderando seu tamanho. Este tipo de desenvolvimento está associado ao progresso da região como um todo, mas também ao progresso da sociedade e, por consequência, dos indivíduos que ali habitam.

Desta forma, ao observar as teorias do capital humano e do desenvolvimento regional, observando os estudos de Becker(1964), Mincer(1958), Schultz(1963), Lucas(1993), Romer(1989), Capello (2009), Boisier(1972) e Lundvall(1994), e investigando como a EPT contribui para o desenvolvimento regional através do investimento que o governo federal tem realizado através da RFEPCT nos territórios da cidadania em Santa Catarina, espera-se verificar o papel dos IF's para o desenvolvimento regional nestas localidades.

2.1 CAPITAL HUMANO: PRINCIPAIS TEORIAS, CONCEITOS E AUTORES

O objetivo deste capítulo é apresentar a origem, os principais autores e os conceitos fundamentais da teoria do capital humano.

A teoria do capital humano surgiu ao final dos anos de 1950 e início dos anos 1960 através dos trabalhos realizados principalmente por um grupo de economistas neoclássicos da denominada Escola de Chicago. Neste grupo, alguns nomes se destacaram: Jacob Mincer (1958), Theodore Schultz (1963), Gary Becker (1964), entre outros.

Theodore Schultz publicou em 1963 a obra *The economic value of education* e em 1964, Gary Becker publicou *Human Capital*, obras de referência para os estudos sobre investimentos na formação de trabalhadores. Nelas, a discussão se amplia com o desenvolvimento da análise sobre a economia da família, utilizando como base do programa de investigação a teoria do capital humano. Difundiram-se rapidamente pelos Estados Unidos e posteriormente por outros países. Esta teoria teve impacto tanto na literatura econômica quanto na ação política educacional dos anos de 1960, onde a maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE passaram a observá-la. Na sequência, foi integrada aos programas de agências internacionais como a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas – UNESCO e pelo Banco Mundial, tornando-se referência para os processos de padronização das estratégias de desenvolvimento nos países em desenvolvimento (MARGINSON, 1993).

Theodore Schultz, ao analisar as transformações ocorridas na agricultura entre os anos de 1956 e 1960, escreveu sobre a importância da

educação como investimento e apresentou uma reflexão sobre como o processo educacional é importante para a preparação do ser humano no enfrentamento das constantes dificuldades a que é submetido, principalmente dificuldades econômicas e sociais. Com base no trabalho de Irving Fisher (1906/2006), defendia que se o capital é uma fonte de rendimento ao produzir fluxos de rendimentos e serviços, o homem também poderia ser um capital, ainda que de natureza diferente. Schultz escreveu em 1961 um artigo intitulado *“Investment in Human Capital”*, onde elaborou o conceito de capital humano, procurando estabelecer a essência do conceito e as condições da sua formação. Assim, Schultz (1961) trouxe uma nova noção de trabalho para a teoria econômica ao entendê-lo como capital e criticando a noção clássica que entendia o trabalho ou os recursos humanos como um meio de produção, um produto do investimento. Nela, os trabalhadores eram pensados e entendidos como uma entidade homogênea com capacidades apenas para realizar trabalho manual, o que exigia pouco conhecimento e baixo nível de especialização.

Schultz (1961) desenvolveu seu trabalho em torno de três fatores: cálculo do nível de educação de toda a população e da população economicamente ativa de 1929 a 1957 mediante os custos despendidos com a educação; cálculos relativos ao aumento de renda no período como reflexo das melhorias na educação; e cálculo da constituição da educação para o aumento da produtividade e do crescimento econômico nos Estados Unidos. Desta forma, ele definiu as capacidades que contribuem para o desenvolvimento econômico em cinco categorias:

- Investimentos em saúde, pois objetivam o aumento da expectativa de vida e vitalidade dos trabalhadores em suas funções;
- Treinamento realizado no próprio local de trabalho;
- Educação formal em todos os níveis de ensino;
- Programas de estudos para adultos fora do local de trabalho;
- Migração de famílias e indivíduos, tendo em vista adequação às ofertas flutuantes de emprego.

Os conceitos apresentados por Schultz (1961) foram inovadores e possuem repercussão até hoje na medida em que o conceito de homem como um bem similar a outras formas de capital estabeleceram expressões como “sociedade do conhecimento” e “sociedade pós industrial”, que viriam a dominar as ciências sociais nas décadas seguintes ao surgimento da teoria do capital humano.

Jacob Mincer (1958) estudou a questão do capital humano em uma perspectiva econométrica, procurando a relação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição do rendimento individual. Sua análise indicou que a decisão de absorver tempo para melhorar o desempenho no trabalho era resultante de uma escolha individual e racional e que as diferenças entre as ocupações eram função de diferenças na formação e que estas diferenças surgiam quando os conceitos de investimento e capital humano eram estendidos para incluir a experiência no emprego. Desta maneira, ao procurar uma relação entre investimento em capital humano e produtividade, ele estabeleceu que a dispersão dos rendimentos entre as diferentes ocupações estaria relacionada de maneira positiva com o volume de investimento em capital humano feito nelas. Assim, a teoria do capital humano defendida por Mincer (1958) admite a heterogeneidade do trabalho ao considerar o investimento realizado em capital humano como um fator explicativo da diferença salarial entre trabalhadores dotados de produtividades distintas. Ele defende ainda que a formação contínua do trabalhador resulta da abordagem do modelo da acumulação do capital humano e, portanto, deveria ser incluída na equação. Pois o capital humano, de acordo com Mincer (1958), continua a desenvolver-se depois da saída da escola e com a entrada no mercado de trabalho, ainda que o montante tenha a tendência para diminuir ao longo do tempo.

De acordo com Bayer (2011), ao desconsiderar a qualidade da educação, Mincer (1958) pressupõe a concorrência perfeita no mercado de trabalho, o que pode incorrer em erros. Além disso, explica as diferenças na renda apenas em função do tempo de aprendizagem; não reconhecendo o problema da conversão dos investimentos em capital humano e desconsiderando a distribuição de renda macroeconômica.

Em 1974, Mincer formulou uma equação salarial que ficou conhecida como equação minceriana, onde analisava a renda pessoal levando em conta sua educação e experiência. Os resultados obtidos em seu trabalho indicaram que o indivíduo, ao despende tempo para melhorar o desempenho no trabalho proporcionaria novas oportunidades de ocupação profissional. Sendo que o rendimento obtido cresceria logaritmicamente em função dos anos de estudo e os investimentos em capital humano cairiam durante a vida ativa devido aos decréscimos na rentabilidade e consequentes custos de oportunidade elevados.

Gary Stanley Becker (1964) veio reforçar as ideias de Schultz(1961) e Mincer (1958), analisando em profundidade o valor oculto dos intangíveis pelo capital humano. Em seu livro "*Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Especial Reference to Education*", publicado em 1964, o autor apresenta importantes ideias sobre o capital humano que atualmente são utilizadas. A partir do conceito de capital humano, Becker desenvolveu toda uma teoria de comportamento, centrada não apenas no indivíduo isolado, mas em um indivíduo pertencente a uma família, a um contexto social e econômico. Como conceito de capital humano ele postulou que "a inversão do talento como valor futuro, formação e informação às pessoas permite dar para estas um maior rendimento e produtividade na economia moderna, aproveitando seu talento"(BECKER, 1964, p.26). A partir desta definição, a referência à informação e ao talento, implícitos na escolarização e na formação, são elementos centrais nos processos econômicos e sociais atuais.

Becker (1964) concentrou-se também em analisar a influência da educação, mais especificadamente a qualificação profissional dentro da empresa e a relação da mesma com a renda. Nessa perspectiva, focou-se na análise do equilíbrio entre custos e rendimentos creditados à qualificação profissional dentro da empresa. De acordo com ele, a teoria do capital humano deveria considerar as expectativas dos agentes no momento da tomada de decisão acerca de investir ou não em educação, escolhendo entre o custo de oportunidade envolvido e os benefícios que obterá futuramente.

Becker (1964) desenvolveu seu trabalho em torno de seis considerações: 1) analisar os gastos e as receitas de uma empresa em função

da educação ou qualificação profissional no local de trabalho; 2) diferenciar qualificação profissional no local de trabalho em qualificação geral e específica; 3) analisar o cálculo dos lucros das empresas em função do nível de educação dos trabalhadores; 4) analisar as variáveis que estimulam os investimentos em capital humano; 5) analisar a distribuição de renda e capital humano na sociedade e; 6) analisar os investimentos individuais em capital humano em função da oferta e demanda.

Becker (1964) define qualificação geral como sendo uma qualificação ofertada pela empresa, mas que não é particular desta, podendo ser aquela que é adquirida em outra empresa da mesma forma e a qualificação específica prepara o trabalhador para uma função determinada na empresa onde se encontra, diminuindo o deslocamento de funcionários entre as empresas. Um exemplo desta forma de qualificação profissional são as empresas que mantêm escolas de treinamento profissional em sua planta industrial para a qualificação de seus trabalhadores. Em Santa Catarina, a empresa WEG S.A. é um desses exemplos⁴. Esta forma de qualificação, de acordo com o autor, apresenta uma maior garantia de retorno para o empregador.

Os resultados que ele obteve com seus estudos demonstravam que:

- Os rendimentos normalmente aumentam com a idade e em taxas decrescentes, tendendo a ser positivamente relacionados com o nível de qualificação profissional do indivíduo;
- As taxas de desemprego tendem a ser inversamente proporcionais ao nível de qualificação profissional;
- Existe um comportamento mais paternalista por parte das empresas em países subdesenvolvidos com relação aos seus trabalhadores do que a observada em países desenvolvidos;
- Indivíduos mais jovens mudam de emprego com maior frequência e recebem mais treinamento do que indivíduos mais velhos;

⁴ Os cursos de aprendizagem do Centro de Treinamento desta empresa tem como objetivo oferecer aos trabalhadores e jovens, conhecimento e qualificação em áreas de atuação da empresa, permitindo o desenvolvimento e possibilitando a permanência na empresa.

- A distribuição funcional de rendimentos⁵ é mais acentuada entre profissionais mais qualificados;
- Profissionais com maior habilidade tendem a receber mais treinamento;
- A divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado;

Para Becker (1964), o capital humano refere-se às habilidades, à educação, à saúde e ao treinamento dos indivíduos. E torna-se capital em função de ser considerado como parte integrante da constituição do ser humano assim como uma máquina o é para o desenvolvimento econômico.

Observam-se das três perspectivas apresentadas para a teoria do capital humano dois princípios:

1. O capital humano é produto de decisões deliberadas de investimento por parte dos indivíduos, empresas ou governos em educação;
2. Os indivíduos são detentores de certas características que contribuem para o aumento da sua produtividade e, conseqüentemente, dos salários recebidos.

De acordo com Blaug (1985), estes dois princípios estabelecem uma relação entre o capital humano e o nível das taxas salariais, ou seja, o salário de um trabalhador seria igual ao produto marginal de seu trabalho. Logo, a remuneração que os trabalhadores recebem seria equivalente ao valor da sua contribuição econômica para a empresa em que trabalham. Assim, uma educação adicional elevará os rendimentos futuros e, neste sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento particular em rendimentos futuros. Existe uma analogia entre a produtividade física do capital e a educação, justificando-se o tratamento analítico da educação como capital, isto é, como capital humano, uma vez que ele se torna parte do indivíduo que a recebe.

⁵ A distribuição funcional de rendimentos é a forma como o rendimento se reparte através de fatores inerentes ao processo produtivo, de acordo com a função desempenhada pelo indivíduo.

Assim, com relação ao mercado de trabalho, Mincer (1958) defende que a maior escolaridade e o maior treinamento contribuem para maiores níveis salariais. Schultz (1960) afirma que a decisão de investir em educação maximiza o bem estar e os retornos da educação do indivíduo e da empresa. Becker (1962) confirma e destaca que a educação permite maiores retornos e que a produtividade da empresa pode ser ampliada pelo aprendizado de novas habilidades dos trabalhadores, que elevam seu capital humano. Portanto, indivíduos mais qualificados tendem a receber maiores salários no mesmo período de tempo.

Observa-se, contudo, que as teorias sobre desenvolvimento econômico passaram a inserir nos modelos tradicionais variáveis não necessariamente econômicas, sobretudo após os trabalhos de Romer(1989) e Lucas(1993), como é o caso da formação do capital humano como um dos principais determinantes de desenvolvimento econômico de longo prazo.

De acordo com Romer (1989), habilidades físicas, tais como coordenação motora e força; habilidades educacionais, desenvolvidas no ensino fundamental e médio e habilidades científicas desenvolvidas no ensino pós-médio, são variáveis determinantes para o crescimento econômico através da relação entre estas e a produtividade no mercado de trabalho, correlacionando-se diretamente com a taxa de crescimento da renda per capita. Ou seja, se de um lado os investimentos em capital humano contribuem para acumulação de capital, de outro, eles melhoram as rendas pessoais dos trabalhadores via ganhos de produtividade. Com isso, produz-se um efeito sobre todo o processo produtivo, impactando diretamente nos ramos de atividade que possuem relação direta com o mercado interno.

Lucas (1993), afirma que:

O principal motor do crescimento é a acumulação de capital humano – de conhecimento – e a principal fonte de diferenças nos padrões de vida entre as nações são as diferenças no capital humano. A acumulação de capital físico desempenha um papel essencial, mas decididamente secundário. A acumulação de capital humano ocorre em escolas, em instituições de pesquisa e durante a produção de bens, engajando-se no mercado interno (1993, p.270).

Assim, para um país desenvolver-se ou manter-se desenvolvido é fundamental que ele aumente o estoque de capital humano por meio de melhorias na educação, por exemplo. Isso contribui para explicar porque algumas economias são tão ricas e prósperas, decorrentes de altos níveis de tecnologia e por terem um número considerável de anos de escolaridade acumulando habilidades.

Destaca-se, de acordo com Bresser-Pereira (1997), que o aumento da produtividade pode ocorrer tanto na produção de bens, através da redução da quantidade de trabalho simples utilizado, quanto pela transferência de mão de obra para outros setores com maior desenvolvimento tecnológico.

Cabe destacar ainda que o capital humano, de acordo com Nakabashi (2010), é importante na determinação da renda por vias diretas e indiretas. Sendo os efeitos diretos aqueles que afetam a renda através da melhora na produtividade marginal do trabalho, mantendo os fatores, capital e tecnologia, constantes. A melhora na produtividade marginal representa a melhora na habilidade dos trabalhadores para a realização de suas tarefas. Sendo representado pela introdução do capital humano de forma direta na função de produção, conforme destacado por Schultz (1962). Os efeitos indiretos são aqueles que afetam a quantidade de tecnologia disponível para ser utilizada no processo de produção. Desta forma, a inserção do capital humano, da tecnologia e da pesquisa na função de produção, proporciona uma compreensão mais abrangente da evolução do Produto Interno Bruto – PIB, por exemplo, dos países ao longo do tempo. Estudos empíricos no Brasil tentam identificar estas relações entre educação, retorno econômico e crescimento econômico. Souza (2008) observa que os retornos do investimento em capital humano para o Brasil em 2004, possuem uma correlação positiva com salários, educação e experiência profissional.

Outro exemplo da influência e da importância do capital humano para o desenvolvimento econômico está no trabalho desenvolvido por Gould e Ruffin (1993), que apresentam duas categorias de indicadores do desenvolvimento econômico: efeitos alavancadores e efeitos redutores do desenvolvimento. O Quadro 1 ilustra estes indicadores:

Alavancadores do desenvolvimento	Redutores do desenvolvimento
Escolaridade	Gastos do governo em consumo
Investimento em educação	Instabilidade social e política
Investimento em equipamentos	Barreiras ao comércio
Nível de capital humano	Socialismo

Quadro 1: Determinantes do desenvolvimento econômico
Fonte: Gould e Ruffin (1993).

Observa-se do quadro 1 que dos quatro fatores alavancadores do desenvolvimento, três estão relacionados à teoria do capital humano.

Assim, partindo-se do pressuposto de que o capital humano, dimensionado pelo nível de educação, pode influenciar de maneira significativa o desenvolvimento regional, considera-se que regiões que possuam populações com maiores níveis de educação poderão ter maiores probabilidades de desenvolvimento. Em contrapartida, regiões com níveis inferiores tendem a ser mais estagnadas (LIMA e VIANA, 2010).

Para a teoria do capital humano, o aspecto quantitativo não determina produtividade, mas sim o aspecto qualitativo ao atribuir valor ao conhecimento. Nesse sentido, o investimento em educação está relacionado com o crescimento econômico porque o mesmo afere níveis de produtividade, desenvolvimento tecnológico e uma população mais instruída e capacitada para o mercado de trabalho em função de seu caráter endógeno. Pois enquanto os modelos de crescimento econômico neoclássicos observam as variações dos fatores de produção – capital e trabalho – como sendo os únicos instrumentos capazes de mover a economia, a teoria do capital humano vai além, uma vez que o progresso tecnológico de uma nação depende da qualificação profissional e do nível de instrução da população.

2.2 CAPITAL HUMANO: O PAPEL DA EPT NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo deste capítulo é compreender o conceito de desenvolvimento regional e a sua relação com a EPT a partir do capital humano. Para tanto, parte-se do conceito de desenvolvimento regional com vistas a compreendê-lo como um processo endógeno e, a partir da sua relação com o capital humano, compreender o papel da EPT para o desenvolvimento local. Será apresentado neste capítulo um breve histórico sobre como o conceito de desenvolvimento regional vem se desenvolvendo à luz das teorias clássicas e as implicações decorrentes da ação endógena proporcionada pela EPT sobre este.

Lima e Simões (2010), ao refletirem sobre o desenvolvimento regional, trazem para o debate acadêmico o conceito de que “é um processo bastante irregular e uma vez iniciado em determinados pontos possui a característica de fortalecer áreas dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento.” (2010, p.1).

Dentre os diversos autores que desenvolveram estudos analisando a dinâmica regional destacam-se os trabalhos de Perroux (1967), fortalecidos pelos estudos de Myrdal (1957) e Hirschman (1958). Seus estudos basearam-se na polarização da produção econômica no espaço. De acordo com a teoria, esta polarização reflete a concentração das atividades produtivas e da existência de um centro, com uma pequena periferia composta de vários espaços que gravitam no seu campo de influência econômica e política. Eles argumentavam que, devido ao movimento irregular do capital devido à sua ocorrência não acontecer simultaneamente no espaço e uma vez iniciado em determinados pontos, tende a torná-los cada vez mais dinâmicos e concentrados, tornando-se polos de crescimento para uma determinada região.

A ideia de polarização foi inicialmente introduzida por Perroux, em 1955, partindo da constatação empírica de que:

O crescimento não aparece por toda a parte, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e tem efeitos terminais variáveis no conjunto da economia (1964, p.143).

De acordo com Cabugueira (2000), esta constatação consolidou-se em uma proposta com as seguintes condicionantes: se o crescimento econômico

ocorre de forma desequilibrada, surgindo através de polos que se propagam, então a promoção do desenvolvimento regional deve passar pela consideração de quais espaços que reúnem melhores condições para se transformarem em polos de crescimento e pelo investimento na constituição desses polos, gerando um processo de crescimento econômico por difusão dos efeitos de um determinado investimento concentrado no conjunto da economia. Nessa proposta, a base do processo de difusão é a existência de uma unidade motriz, que tanto pode ser uma empresa como um conjunto de empresas ou atividades que induzem inovações em seu entorno, que produz inovação e se relaciona com outras unidades, induzindo-as através do processo.

À noção de que o crescimento econômico é promovido pela otimização das condições de difusão da inovação acrescenta-se a ideia de que o organismo privilegiado para sua promoção é o Estado e/ou organismos dele dependentes, colocados em defesa de interesses gerais, acima de interesses específicos.

Os trabalhos teóricos de Myrdal (1957) e Hirschman (1958) se desenvolveram na mesma perspectiva dos trabalhos de Perroux (1955). Seus estudos tiveram continuidade nas décadas seguintes por diversos autores, entre eles, Boisier (1972), Friedmann e Weaver (1981) e Stöhr e Taylor (1981), e desenvolvidos em várias versões, completam um ciclo que culmina em uma teoria econômica espacial, a teoria do crescimento econômico e um quadro normativo para a intervenção dos agentes públicos na promoção do desenvolvimento regional.

Boisier (1996) defende a ideia de que o desenvolvimento regional depende da existência e da articulação de seis elementos, que, segundo ele, estão normalmente presentes em qualquer território organizado. Esses elementos são: a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno. Segundo o autor, o desenvolvimento resultará apenas de uma interação densa e inteligentemente articulada, mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional. Ele argumenta que a cultura do desenvolvimento se manifesta de duas maneiras extremas: uma cultura competitiva/individualista, que é capaz de gerar crescimento, mas sem capacidade de gerar um verdadeiro desenvolvimento e outra cultura

cooperativa/solidária, capaz de gerar equidade sem crescimento. Assim, uma das maneiras de se obter o desenvolvimento seria descobrindo a forma como ambos os padrões culturais estejam combinando. Para que isso ocorra, ele sugere três processos necessários para a promoção do desenvolvimento regional: a) participação relativa da região no uso dos recursos naturais, b) impacto da política econômica sobre a região e, c) capacidade de organização social da região.

A persistência das desigualdades regionais, a consideração dos tempos da crise econômica e dos espaços da crise do desenvolvimento constituíram o principal elemento de partida para outras abordagens do desenvolvimento, as quais se distanciam das propostas difusionistas e, mesmo possuindo uma perspectiva analítica comum, surgem sob três designações diferentes: territorialista (Friedmann e Weaver, 1981), endógena (Boisier, 1972) e a partir da base (Stöhr e Taylor, 1981).

O ponto de partida da designação territorialista é a crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que se estabelece a partir da maximização das oportunidades econômicas, entendidas como sendo exteriores às estratégias dos atores e os fatores culturais associados aos diferentes meios (REIS, 2012).

O paradigma do desenvolvimento endógeno consiste, de acordo com Matos (1998), em uma multiplicidade de fatores, tais como a mobilização integral dos recursos humanos, naturais e institucionais, associada a uma forte mobilização da população, assim como das suas estruturas políticas e sociais organizadas em uma base territorial. Desta forma, o território passa a ser entendido como um recurso de múltiplas dimensões ao refletir as interdependências entre estes fatores, incentivadas e controladas em uma base territorial “de baixo para cima” (a partir da base), mobilizando de forma integral os recursos disponíveis.

Segundo Boisier (2010), o desenvolvimento endógeno é uma propriedade emergente de um sistema territorial que possui elevado estoque de capital intangível e sinérgico. Ou seja, é constituído de forças que articulam os atores locais para um projeto coletivo de desenvolvimento. Assim,

o desenvolvimento endógeno é sempre um desenvolvimento local, porém pode ser encontrado em outras escalas, como a regional.

O desenvolvimento regional passa, a partir desta maneira, a ser abordado através de uma visão endógena do problema. De acordo com Aydalot (1985):

Um tal desenvolvimento impõe uma ruptura com a lógica funcional de organização da vida econômica e propõe o retorno a uma visão "territorial", isto é, dentro de um quadro local, pelo destaque e valorização dos recursos locais e com a participação da população, sendo esta a maneira como o desenvolvimento poderá realmente responder às necessidades das populações (1985, p.109).

Desta forma, o estudo da teoria do desenvolvimento regional endógeno, proposta por Boisier (1972), observa a questão da organização social como base para a consolidação do desenvolvimento regional e destaca a importância em considerar a região como sujeito neste processo e não apenas objeto. Ele aponta a necessidade de serem observados três processos para a promoção do desenvolvimento regional:

1. Participação relativa da região no uso dos recursos naturais: onde o Estado é responsável pela instituição de estratégias adequadas a cada localidade em função de suas características socioeconômicas e políticas;
2. Impacto da política econômica sobre a região: onde o planejamento regional determinará as ações a serem desenvolvidas, especificando as igualdades e desigualdades de cada região;
3. Capacidade de organização social da região: onde a qualidade, a capacidade e a identidade das autoridades políticas locais e regionais determinará a autonomia das decisões a serem tomadas para o desenvolvimento.

Boisier (2004) destaca que o desenvolvimento endógeno surge como um meio de gerar para o território condições favoráveis que permitam aos indivíduos atingir a essência da pessoa humana. Em sua percepção, o Estado, o capital, o setor privado e o público, entre outras organizações e instituições

não podem provocar o desenvolvimento, apenas criar melhores condições para que ele aconteça.

Sposati (2008) afirma que o território não pode ser visto apenas como um mero perímetro de uma área física, nem muito menos um terreno no sentido de uma dimensão de terra. É necessário que se estabeleça a dinâmica do conceito. Ela ressalta que território não é sinônimo de gueto, segregação. Território é mobilidade, movimento, espaço de possibilidades.

Para viabilizar esta gestão, é imprescindível a identificação da comunidade com a região, tendo uma base cultural e territorial. Sem este pré-requisito, Boisier (1972) assegura que seria impossível a fundamentação de um processo de desenvolvimento regional. O que se procura então é ter uma organização forte e sustentada, que cuide dos interesses da região, extraindo o máximo benefício do processo de negociação com outras regiões ou com o próprio governo.

Planejamento e desenvolvimento regional são processos endógenos registrados em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (JOVANE et al., 2008).

Desta maneira, para que seja um processo consistente, o desenvolvimento regional deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza (ESCALFONI et al., 2011).

Mesmo sendo um movimento de conteúdo interno expressivo, o desenvolvimento regional está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento regional representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças (BUARQUE; BEZERRA, 2004), exigindo competitividade e especialização.

Whittington (2006) sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômico, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico.

Para o mesmo autor, o processo de desenvolvimento regional pode ser considerado como essencialmente originado em forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa (BIRKINSHAW, 2009).

Mariotto (2003) complementa afirmando que o desenvolvimento regional trata das estratégias que procuram elevar o padrão de vida. É o fio condutor da orientação das atividades locais e regionais e dele derivará a necessidade de formular políticas e elaborar planos que as programem.

O desenvolvimento econômico de uma região está, em muitos casos, atrelado ao aumento da qualificação profissional da mão de obra e o aumento na qualificação profissional do trabalhador proporciona elevação nos índices sociais do país. Pois, ao se qualificar profissionalmente, o cidadão está aumentando suas oportunidades de emprego através do aumento do tempo de estudo.

A relação entre a educação profissional e o capital humano pode ser observada como um processo que é capaz de produzir atitudes e conhecimentos nos indivíduos e que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda. Schultz (1973) destaca que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem estar” (1973, p.33).

Atualmente, os princípios da teoria do capital humano reaparecem entrelaçados com os objetivos educacionais das agências multilaterais, como a UNESCO. Estas agências delineiam o modelo educacional a ser seguido através de políticas, programas e projetos. Seguindo suas recomendações, os países em desenvolvimento podem alcançar um patamar educacional

concorrente no mercado mundial. A UNESCO (2005) afirma que os índices de uma renda per capita mais alta estão associados a um maior nível educacional. Desta forma, a educação é vista como um mecanismo para solucionar os problemas da sociedade.

Assim, pressupõe-se que o aumento do investimento no capital humano é um importante fator para o desenvolvimento econômico. Este investimento pode aumentar os ganhos produtivos do trabalhador, ganhos estes econômicos e sociais.

Souza (2007) destaca que nas décadas dos anos 1960 e 1970 a ideia neoliberal da política econômica na sociedade pós-moderna abrangendo diversas áreas, entre elas, a educação, começaram a se fortalecer:

A vertente neoliberal que retoma o liberalismo clássico surge com a escola austríaca de economia, representada por F. Hayek, o legado da escola de Chicago de M. Friedman e a Public Choice, ou escola de Virgínia. Nos anos 70, é acirrado o debate no campo educacional com a Teoria do Capital Humano de Theodore Schultz, a qual enfatiza a segmentação do mercado de trabalho, a politecnicidade, a flexibilização e a qualidade total como fortes condicionantes da ação da educação para o capital (2007, p.5).

Desta maneira, ao alterar a função principal da educação, que é a de formar cidadãos críticos e participativos politicamente para a de atender aos interesses do mercado de trabalho, a educação passou a ocupar um lugar de destaque nos interesses do capitalismo porque nele habitam condições materiais de lucro decorrentes da aplicação do conhecimento produtivo, reduzindo os valores sociais à esfera do lucro.

Destaca-se que os efeitos dos investimentos em educação não são apenas os mais variados, mas também, possuem várias dimensões. Se por um lado, estes investimentos podem ser realizados através da melhoria, via qualidade ou quantidade da educação; por outro lado, podem-se diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação do ensino fundamental, médio, superior ou técnica profissionalizante. Este trabalho se limita a avaliar o impacto de aumentos na escolaridade esperada da população em idade escolar na EPT em um dado momento no tempo sobre o desenvolvimento

socioeconômico. No capítulo quatro são apresentados os resultados desta avaliação.

Kuenzer (1997) diz que a educação surge com um caráter messiânico. Que é vista como aquela que solucionará os problemas sociais. Que o papel da escola de produzir certas atitudes e valores não é um fim em si mesmo e específico da prática educativa, mas uma prática mediadora que acaba satisfazendo aos interesses do capital:

A distribuição do saber é produzido socialmente e segundo as necessidades do capital. O que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é um disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital (1997, p.22).

A transferência de conhecimento para a sociedade é muitas vezes compreendida como capaz de promover uma relação de causa e efeito com o desenvolvimento regional. Como destaca Frigotto:

Uma das funções efetivas da Teoria do Capital Humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos. O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (1993, p.41).

Porém, dentro dessa dinâmica de subserviência à expansão do capital, a educação profissional continua a ser chamada a desempenhar um papel considerado estratégico para o desenvolvimento da economia. Mészáros (2008) destaca que a educação, nos últimos 150 anos, forneceu:

Não só os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema de capital”, como ainda gerou e transmitiu “um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade (2008, p.35).

Sader (2008), prefaciando o livro de Mészáros (2008), traz um importante desafio à educação, a qual para se desalienar, tem como um imperativo tirar da sombra as suas relações com o trabalho explorado, como se pode verificar nas palavras do autor:

Antes disso, educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva. Para ser

outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação (2008, p.17).

Assim, ao observar as diferenças e convergências acerca da teoria do capital humano, Viana e Lima (2010) verificam que há um consenso de que o capital humano é uma forma importante de capacitação produtiva das pessoas, importante na ampliação da produtividade econômica, muito em razão da capacitação para utilização de novas tecnologias que uma melhor qualificação permite. Este aumento de produtividade impactará na remuneração individual de forma positiva e essa melhoria gera, no longo prazo, bem estar não só individual, mas para a sociedade como um todo.

Como perspectiva para o sistema educacional no processo do capital humano, as propostas com base na formação e desenvolvimento de habilidades tanto no campo conceitual quanto no campo político devem permitir a inserção no mundo do trabalho de um cidadão consciente de sua complexidade sócio cultural, política e econômica. Podendo assim ampliar o conceito restrito de capital humano aliado aos interesses da produtividade econômica.

Torna-se necessário avançar nas questões de formação do capital humano em educação e na formação profissional associada à formação geral, ampliando as possibilidades de construção do conhecimento não dividido das questões sociais. Na visão de Athayde (2008):

Este é o grande desafio para o Brasil: integrar esta importante parcela da comunidade que até agora permaneceu excluída; integrá-la como produtiva num sistema industrial e de serviços sofisticados, como consumidora num mercado amplo e diversificado, como cidadã numa sociedade pluralista, como pensante em um mundo de ideias. É importante fazermos chegar a todo sistema produtivo nacional e a todos os segmentos da sociedade as mudanças que já afetam a economia mundial como um todo: a dissociação entre a produção primária e a economia industrial, a diminuição do emprego na área industrial sem redução da oferta agregada de trabalho e, por fim, o desvinculamento entre os fluxos de bens e capitais no mercado internacional (2008, p.8).

Porém, é necessário compreender que a dinâmica dos objetivos sócio econômicos devem estar integrados com os objetivos educacionais. Batista (2000) destaca que:

A necessária articulação de projetos educacionais com políticas de trabalho evita a dispersão e a evasão de esforços do poder público, de empresas ou de trabalhadores, segmentos interessados na concatenação da educação e do emprego. O empenho de articular políticas de educação e de trabalho retoma o planejamento social, essencial para superar a segmentação produzida pelas forças de mercado (2000, p.7).

Desta maneira, o planejamento do capital humano em educação deve se articular ao atendimento da demanda produtiva socioeconômica. De acordo com a teoria do capital humano, uma das ferramentas para combater a má distribuição de renda na sociedade é possibilitar a camadas menos favorecidas oportunidades de inclusão produtiva através da qualificação profissional.

A educação profissional é uma das dimensões que compõem as relações entre o sistema educativo e outros sistemas sociais. Refletir sobre algumas das variáveis que a constitui e como estas se relacionam é pauta de agenda em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A relação entre o sistema educativo e o sistema econômico, por exemplo. Porém, a questão não é acadêmica, é política. Pois diz respeito às finalidades estratégicas.

No Brasil, a legislação vigente trata do conceito de EPT na lei 11.892/2008, que estabelece os princípios que estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico do país. Consta no inciso IX – articulação com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos sócio-produtivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo. No inciso XI – o reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas (BRASIL, 2008).

Reforça-se ainda que a lei 11.892/2008 dispõe sobre as finalidades e características dos IF's, que são as principais instituições de ensino a ofertar EPT. Observa-se no art. 6º que os IF's têm por finalidades e características mais diretamente relacionadas a desenvolvimento local e regional:

I-Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II-Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

V-Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008, p.4).

Desse modo, cada IF deve ter a curiosidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com o controle necessário quando da construção de suas políticas para que seja verdadeiramente uma instituição impulsionadora do desenvolvimento, através da inclusão social e distribuição de renda (BRASIL, 2008).

A EPT nas regiões brasileiras tem como um de seus principais representantes os IF's, onde, através de seus campi localizados em todos os Estados do país, vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das regiões. Brasil (2008, p.23) informa que "A razão de ser dos IF's está associada à conduta articulada ao contexto em que estão inseridos; bem como nos aspectos que deverão estar consubstanciados no perfil socioeconômico de sua região de abrangência".

De acordo com Lima (2014), a EPT constitui-se em uma das dimensões que melhor evidencia as inter-relações do sistema educativo dos outros sistemas sociais. Na necessária articulação com as políticas sociais de combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento regional, os IF's tornam-se objetos de intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulados com as forças sociais regionais. De acordo com Pacheco (2011), os IF's devem ir além da compreensão da EPT como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pelo mercado.

O desenvolvimento regional é um processo multidimensional. Suas bases envolvem os diversos atores sociais relacionados à produção e a distribuição da riqueza. Tal condição torna impossível negligenciar a necessidade em se pesquisar as diversas relações que surgem entre o desenvolvimento regional e as múltiplas variáveis existentes. Entende-se que o desenvolvimento regional abrange políticas públicas de estímulo e estruturação dos agentes sociais e o desenvolvimento profissional do cidadão. Sob este ponto de vista, o desenvolvimento regional torna-se o alicerce de uma

sociedade mais igualitária quanto à distribuição dos recursos econômicos, culturais e naturais, exatamente por reunir a multiplicidade que permeia a sociedade.

Reforça-se a relação entre território e educação com a reflexão de Fernandes (2005):

“Educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc., são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e completivas. Elas não existem em separado. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões” (2005, p.2).

Desta maneira, as relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades. Sendo os territórios espaços geográficos e políticos onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o seu próprio desenvolvimento pessoal e contribuem para o desenvolvimento regional.

3. METODOLOGIA

Tanto o objetivo geral quanto os específicos desta dissertação são alcançados através da delimitação de procedimentos metodológicos especificados nesta seção. Na sequência, são apresentados o problema de pesquisa, as definições constitutivas e operacionais das categorias de análise e a delimitação e delineamento metodológicos, descrevendo os procedimentos relacionados às fases da pesquisa. Posteriormente, são apresentadas as limitações e o resumo dos principais aspectos da metodologia.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A pergunta norteadora da pesquisa é: *Qual é o papel dos IF's no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina?*

Baseando-se na pergunta norteadora da pesquisa e na introdução deste trabalho, são apresentadas na sequência as perguntas de pesquisa relacionadas aos objetivos específicos.

3.1.1 Perguntas de Pesquisa

1. Como o Estado, através da RFEPT e do PTC, promove o desenvolvimento regional nos territórios da cidadania em Santa Catarina?
2. A EPT, através dos IF's, contribui para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania catarinenses?
3. Houve alteração nos aspectos socioeconômicos dos territórios da cidadania em Santa Catarina após a implementação dos IF's?

3.1.2 Categorias de Análise

Esta seção apresenta as categorias de análise e suas respectivas definições constitutivas e operacionais.

As definições constitutivas são aquelas que definem as categorias de análise deste trabalho e as definições operacionais delimitam e indicam as ações da pesquisa (KERLINGER, 1996; RICHARDSON, 2007). As categorias e definições constitutivas e operacionais utilizadas neste trabalho são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Definição das categorias de análise

Categorias de análise	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Capital humano	<p>Ao reforçar as ideias de Mincer (1958) e Schultz (1961), Becker (1964) conceitua o capital humano como sendo algo inerente às habilidades, à educação e ao treinamento dos indivíduos. Tornando-se capital em função de ser considerado como parte integrante da constituição do ser humano, assim como uma máquina o é para o desenvolvimento econômico.</p>	<p>A operacionalização desta categoria de análise se deu por meio da análise das ações em ensino (cursos ofertados), pesquisa e extensão desenvolvidas pela RFEPCT em Santa Catarina nos territórios da cidadania e os impactos socioeconômicos resultantes destas ações. Foram analisadas a quantidade de egressos por ano e total e os investimentos do governo federal nos câmpus pertencentes à RFEPCT existentes nos dois territórios da cidadania catarinenses. Para a coleta de dados foram utilizados documentos institucionais dos IF's (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2008-2019, anuários estatísticos e relatórios de gestão), site das instituições e questionários de pesquisa com egressos dos cursos e empresas locais.</p>
Desenvolvimento Regional	<p>De acordo com Boisier (2001), o desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado, ou seja, acontece em uma região específica. A região, neste caso, é entendida como um território organizado que possui potencial e fatores promotores de seu próprio desenvolvimento, desconsiderando seu tamanho. Este tipo de desenvolvimento está associado ao progresso da região como um todo, incluindo seus aspectos econômicos e sociais, mas também ao progresso da sociedade e, por consequência, dos indivíduos que ali habitam.</p>	<p>A operacionalização desta categoria de análise se deu através da análise das relações existentes entre os câmpus da RFEPCT existentes nos dois territórios da cidadania e as empresas locais e regionais. Foram utilizados os questionários de pesquisa com empresas locais e os dados socioeconômicos constantes nos atlas de desenvolvimento humano municipal do site do IBGE, nos relatórios “Santa Catarina em dados”, do</p>

continuação

Quadro 2 – Definição das categorias de análise

continuação

Categorias de análise	Definição Constitutiva	Definição Operacional
		SEBRAE, nas bases de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA e nas bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Educação Profissional e Tecnológica	De acordo com Pacheco (2011), se entende a EPT como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade local, na perspectiva de sua emancipação através da qualificação para o mercado de trabalho. Trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equilibrada socialmente.	A operacionalização desta categoria de análise se deu por meio da análise dos cursos ofertados, observando quais os tipos de cursos por área de atuação e nível de ensino desenvolvidos pela RFEPCT em Santa Catarina nos territórios da cidadania e os impactos socioeconômicos resultantes destas ações. Foram utilizados os dados constantes nos documentos institucionais dos IF's (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2008-2019, anuários estatísticos e relatórios de gestão) e sites das instituições e os dados socioeconômicos constantes nos atlas de desenvolvimento humano municipal do site do IBGE, nos relatórios “Santa Catarina em dados”, do SEBRAE, nas bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além destas três categorias de análise, é também necessário analisar qual é o papel do Estado no desenvolvimento regional. A partir da percepção de Boisier (2004), de que o Estado, o capital, o setor privado e o público, entre outras organizações e instituições não podem provocar o desenvolvimento, mas apenas criar melhores condições para que este aconteça; pode-se entender o desenvolvimento regional como sendo um processo endógeno. Boisier (2001), conceitua o desenvolvimento endógeno como sendo aquele que possui a capacidade de transformar o sistema socioeconômico e que possui a capacidade de promover a aprendizagem social a partir da ação dos atores locais. Uma vez que o PTC e a EPT estão relacionadas de maneira intrínseca nesta dissertação e ambas são políticas públicas que colaboram para o desenvolvimento regional, considera-se o papel do Estado no desenvolvimento regional como uma subcategoria de análise e a sua operacionalização se dá por meio da análise da documentação sobre o processo de implementação dos câmpus da RFEPCCT nos territórios da cidadania, observando os impactos socioeconômicos resultantes.

3.1.3 Delimitação e Design da Pesquisa

O presente trabalho apresenta-se como uma pesquisa aplicada tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso dos dois IF's localizados nos municípios pertencentes aos territórios da cidadania catarinenses. Esta pesquisa se propõe a contribuir de forma prática para o entendimento do papel da RFEPCCT no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina.

Em relação à abordagem, consiste em uma pesquisa qualitativa, pois busca analisar o papel dos cinco câmpus dos IF's localizados nos dois territórios da cidadania em Santa Catarina para o seu desenvolvimento regional.

As instituições selecionadas, os IF's, foram escolhidas pelos critérios de:

- Acessibilidade: os documentos institucionais utilizados na pesquisa estão disponibilizados publicamente;
- Intencionalidade: o pesquisador é servidor público no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva e analítica. A característica analítica envolve o estudo e a avaliação aprofundada das informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. A característica descritiva envolve estudos que procuram determinar informações atuais de uma população específica. (LAKATOS; MARCONI, 2008). Através da descrição e análise das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos IF's nos territórios da cidadania catarinenses, aliados à descrição dos aspectos socioeconômicos dos municípios pertencentes a estes territórios, dentro do recorte temporal da pesquisa (desde 2008), somados ainda aos resultados dos questionários de pesquisa com egressos e empresas locais, é possível verificar se os IF's estão desenvolvendo seu papel como agentes articuladores do desenvolvimento regional. São utilizadas as informações disponibilizadas nos PDI's, Relatórios de Gestão e Anuários Estatísticos do IFSC e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC, no período compreendido entre 2008 e 2018, em seus sites. A escolha do período temporal de análise ocorreu em função da RFEPCT e do PTC terem sido criados pelo governo federal no ano de 2008. Também são utilizados dados socioeconômicos dos municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania de Santa Catarina constantes nos Atlas de Desenvolvimento Humano do IBGE, nos relatórios de Santa Catarina em Números do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE/SC para a verificação dos valores dos Produtos Internos Brutos - PIB's, municipal, per capita⁶ e dados constantes nas bases da RAIS e do CAGED para a verificação de duas áreas de interesse nesta pesquisa: o emprego & renda e a educação. Estes dados foram analisados qualitativamente e são apresentados em formato de tabelas e gráficos relacionando-os com o proposto no objetivo principal e com os objetivos específicos da pesquisa. São utilizados ainda como técnica de pesquisa, os dados resultantes de pesquisa, via questionários *on line* (Apêndices 1 e 2). Foram aplicados dois tipos de questionários, conforme o

⁶ O PIB per capita é um indicador utilizado na macroeconomia e representa a soma, em valores monetários, todos os bens e serviços finais produzidos dividido pela quantidade de habitantes de um país, estado, região ou município, durante um determinado período. Seu objetivo é mensurar a atividade econômica.

público respondente: um para os egressos dos câmpus do IFSC e do IFC analisados, com a finalidade de investigar a função socioeconômica dos IF's no contexto da relação que se estabelece entre educação e trabalho, na realidade local; e outro para a área de recursos humanos das empresas locais com a finalidade de investigar a função socioeconômica dos IF's no contexto da relação que se estabelece entre a demanda por mão de obra qualificada e a sua oferta, na realidade local. Esta pesquisa foi desenvolvida no período entre os meses de maio até junho de 2018.

Para os câmpus observados, o quantitativo de egressos que participaram na pesquisa foi de 58 discentes formados nos cursos ofertados pelos dois IF's. Foi solicitado, via *e-mail*, a cada câmpus observado, uma lista com os contatos dos egressos. Posteriormente, enviado um *e-mail* para cada egresso com o *link* de acesso ao questionário. O quantitativo de egressos para os quais foram enviados os questionários foi de 248, divididos entre os dois IF's da seguinte maneira:

- Câmpus Abelardo Luz – IFC : 32 *e-mails* enviados;
- Câmpus Canoinhas – IFSC : 79 *e-mails* enviados;
- Câmpus Luzerna – IFC : 47 *e-mails* enviados;
- Câmpus São Bento do Sul – IFC : 44 *e-mails* enviados;
- Câmpus Xanxerê – IFSC : 46 *e-mails* enviados.

Para os municípios com câmpus dos IF's observados e para os municípios limítrofes (admite-se que sofram maior influência dos municípios com câmpus), o quantitativo de empresas que participaram na pesquisa foi de 23, em diferentes atividades econômicas: empresas que atuam no setor alimentício, têxtil, papel e celulose, entre outras. Este quantitativo foi considerado tomando como referência o número de colaboradores(as) em cada empresa: empresas com mais de 100 colaboradores(as) participaram da pesquisa. Esta condição foi efetuada em função do somatório de colaboradores destas empresas, que foi de cerca de 20.000. Procurou-se focar nas empresas de maior porte na região, pois seriam, supostamente, as maiores demandantes de profissionais mais capacitados, desconsiderando aqui as possíveis ações de empreendedorismo dos egressos. Ressalta-se que o objetivo deste questionário enviado às empresas não foi o de cada colaborador(a) respondê-

lo, mas os setores de recursos humanos em cada empresa. Teve-se um retorno de 8 respostas para os 23 questionários enviados.

Com relação à estratégia metodológica a ser adotada nas fases deste trabalho, esta pesquisa adota uma abordagem de estudo de caso que, para Yin (2010), consiste em uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto. A estratégia adotada toma por alicerce variadas fontes de evidências e tem no enfoque empírico o propulsor de conhecimento sobre o assunto estudado, distanciando-se de um extremo rigor técnico. O estudo de caso tem o recorte nas duas instituições de ensino pertencentes à RFEPCT, o IFSC e o IFC, situadas em cinco municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania: Abelardo Luz, Canoinhas, São Bento do Sul, Luzerna e Xanxerê. Tendo como critérios o capital humano e o desenvolvimento regional, no qual os dados socioeconômicos dos municípios observados no recorte temporal da pesquisa (desde 2008), os relatórios de gestão dos IF's e os questionários de pesquisa são considerados como indicadores revelando o papel dos IF's para o objetivo principal proposto.

Com relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica devido à análise de material já publicado ser consultado para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos, mapas e de material disponibilizado na internet. Este tipo de pesquisa fornece o suporte a todas as fases de um protocolo de pesquisa, pois auxilia na escolha do tema, na definição da questão da pesquisa, na determinação dos objetivos, na fundamentação da justificativa e na elaboração das conclusões (LAKATOS; MARCONI, 2008). A análise documental foi baseada nos relatórios de gestão e nos documentos institucionais do IFSC e do IFC. Com relação ao desenvolvimento no tempo, para fins de investigação temporal, a análise documental dos relatórios de gestão e documentos institucionais ficou submetida ao início do processo de expansão da RFEPCT, que ocorreu a partir de 2008 através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 até o presente momento.

No Quadro 3 estão apresentados os documentos institucionais que foram utilizados na análise de dados desta pesquisa.

Documentos Institucionais e Fontes de Dados Institucionais Analisados	
IFC Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	IFSC Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2008 a 2018: Planejamento da oferta de cursos nos câmpus analisados; • Relatórios de Gestão - 2009 a 2017: Cursos ofertados nos câmpus analisados, quantitativo de matrículas e egressos nestes câmpus; • Relatório da Comissão Própria de Avaliação – 2011 a 2017: Avaliação qualitativa dos cursos ofertados e dos câmpus analisados; • Anuários Estatísticos – 2010 a 2017: Dados socioeconômicos dos alunos matriculados nos câmpus analisados; • Site da Instituição: Informações gerais sobre o histórico do câmpus. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI - 2009 a 2019: Planejamento da oferta de cursos nos câmpus analisados; • Relatórios de Gestão – 2008 a 2015: Cursos ofertados nos câmpus analisados, quantitativo de matrículas e egressos nestes câmpus; • Relatórios da Comissão Própria de Avaliação – 2008 a 2017: Avaliação qualitativa dos cursos ofertados e dos câmpus analisados; • Anuários Estatísticos – 2010 a 2017: Dados socioeconômicos dos alunos matriculados nos câmpus analisados; • Site da Instituição: Informações gerais sobre o histórico do câmpus.

Quadro 3: Documentos e fontes de dados institucionais analisados
Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, Santa Catarina possui mais de 450 instituições de ensino que ofertam cursos profissionalizantes distribuídas em seus 295 municípios entre instituições federais, estaduais e particulares. Dentre as instituições públicas, as que compõem a RFEPCT, formada pelos IFSC e IFC atuam em 37 municípios, com oferta de cursos planejados de acordo com a demanda regional onde está situada.

Dentre os 120 territórios da cidadania na classificação nacional, dois estão localizados em Santa Catarina: o Território da Cidadania do Planalto Norte e o Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado com 42 municípios no total. Estes dois territórios catarinenses foram contemplados para receber investimentos na forma de transferência voluntária do Governo Federal, através de ações voltadas à melhorias de crescimento econômico, direitos e cidadania. Além de ações de fomento à infraestrutura direcionadas à agricultura familiar.

A Figura 1 apresenta a localização destes Territórios em Santa Catarina:

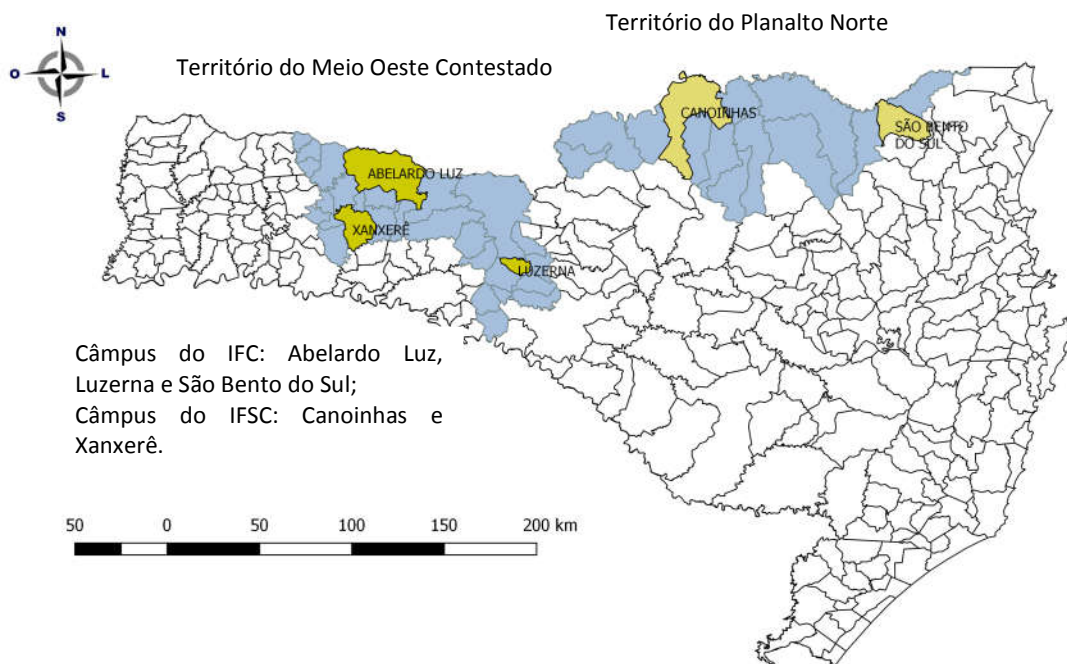


Figura 1: Territórios da Cidadania em Santa Catarina
Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se na Figura 1, os cinco câmpus pertencentes à RFEPCT localizados dentro dos Territórios da Cidadania, nas cidades de Abelardo Luz, Canoinhas, Luzerna, São Bento do Sul, e Xanxerê. De acordo com dados do IBGE (IBGE, 2014), a população total atendida pelos câmpus da RFEPCT nestas cidades é de 194.394 habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2010, o que corresponde a 31% da população total dos dois territórios.

Dentro do recorte temporal da pesquisa (desde 2008), os municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania foram caracterizados através dos seguintes indicadores socioeconômicos:

- Produto Interno Bruto municipal: Banco de Dados Agregados do IBGE;
- Produto Interno Bruto per capita municipal: Banco de Dados Agregados do IBGE;
- População Ocupada Municipal: Banco de Dados Agregados do IBGE;
- População Total Municipal: Banco de Dados Agregados do IBGE.

Ao apresentar no capítulo 4 os resultados obtidos dos PIB's e dos demais indicadores para a caracterização socioeconômica dos cinco municípios observados nesta pesquisa, apresentam-se também, para cada município com câmpus da RFEPCT, os valores para os municípios limítrofes,

uma vez que estes também se beneficiam com a proximidade dos IF's, conforme observado por Hasegawa (2015). Estes valores são apresentados em tabelas para os anos de 2008 e 2015 e analisada a evolução destes indicadores para cada município no período.

Ao trazer para a reflexão o papel dos IF's para a qualificação profissional nos territórios da cidadania em Santa Catarina, faz-se necessário observar o território como não sendo meramente o espaço onde a sociedade interage e se desenvolve. Para Koga, Nakano (2005), a formação territorial brasileira por si só comporta diversas classificações, constituídas de diversificados contextos políticos, econômicos e culturais que variam de uma cidade para outra, especialmente no que diz respeito ao porte. Nas cidades de pequeno porte, sua vinculação rural implica um destaque no que diz respeito à implementação dos programas e projetos:

Atender às demandas dessas populações exigem respostas adequadas às peculiaridades desse mundo rural diversificado e suas expectativas, que podem ter contornos diferentes daqueles pensados para o mundo urbano (2005, p. 90).

O desenvolvimento regional deve vir no centro das políticas públicas que ultrapassam determinada região, e não simplesmente como único ator no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o desenvolvimento regional visto sob a ótica da construção da cidadania, apoia-se em um preceito que se constitui a ação dos IF's (BRASIL, 2008a).

A EPT constitui-se num espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento regional. No entanto, deve ir além da compreensão de uma educação como mera instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho, onde este impõe suas diretrizes. É importante situá-la como potencializadora de uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma atividade integrativa com o desenvolvimento regional (BRASIL, 2008a).

A discussão a respeito do papel dos IF's para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania se deu por meio da consulta aos documentos institucionais das instituições analisadas e aos questionários de pesquisa já descritos. Desta maneira, a pesquisa se desenvolveu em duas etapas distintas: um estudo teórico conceitual envolvendo os conceitos sobre capital humano, desenvolvimento regional e EPT e; um estudo empírico

envolvendo a análise documental, bibliográfica e pesquisa de campo através dos questionários. Nestas duas etapas foram reunidas, organizadas e analisadas, metodologicamente, as informações necessárias a fim de que se pudesse verificar o objetivo principal da pesquisa.

O atendimento aos objetivos propostos na pesquisa é demonstrado na Figura 2:

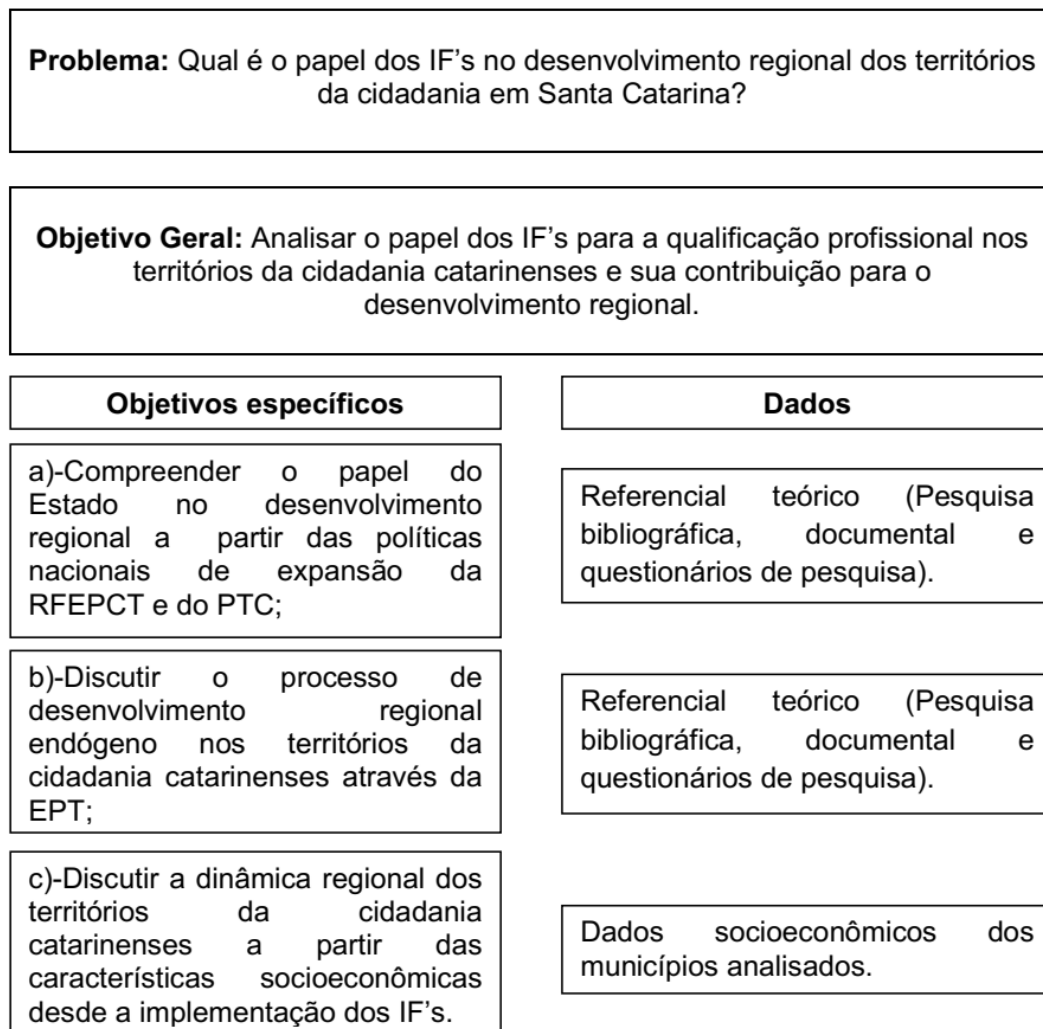


Figura 2: Resumo do atendimento aos objetivos propostos
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1.4 Limitações da Pesquisa, Classificação Metodológica

As limitações metodológicas desta pesquisa ocorreram na fase de coleta de dados da pesquisa de campo, que dependeu da disponibilidade e interesse dos entrevistados (egressos e profissionais de recursos humanos das empresas).

Resumidamente, a classificação metodológica desta pesquisa é apresentada no Quadro 4.

Caracterização da pesquisa		Organização da pesquisa	
Metodologia	Qualitativa	Objeto empírico	Os IF's nos territórios da cidadania catarinenses
Tipo da pesquisa	Descritiva e Analítica	Quantidade de casos	Dois
Método	Estudo de caso	Unidade de análise	Institucional
Instrumento de coleta	Questionário de pesquisa, leis e documentos institucionais	Unidade de observação	Institucional
Análise dos dados	Bibliográfica, documental e pesquisa de campo	Enfoque da observação	Papel dos IF's para o desenvolvimento regional nos territórios da cidadania catarinenses
Perspectiva temporal	Longitudinal (desde o início da expansão da RFEPT em 2008 até 2018)	Critério de seleção do caso	Intencionalidade e acessibilidade

Quadro 4: Resumo dos aspectos metodológicos
Fonte: Elaborado pelo autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A EXPANSÃO DA RFEPCCT NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

O objetivo deste tópico é analisar o processo de expansão da RFEPCCT no Brasil e em Santa Catarina, suas implicações socioeconômicas e socioespaciais. Através desta análise é possível compreender o papel do Estado no desenvolvimento regional. A contextualização acerca do processo de expansão se faz necessária em função desta estar relacionada diretamente com o processo de interiorização da EPT e, uma vez estabelecida, apresenta-se como articuladora, juntamente com o PTC e outras variáveis analisadas e apresentadas ao longo deste capítulo, do desenvolvimento regional.

A compreensão do contexto do processo de expansão da RFEPCCT é possível através, inicialmente, do entendimento dos acontecimentos políticos e econômicos ocorridos a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 no mundo e no Brasil. Este período ficou caracterizado, política e economicamente, através de uma agenda de medidas neoliberais advindas do Consenso de Washington⁷, que previam, principalmente, a redução do papel do Estado como planejador e regulador da economia.

Na política de governo do Brasil que orientou a EPT na segunda metade dos anos de 1990, alguns fatores merecem destaque:

- Definição de uma política voltada para atenuar as consequências da reestruturação produtiva e do desemprego que acompanhou a nova gestão da força de trabalho;
- Ampliação do espectro de entidades e instituições privadas que foram contempladas com recursos públicos para as ações de EPT;

⁷ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos da América funcionários do governo americano, organismos financeiros internacionais: Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; e especialistas em assuntos econômicos da América latina. O objetivo do encontro era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação de “Consenso de Washington”. Não se tratou de novas formulações econômicas, mas de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas pelos mesmos organismos, em diferentes momentos. Para maiores detalhes, ver Batista (2009).

- Avanço na mobilização de setores organizados da sociedade civil no sentido do reconhecimento da necessidade do aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores e da EPT.

Essa política foi conduzida no sentido de desobrigar progressivamente o Estado da responsabilidade exclusiva pela EPT. Os instrumentos normativos básicos da reforma da EPT ocorrida neste período conduziram à concepção atual, na orientação das atuais políticas educacionais e trouxe uma nova perspectiva para o conceito de empregabilidade.

Uma força de trabalho competente e flexível, capaz de adquirir novos conhecimentos à medida que as economias evoluem, é um requisito necessário para o desenvolvimento socioeconômico. A sociedade se beneficia através de uma maior produtividade e da capacidade para adaptar-se a circunstâncias e oportunidades econômicas dinâmicas, e os indivíduos se beneficiam através de salários e do aumento da capacidade para buscar melhores oportunidades de emprego (BANCO MUNDIAL, 1992, p.21).

As reformas educacionais concebidas e executadas pelo governo brasileiro nos anos 1990 foram, em particular, profundamente influenciadas pelos diagnósticos e orientações do FMI e do Banco Mundial, sobretudo durante os 8 anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Voutsas et. al. (2014), argumentam sobre o envolvimento do Banco Mundial e do FMI em questões educacionais. Tais instituições econômicas, ao promoverem políticas educacionais, principalmente em países periféricos, entre eles o Brasil, trazem consigo componentes materialistas e tecnocráticos que, de acordo com os autores, criam maiores desigualdades sociais ao invés de inclusão ao considerar as pessoas como capital humano. A influência destas instituições sobre a necessidade de uma reforma nas políticas educacionais no Brasil dos anos 1990 foi significativa, tanto em sua concepção quanto na sua operacionalização. Defendida pelos neoliberais como tendência que ajudaria o Estado a superar a crise do Estado desenvolvimentista⁸, um dos argumentos que sustentou esta reforma foi apresentado por Bresser Pereira (1997), ministro da reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso:

⁸ De acordo com Fiori (1999), essa crise acentuou-se nos anos 1980, com a exaustão do financiamento externo e o encilhamento financeiro geral, que contribuiu para a implosão do Estado desenvolvimentista.

Na realização das atividades exclusivas do Estado e principalmente no oferecimento de serviços sociais de educação e saúde, a administração pública burocrática, que se revelava efetiva em cobater a corrupção e o nepotismo no pequeno Estado Liberal, demonstrava agora ser ineficiente e incapaz de atender com qualidade as demandas dos cidadãos-clientes no grande Estado Social do século vinte, tornando necessária sua substituição por uma administração pública gerencial (p. 13).

Desta forma, com o argumento de que o Estado era ineficiente e burocrático, as reformas que se deram, tanto no plano político quanto no social, bem como no âmbito administrativo e econômico, redefiniram o papel do Estado no que concerne à intervenção econômica e à promoção de políticas sociais, implicando mudanças na política educacional e nas suas perspectivas de oferta e acesso à EPT. Dentro deste contexto de redefinição do papel do Estado e de restrição das políticas sociais no atendimento às demandas populares, cristalizou-se no interior da sociedade brasileira a ideia de que a inserção dos trabalhadores na atividade produtiva dependeria exclusivamente da qualificação profissional.

O Decreto 2.208/1997 efetivou a desvinculação entre a educação profissional e a educação propedêutica, estabelecendo duas formas de educação profissional: concomitante ao ensino médio ou subsequente a este. Desta maneira, a educação profissional ficaria separada da formação humanista, o que enfraqueceu a formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional. Além disso, este decreto possibilitava que empresas fossem atendidas com recursos públicos caso desejassem formar seus trabalhadores. No mesmo ano, a Portaria 646/1997 do governo federal trouxe para a RFEPCT a limitação da oferta de vagas para o ensino médio em 50%. De acordo com Silva (2017), esta medida fez com que as instituições pertencentes à RFEPCT criassem resistência à Portaria por inferir que a intenção do então governo de Fernando Henrique Cardoso seria extinguir a educação integrada ao ensino profissionalizante de nível técnico.

No ano de 1997 foi lançado pelo governo federal, através do decreto 2.208, o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. O objetivo do PROEP era financiar, através de um acordo de empréstimo entre o Governo e o Banco Interamericano de Investimento - BID, a construção de 275 escolas técnicas. Porém, no ano seguinte, através da lei nº 9.649, o Governo

determinou que estas escolas deveriam ser mantidas em parceria com Estados, municípios ou entidades particulares ou não governamentais. Das 275 escolas técnicas previstas, 125 unidades foram construídas. Esta configuração permaneceu até o ano de 2005. Neste ano, antes do início da expansão da RFEPCT, o Brasil contava com 152 câmpus distribuídos pelo país, a maior parte localizada nas capitais ou em regiões metropolitanas, conforme se observa na Figura 3:

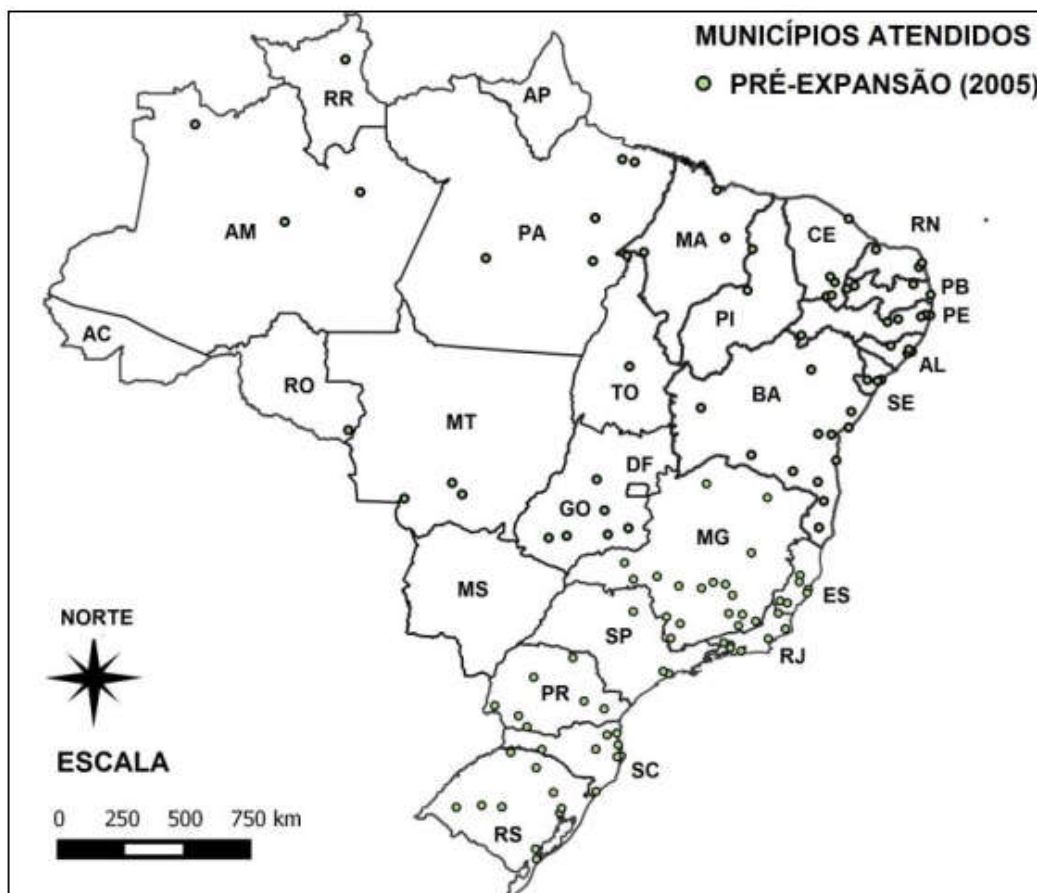


Figura 3: Municípios atendidos pela RFEPCT em 2005
Fonte: Silva (2017).

A RFEPCT, entre os anos de 1990 e 2016, concretizou a construção de mais de 500 unidades, totalizando 644 câmpus pertencentes à RFEPCT em funcionamento. Atualmente, são 38 IF's distribuídos em todos os estados brasileiros. A Figura 4 apresenta a distribuição dos câmpus da RFEPCT nos municípios brasileiros em 2016, considerando-se os câmpus a partir de 2005, período anterior ao início do processo de expansão. Observa-se a acentuada presença da RFEPCT no interior do país:

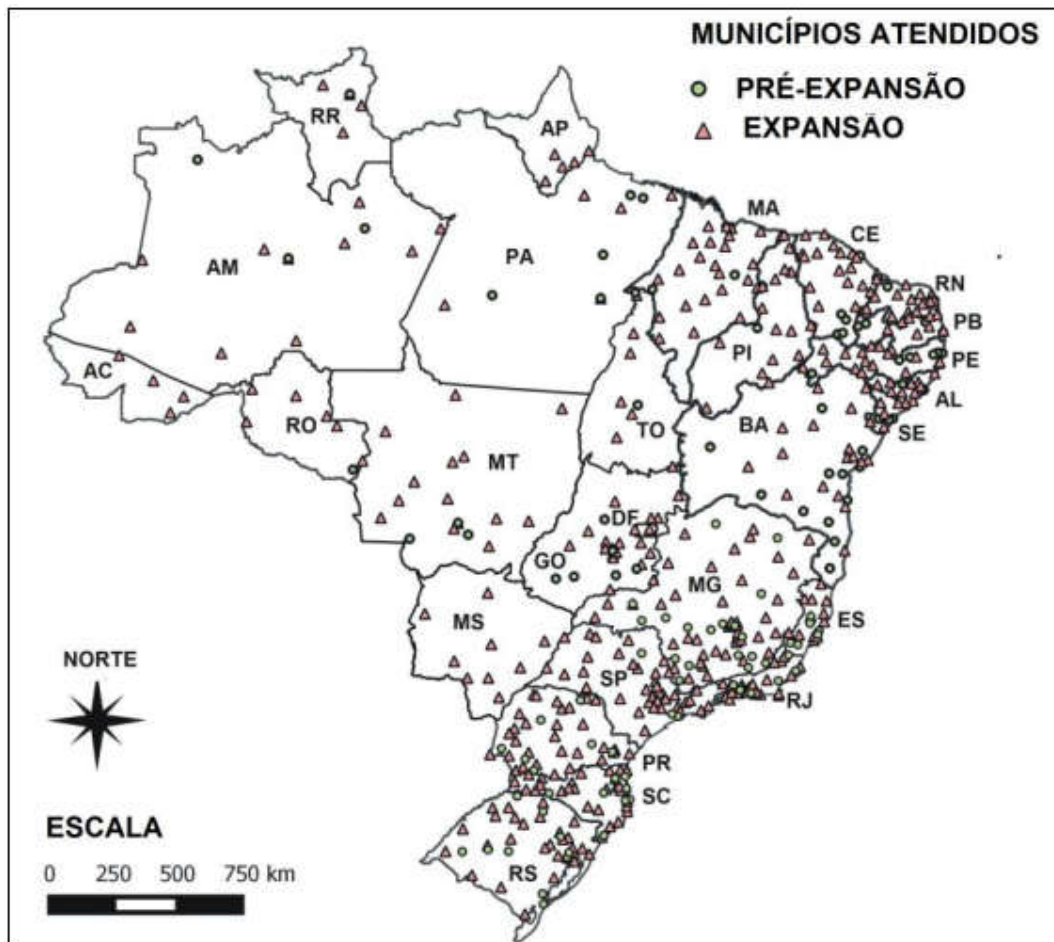


Figura 4: Municípios atendidos pela RFEPCT em 2016
Fonte: Silva (2017).

No ano de 1999, o Conselho Nacional de Educação - CNE e a Câmara de Educação Básica – CEB, publicam o Parecer nº16/1999 e a Resolução CNE/CEB nº4/1999, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico com ênfase nas competências profissionais, com prioridade no atendimento às demandas do mercado de trabalho. Percebe-se a movimentação do governo federal no sentido de efetivar o uso da noção de competências no âmbito da formação para o trabalho. Para Ramos (2002, p.402),

a qualificação tem sido tensionada pela noção de competência, em razão do enfraquecimento de suas dimensões conceitual e social, em benefício da dimensão experimental. A primeira porque os saberes tácitos e sociais adquirem relevância diante dos saberes formais, cuja posse era normalmente atestada pelos diplomas. A segunda porque, em face da crise do emprego e da valorização de potencialidades individuais, as negociações coletivas antes realizadas por categorias de trabalhadores passam a se basear em normas e regras que, mesmo pactuadas coletivamente, aplicam-se individualmente. A dimensão que se

sobressai nesse contexto é a experimental. A competência expressaria coerentemente essa dimensão, pois, sendo uma noção originária da psicologia, ela chamaria a atenção para os atributos subjetivos mobilizados no trabalho, sob a forma de capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras.

Ao assumir a presidência da República, o Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva revoga o Decreto 2.208/1997 e, em seu lugar, publica o Decreto 5.154/2004, que restabelece a possibilidade de integração curricular entre o ensino médio e o profissionalizante. Segundo Ramos (2002, p. 12-13), a forma integrada tem por objetivo:

possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que, conquanto garanta o direito à educação básica também possibilite a formação para o exercício profissional. Este sentido equivale à indissociabilidade entre educação profissional e educação básica. Uma ressalva ainda deve ser feita, qual seja, que mesmo os cursos somente de educação profissional não se sustentam se não se integrarem os conhecimentos com os fundamentos da educação básica. Caso contrário, seriam somente cursos de treinamento, de desenvolvimento de habilidades procedimentais, etc., mas não de educação profissional.

Porém, o Decreto 5.154/2004, mesmo apresentando diversos avanços em relação ao Decreto 2.208/1997, não foi capaz de romper com a dualidade da educação profissional, pois o modelo de desenvolvimento adotado no país se apresenta como materialização das relações capitalistas dependentes no qual o Brasil tem posição periférica. De acordo com Valiente (2014), a teoria do capital humano tem sido extremamente útil tanto na articulação do discurso economicista na educação e, ao mesmo tempo, em defender a importância da educação e das habilidades para o desenvolvimento econômico. A predominância de tal abordagem não seria apenas uma decisão ideológica, mas o resultado de uma necessidade institucional. O autor afirma que o crescente interesse da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD, em estender sua influência política e econômica para países periféricos, entre eles o Brasil, deve estar articulado com as realidades locais. Pois o quadro político desenvolvido por ela para atender os países desenvolvidos não poderia ser facilmente traduzido para os contextos políticos e econômicos diferentes.

Assim, diante da perspectiva de constituição de uma proposta educacional que articulasse a vida escolar com o mundo do trabalho, visando suplantar o tecnicismo, marca histórica da EPT, e ante a influência do modelo

capitalista neoliberal imposto pelas instituições econômicas internacionais, a promulgação do Decreto 5.154/2004 pode ser considerado um avanço na política de educação profissional brasileira, ao abrir possibilidades para projetos e programas educacionais que surgiram nos anos seguintes, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, dentre outros.

Antes do início da expansão da RFEPCT, o estado de Santa Catarina contava com três unidades pertencentes à RFEPCT: duas localizadas na região da Grande Florianópolis: em Florianópolis e São José e uma na região norte, em Jaraguá do Sul. A Figura 5 apresenta a configuração da RFEPCT antes do início do processo de expansão:

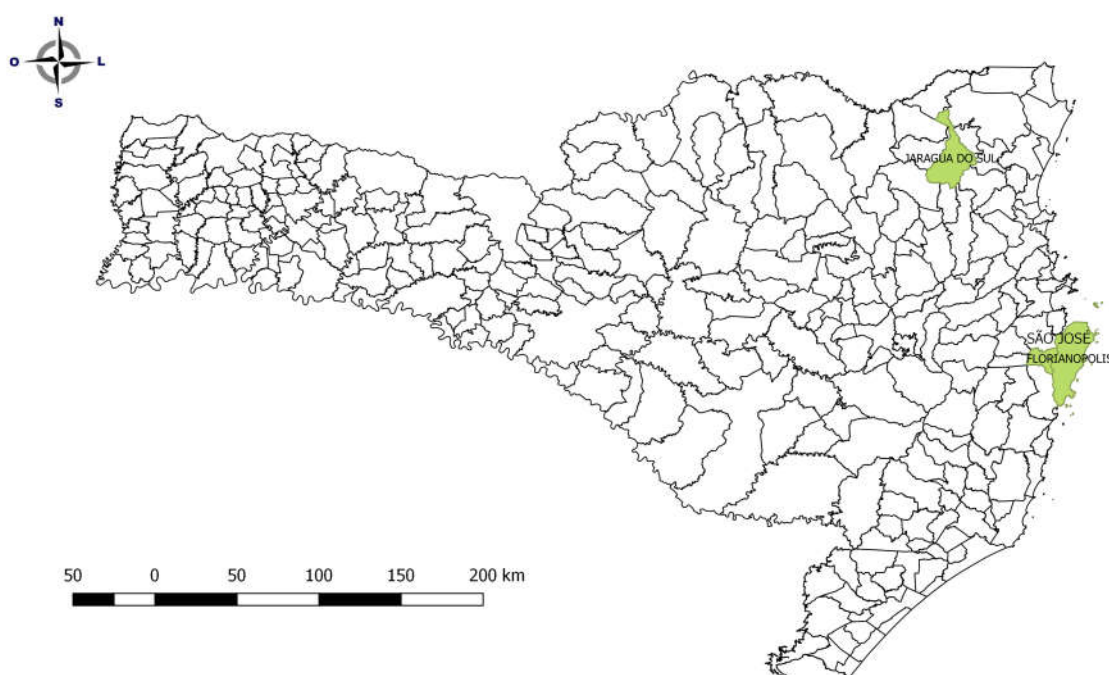


Figura 5: Espacialização dos campi da RFEPCT em 2005
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2005, ocorreu a publicação da Lei 11.195, que determinou a primeira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, com a construção de cerca de 60 novas unidades de ensino profissionalizante por todo o país.

A fase 1 da expansão foi caracterizada pela preocupação do governo federal com a espacialização equilibrada dos novos campi de maneira a atender todo o território nacional. No âmbito estadual, em Santa Catarina, foram atendidas, principalmente, as regiões mais afastadas da capital. As

idades de Araranguá, Chapecó e Joinville foram atendidas nesta fase da expansão. A unidade Florianópolis Continente também foi criada nesta fase. A Figura 6 apresenta a configuração da RFEPCT ao final da Fase 1 da expansão:

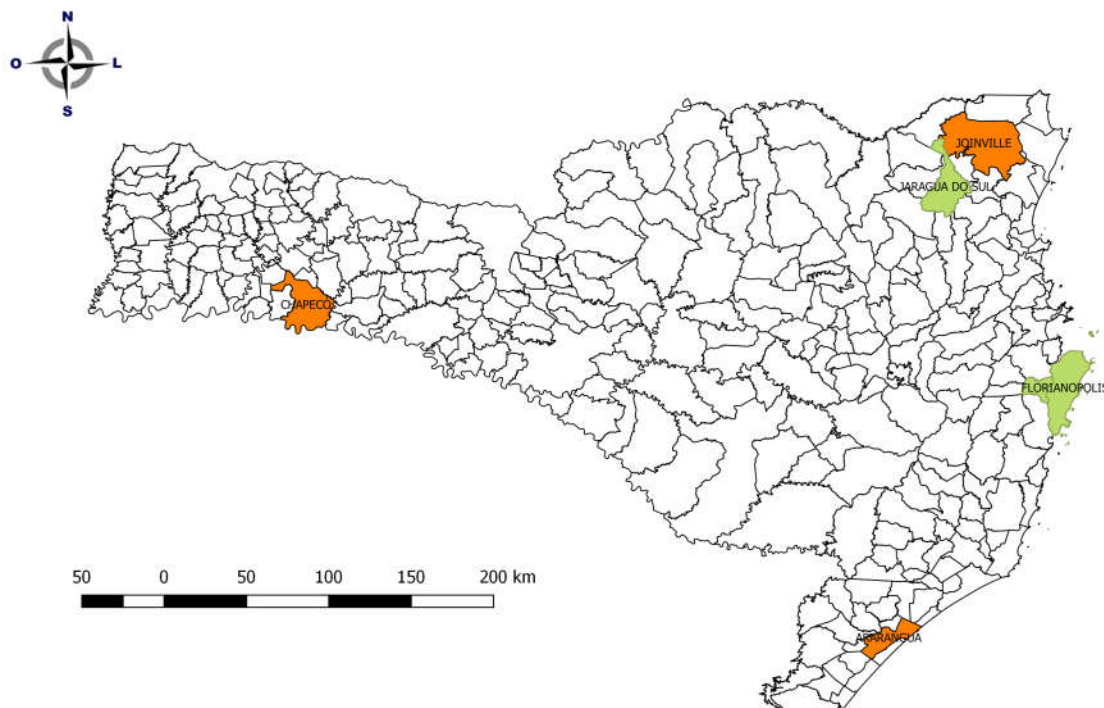


Figura 6: Espacialização dos campi da RFEPCT em 2006
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2007, ocorre a publicação da segunda fase do Plano de Expansão da RFEPCT, com a meta de atingir 150 novas unidades de ensino profissionalizante até ao final de 2010. Esta fase da expansão foi caracterizada pelo atendimento aos APL's⁹ e sua integração aos projetos educacionais de

⁹ O termo arranjo produtivo local foi criado pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, como uma derivação do conceito de aglomerações produtivas conhecidas mundialmente como clusters e distritos industriais. A partir de 1999, o APL passou a ser agenda oficial do governo ao ser incorporado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e ganhou força com sua inserção nos Planos do Governo Federal (PPA 2004-2007; PPA 2008-2011 e, principalmente, pela instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) em 2004, com a participação de vários ministérios, bancos federais, confederações, instituições de ensino e pesquisa e de governos estaduais. No contexto do programa de expansão da RFEPCT, eles foram considerados como sendo aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de ensino e pesquisa. Os cursos ofertados nos campi da RFEPCT catarinenses buscam atender, ainda hoje, a estes arranjos produtivos locais.

desenvolvimento territorial e de fomento à atividade produtiva.¹⁰ Desta forma, para organizar a ordem de prioridade das obras de construção dos novos câmpus, foi publicada a Chamada Pública 01/2007, pela qual as prefeituras interessadas na instalação de câmpus receberam um prazo de 60 dias para apresentarem suas contrapartidas.

Embora estivesse expresso nos documentos oficiais que o critério para a escolha dos municípios a serem contemplados seria o atendimento aos APL's, aparece a denominação de "cidades polos"¹¹ como sendo também um critério de escolha:

Ao anunciar a intenção de implantar "uma escola técnica em cada cidade polo do país", o Governo Federal assumiu o compromisso de vincular a oferta pública de formação profissional às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável, viabilizando pelo fortalecimento da atividade produtiva e da educação, ciência e tecnologia nas primeiras mesorregiões atualmente definidas (MEC, 2007b, p.5).

No Brasil foram selecionadas cento e cinquenta cidades polos para receber novos câmpus. Em Santa Catarina foram instalados 7 câmpus distribuídos em função do atendimento aos perfis dos arranjos produtivos locais das seguintes cidades polos: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, São Miguel do Oeste e Videira.

Em 2008, ocorre a publicação da Lei 11.892, que instituiu a RFEPCT e criou os IF's. Assim, a institucionalização do compromisso das escolas pertencentes à RFEPCT estarem inseridas nos seus contextos regionais é realizada. Vários incisos da referida lei reforçam este argumento: os incisos I, II

¹⁰ Esta integração facilita o processo de acesso, permanência e êxito dos estudantes formados através RFEPCT. Pois, além de atender à demanda regional por mão de obra qualificada, ainda prepara e estimula, desde antes do ingresso, a interiorização da formação profissional.

¹¹ A definição das localidades denominadas cidades polos orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades: a) Distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Estado; c) Proximidade das novas unidades de ensino aos APL's instalados e EME desenvolvimento; d) Interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; e) Redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; f) Aproveitamento de infraestrutura física existentes; e, g) Identificação de potenciais parcerias. Para maiores informações sobre como ocorreu o processo de escolha das cidades polo, acesse a Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007, disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_assinatura2304.pdf. Acesso em 20/07/2018.

e IV do Art. 6º, por exemplo, destacam que a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem ser vistos “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”(BRASIL, 2008, p. 3). Além de “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”(BRASIL, 2008, p. 3). Desta forma, percebe-se o papel dos Institutos Federais no cenário de desenvolvimento socioeconômico e cultural através dos diversos níveis de territorialidade existentes.

Vale ressaltar que a Lei 11.892/08 organizou a RFEPCT através de dois Institutos Federais: o IFSC, com sua reitoria localizada em Florianópolis e que foi constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina e o IFC, com sua reitoria localizada em Blumenau e que foi constituído a partir da junção dos Colégios Agrícolas Federais Catarinenses.

Destaca-se ainda que, no ano de 2008, também foi lançado o PTC com o objetivo de promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Sendo relacionado ao processo de expansão da RFEPCT que ocorreu entre os anos de 2009 a 2016 através de um dos critérios para a escolha dos municípios que receberiam um câmpus da RFEPCT.

Além das cidades polos escolhidas para a implantação das unidades na Fase 2, foram atendidas também as seguintes cidades: Araquari, Caçador, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Garopaba, Ibirama, Jaraguá do Sul, Luzerna, Palhoça, Rio do Sul, São Carlos, São Francisco do Sul, Sombrio, Urupema e Xanxerê. Destas, Canoinhas, Luzerna e Xanxerê fazem parte dos territórios da cidadania de Santa Catarina. A Figura 7 apresenta a configuração da RFEPCT ao final da Fase 2 da expansão:

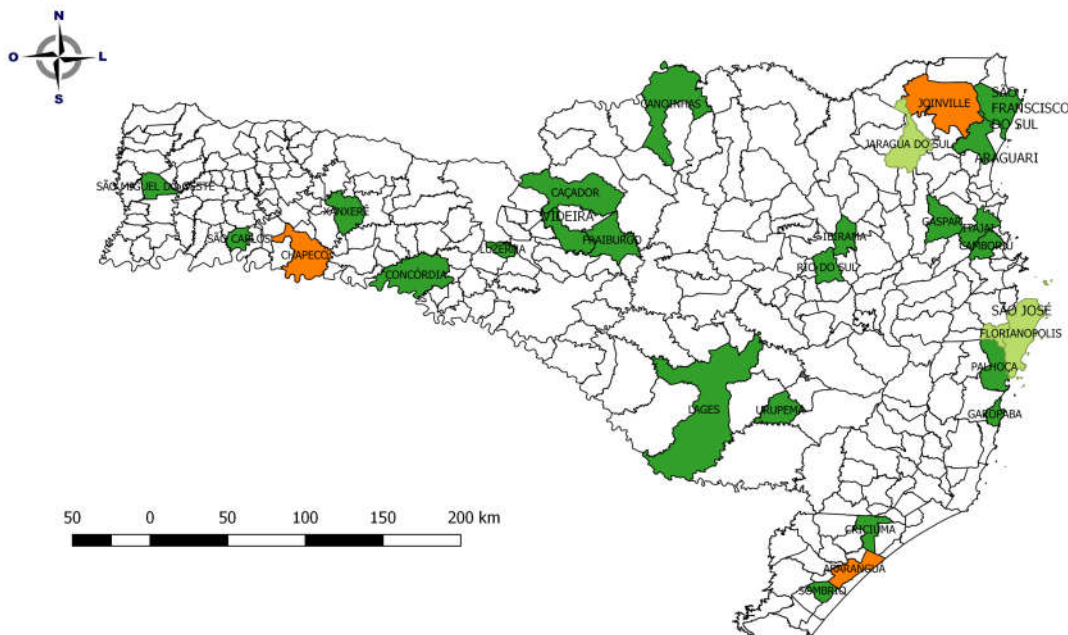


Figura 7: Espacialização dos campi da RFEPC em 2010
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2011, é criado o PRONATEC, através da lei 12.513/2011, com a finalidade de ampliar a oferta da EPT, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Conforme o artigo 1º desta Lei, em parágrafo único, este programa tinha por objetivos:

- I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração e trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

O público atendido, prioritariamente, pelo PRONATEC está definido no artigo 2º:

- I – estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II – trabalhadores;

III – beneficiários dos programas federais de transferência de renda;

IV – estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, 2011).

Ramos (2014), ao refletir sobre os itens I, III e IV do artigo 2º, declara que existem dois aspectos a serem considerados:

i)- o caráter produtivista do capitalismo brasileiro, na medida em que, mesmo com o desenvolvimento das bases tecnológicas das forças produtivas, mobiliza e “qualifica” a força de trabalho “barata”, superexplorando-a, visando realizar a máxima absorção de mais-valia (de força de trabalho marginal à força de trabalho produtiva);

ii)- a busca pelo consentimento ativo da população pobre atendida pelos programas de transferência de renda do governo federal e ações de “assistência” social do Estado, na medida em que oferece “qualificação” profissional a este público, fomentando a perspectiva de inserção no mercado de trabalho e na “sociedade de consumo” (RAMOS, p.88-89).

Observa-se que o critério de identificação de cidades polos para a implementação da segunda fase do Plano de Expansão elevou a contribuição da RFEPCT para o desenvolvimento regional ao promover sua interiorização.

Em 2011, ocorre a publicação da terceira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, que possibilitou a instalação de mais câmpus, sendo parte deles já iniciados nas tratativas da segunda fase da expansão. Nesta fase foram contemplados os municípios de Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Santa Rosa do Sul e Tubarão. Destes, Abelardo Luz e São Bento do Sul fazem parte dos territórios da cidadania de Santa Catarina.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura - MEC (2011), na Fase 3 do Plano de Expansão foram contempladas três dimensões:

a)- Social: universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania; atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100 – municípios com percentual elevado de extrema pobreza;

b)- Geográfica: o atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não

Vamos descentralizar o desenvolvimento, colaborando com os grandes centros que vão se beneficiar por essa fixação do jovem no interior do país. Nós temos que continuar esse processo, para que a juventude tenha a oportunidade, se não na sua cidade, próximo à sua cidade, sem ter que se deslocar para as capitais para ter acesso à educação profissional e educação superior. Então, nós vamos melhorar a qualidade de vida nas nossas cidades, sobretudo nas grandes, ao descentralizar para as médias cidades os investimentos e os equipamentos educacionais (HADDAD, 2011).

É possível perceber neste discurso a intencionalidade do governo federal de que os novos câmpus da RFEPCT contribuam para a redução das desigualdades regionais brasileiras e para o desenvolvimento regional.

Para os municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania catarinenses selecionados para a pesquisa se estabeleceram diferentes formas de relacionamento entre a instituição e os agentes públicos e privados da região. De acordo com Silva (2017):

Em algumas solenidades de inauguração ouviu-se nos discursos das lideranças político-partidárias que a presença do novo câmpus no município promoveria a partir daquela data o “desenvolvimento local”, como se fosse possível alterar de imediato as estruturas sociais e dinâmicas econômicas existentes. Alguns afirmaram que a história do município seria conhecida como sendo antes e depois da chegada do Instituto Federal (SILVA, 2017, p. 165).

Capello (2009), por sua vez, afirma que:

A atividade econômica surge, cresce e se desenvolve no espaço. Empresas e agentes econômicos, geralmente, escolhem seus locais da mesma maneira que escolhem seus fatores de produção e tecnologia. Os recursos produtivos são distribuídos de forma desigual no espaço: eles são frequentemente concentrados em locais específicos, regiões ou cidades, enquanto são total ou parcialmente inexistentes em outros. Desequilíbrios quantitativos e qualitativos na distribuição geográfica de recursos e atividades econômicas geram diferentes níveis de desenvolvimento e bem estar, além de diferentes níveis de desenvolvimento local. O problema da alocação de recursos é complexa e é assim porque a dimensão espacial é de crucial importância (CAPELLO, 2009, p. 33).

Desta maneira, para se compreender o papel do Estado no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania é imperativo separar do discurso meramente político a complexa realidade que o conceito de desenvolvimento regional apresenta. Ao trazer para a reflexão o que afirma Capello (2009), que uma atividade econômica surge, cresce e se desenvolve

no espaço através de variáveis complexas em função da dimensão espacial, produzindo diferentes níveis de desenvolvimento local, indica que a expansão da RFEPCT em Santa Catarina é uma variável passível de ser incluída na análise do desenvolvimento regional. Pois, ao proporcionar a implementação de câmpus nos territórios da cidadania catarinenses, o Estado contribui com o desenvolvimento regional de várias formas e a EPT passa a se apresentar como potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade em lugar de uma outra que toma a EPT apenas como modalidade instrumentalizadora do ser humano.

4.2 O CAPITAL HUMANO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CATARINENSES

O objetivo deste tópico é descrever e analisar os dados dos IF's nos municípios atendidos pela RFEPCT nos territórios da cidadania catarinenses e os dados obtidos com a aplicação da pesquisa de campo realizada para a verificação do papel dos IF's na EPT e sua articulação com o desenvolvimento regional através da oferta de emprego.

Observa-se na literatura a importância que a formação profissional possui sobre o desenvolvimento regional. São inúmeros os impactos observados, como a geração de capital humano, o estabelecimento de uma cultura de aprendizagem, formação de lideranças e o desenvolvimento de uma visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região, assegurando a competitividade (VEIGA, 2006). Isto é possível através do estabelecimento de uma forte relação entre as atividades inerentes das instituições de ensino (ensino, pesquisa e extensão) e a oferta destas à comunidade local e regional (OCDE, 2007). Desta maneira, quanto mais integrada à comunidade estiver a instituição de ensino, maior será percebido o efeito de desenvolvimento da região.

Como observado por Mincer (1958), a maior escolaridade e o maior treinamento contribuem para maiores níveis salariais. Schultz (1960) afirma que a decisão de investir em educação maximiza o bem estar e os retornos da educação do agente. Becker (1962) destaca que a educação permite maiores retornos e que a produtividade da indústria pode ser ampliada pelo aprendizado de novas habilidades dos trabalhadores, que elevam seu capital

humano. Isso indica que o aumento do capital humano é fundamental para o desenvolvimento da estrutura industrial, particularmente as de nível tecnológico mais avançado. E, esse desenvolvimento possui a tendência de gerar, no longo prazo, um multiplicador na economia, oportunizando a geração de empregos e estimulando o desenvolvimento econômico.

Embora exista um consenso de que o papel do capital humano sobre o nível de renda e a taxa de crescimento dos países é fundamental para o desenvolvimento, alguns estudos empíricos demonstram o contrário. Lucas (1988), ao apresentar seu modelo sobre desenvolvimento endógeno e capital humano, demonstra que um trabalhador com melhor qualificação profissional pode fazer o mesmo serviço, utilizando as mesmas técnicas, máquinas e equipamentos, obtendo um resultado melhor elaborado do que outro que não possua qualificação. Afetando, com isso, indiretamente, a produção. Outra alternativa de qualificação profissional, a da inovação, pesquisa e desenvolvimento, geradora de tecnologia, possui potencial, de acordo com Romer (1990) para acelerar o processo de difusão tecnológica, fundamental para uma região se desenvolver.

Nelson e Phelps (1966) afirmam que trabalhadores mais escolarizados são mais capazes de adotar e utilizar novas tecnologias, enquanto Romer (1990) afirma que o capital humano é importante para o desenvolvimento de novas ideias que promovem o desenvolvimento científico, tecnológico e o desenvolvimento econômico endógeno. Assim, ao formar capital humano, os câmpus da RFEPCT presentes nos territórios da cidadania contribuem para o dinamismo econômico regional destas áreas.

Os IF's buscam, com maior ou menor intensidade, adaptar os conteúdos curriculares dos diferentes cursos oferecidos, em todos os níveis de qualificação, para as demandas das regiões. O objetivo é atender as características específicas de cada região, destacando as necessidades particulares dos locais onde os diferentes câmpus estão inseridos.

Ao analisar o contexto socioeconômico das regiões abrangidas pelos territórios da cidadania catarinenses com o intuito de verificar o nível de contribuição da EPT, através da RFEPCT, para o desenvolvimento regional, observando a oferta de cursos nos câmpus da RFEPCT e seu alinhamento

com os APL's, é possível compreender o papel desenvolvido pelos IF's nestas regiões.

Desta maneira, a qualidade da formação do capital humano regional, segundo Lundvall (2002), é a maior contribuição das instituições de ensino para a comunidade. Ao ampliar sua percepção acerca de quais são os conhecimentos e habilidades necessários para a região, os IF's presentes nos territórios da cidadania catarinenses contribuem para o aperfeiçoamento da mão de obra regional.

Para a análise do capital humano dos municípios atendidos pela RFEPCT nos territórios da cidadania catarinenses apresenta-se, inicialmente, a divisão territorial oficial que o Governo Catarinense (2014) propõe para as mesorregiões catarinenses¹² constantes no quadro 5, onde também estão relacionados os demais municípios atendidos pela RFEPCT:

Instituição/Cidade atendida/Mesorregião			
IFSC		IFC	
Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Xanxerê .	Oeste Catarinense	Abelardo Luz , Concórdia, Fraiburgo, Luzerna , Videira.	Oeste Catarinense
Canoinhas , Joinville, Jaraguá do Sul.	Norte Catarinense	Araquari, São Bento do Sul , São Francisco do Sul.	Norte Catarinense

Quadro 5: Relação dos municípios atendidos pela RFEPCT e suas localizações

Fonte: FIESC (2015)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se no quadro 5 a existência de outros câmpus na mesma mesorregião catarinense além daqueles que fazem parte deste trabalho. Isto é decorrência do processo de expansão da RFEPCT.

Para os municípios constantes no quadro 5 e as mesorregiões catarinenses, observam-se os seguintes APL's, conforme o quadro 6:

¹² Os dois territórios da cidadania catarinenses possuem recortes microrregionais que dificultam a identificação e análise mais precisa da economia de alguns municípios pertencentes aos territórios.

Mesorregião	Municípios com câmpus da RFEPECT	Arranjos Produtivos Locais
Norte Catarinense	Canoinhas, São Bento do Sul , Araquari, Joinville, Jaraguá do Sul.	Alimentos – Jaraguá do Sul; Confecção e Têxtil – Jaraguá do Sul, Joinville; Erva mate – Canoinhas; Floricultura, Transformados de Plástico – Joinville; Informática – Joinville; Metalmeccânico - Araquari Joinville e Jaraguá do Sul; Móveis – São Bento do Sul; Turismo de eventos – Jaraguá do Sul, Joinville.
Oeste Catarinense	Xanxerê, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, São Carlos, Chapecó, Caçador, Videira, Concórdia, Luzerna, Abelardo Luz.	Alimentos – Chapecó, Concórdia, Videira; Apicultura – Caçador, Videira; Artesanato – Luzerna; Fruticultura – Caçador; Videira; Leite – Chapecó, Concórdia, Videira; Metalmeccânico – Luzerna Móveis – Caçador, Chapecó, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê; Suinocultura – Chapecó, Concórdia, Videira; Transportes – Caçador, Videira; Vinhos de altitude – Caçador, Videira.

Quadro 6: APL's das mesorregiões com câmpus da RFEPECT

Fonte: FIESC (2015)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se no quadro 6 que os APL's das duas mesorregiões identificadas possuem características distintas, prevalecendo a cultura da transformação na mesorregião oeste, onde estão localizados os câmpus em Xanxerê, Luzerna e Abelardo Luz, na qual é realizada a elaboração de produtos primários, advindos da agricultura, pecuária e extração mineral. De acordo com os dados do SEBRAE/SC (2014), a região do meio oeste catarinense é a maior produtora estadual de milho, soja e trigo. Tendo também como atividade econômica e industrial a agroindústria de aves e suínos, sendo

esta atividade representativa para o PIB nacional, conforme os dados apresentados no gráfico 1:



Gráfico 1: PIB por setores da economia brasileira em 2016
 Fonte: Contas Nacionais / IBGE (2016)
 Nota: SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Segundo dados das Contas Nacionais do IBGE (2016), a indústria de transformação, conforme observado no gráfico 1, foi responsável por 11,7% do PIB. Neste mesmo ano, o setor de serviços representou 60,8% do PIB, o comércio 12,5%, a agropecuária 5,5% e a construção civil 5,6%. A indústria total, constituída pela indústria de transformação, pela indústria extrativa mineral e pelos serviços industriais de utilidade pública (formado pelos fornecimentos de água, eletricidade, etc.), representava 15,6% do PIB.

Ainda de acordo com o IBGE (2016), entre as unidades da Federação, Santa Catarina possuía o 6º maior PIB em 2014, posição que tem se mantido desde 2011, embora a participação do Estado no produto brasileiro tenha aumentado entre 2013 e 2014, passando de 4% para 4,2%, distribuídos na indústria (34,6%), em comércio e serviços (61,2%) e na agropecuária (4,2%). Em comparação às demais Unidades da Federação, apenas Minas Gerais apresentou ganho relativo maior no período (0,6 pontos percentuais) e, assim como Santa Catarina, Mato Grosso aumentou em 0,5 pontos percentuais. Santa Catarina possuía, aproximadamente, 7,0 milhões de habitantes, que corresponde a 3,4% da população total do Brasil. Em relação à região sul, o Estado tem 24% da população.

A composição do PIB em 2014 no estado de Santa Catarina nas mesorregiões é apresentada na tabela 1:

Mesorregião	Serviços	Indústria	Agropecuária
Norte	58,0% (4 ^a)	37,6% (7 ^a)	4,4% (16 ^a)
Sul	60,5% (3 ^a)	32,4% (8 ^a)	7,1% (15 ^a)
Oeste	55,0% (5 ^a)	30,6% (9 ^a)	14,4% (14 ^a)
Vale do Itajaí	67,2% (2 ^a)	30,3% (10 ^a)	2,5% (17 ^a)
Serrana	54,9% (6 ^a)	30,2% (11 ^a)	14,9% (13 ^a)
Grande Florianópolis	79,1% (1 ^a)	18,5% (12 ^a)	2,5% (17 ^a)

Tabela 1: Composição do PIB nas mesorregiões de Santa Catarina

Fonte: FIESC (2015)

Nota: Elaborado pelo autor.

A predominância da indústria é observada nas mesorregiões norte e sul. Ao ocupar a sétima posição no PIB do Estado, o setor industrial no norte catarinense responde por 37,6% do produto regional. A agropecuária é predominante nas regiões serrana e oeste. A agropecuária na região oeste catarinense ocupa a 14^a posição no PIB do Estado.

Assim, ao observar o Decreto 5.154/2004, que propõe aos IF's que os cursos sejam organizados por área ocupacional, considerando as necessidades do mercado de trabalho e que atenda à necessidade de formação de um profissional polivalente, com múltiplo olhar sobre as transformações no mundo do trabalho e que o processo educativo envolva a compreensão de que o trabalhador se educa no processo de trabalho, faz-se relevante a articulação com áreas diversas de acordo com as características econômicas locais. Desta forma, a sociabilidade do capital também infere no processo de constituição do profissional a ser formado.

O quadro 7 apresenta a relação de alguns cursos que são ofertados nos câmpus da RFEPCT analisados nesta pesquisa:

Quadro 7: Exemplos de cursos ofertados nos câmpus do IFC e do IFSC

Câmpus	Cursos ofertados por nível de qualificação profissional			
	Capacitação profissional	Técnico	Superior	Pós graduação
Abelardo Luz	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultor Familiar; - Formação de Educadores em Educação no Campo; - Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciatura em Pedagogia 	<p><i>Lato Sensu em:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação do Campo.
Canoinhas	<ul style="list-style-type: none"> - Informática Básica Integrada ao Meio Rural; - Gestão da Propriedade Rural Auxiliada pela Informática; - Certificação e Gestão para Grupos de Produtores Rurais; - Manipulação, Processamento e Boas Práticas de Fabricação de Alimentos; - Pedreiro em Alvenaria; - Desenvolvimento em Educação Ambiental; - Desenvolvimento em Gestão Cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agroecologia; - Edificações; - Suporte em Informática; - Técnico em Alimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise e Desenvolvimento de Sistemas. 	<p><i>Lato Sensu em:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Rural Sustentável
Luzerna	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar de Manutenção Mecânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Automação Industrial; - Segurança do Trabalho; - Mecânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenharia Mecânica; - Engenharia de Controle e Automação 	

Continuação

Quadro 7: Exemplos de cursos ofertados nos câmpus do IFC e do IFSC

Continuação

Câmpus	Cursos ofertados por nível de qualificação profissional			
	Capacitação profissional	Técnico	Superior	Pós graduação
São Bento do Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Agente de Projetos Sociais; - Ambiente e Saúde; - Controle de Processos Industriais; - Desenvolvimento Educacional e Social; - Gestão de Negócios; - Informação e Comunicação; - Infraestrutura; - Produção Cultural e Design. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa Civil; - Logística; - Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenharia da Computação; - Engenharia de Controle e Automação 	
Xanxerê	<ul style="list-style-type: none"> - Informática; - Desenhista Mecânico; 	<ul style="list-style-type: none"> Agroindústria; - Alimentos; - Fabricação Mecânica; - Informática; - Mecânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Engenharia Mecânica 	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, a partir dos quadros 5, 6 e 7, que os cursos ofertados nos câmpus analisados nesta pesquisa, em sua maioria, possuem relação com os APL's das mesorregiões catarinenses.

Os IF's presentes no estado de Santa Catarina apresentam-se como rico estudo de caso em diversos aspectos, pois o Estado apresenta um modelo bastante capilarizado de instituições de ensino. A compreensão dos efeitos dos câmpus da RFEPCT nos territórios da cidadania mostra-se relevante para o entendimento da dinâmica de seus desenvolvimentos socioeconômicos.

Assim, ao observar a oferta de ensino por câmpus, sem diferenciação de nível, apresenta-se, na tabela 2 o número de alunos matriculados e formados, para os anos de 2010, 2014, 2016 e 2017. Os anos de 2010, 2014 e 2016 foram escolhidos em função do início de funcionamento dos câmpus

analisados e o ano de 2017 foi escolhido em função de ser o último ano com dados completos disponíveis. Conforme observa-se na tabela 2:

Câmpus	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Abelardo Luz	0	0	0	0	0	0	0	0	32	13	51	21	74	1	233	23
Canoinhas	73	0	342	33	673	63	1.222	420	1.640	575	1.271	356	1.579	768	1.301	469
Luzerna	360	0	415	0	468	72	447	39	446	10	591	14	697	46	737	34
São Bento do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	506	0	855	453
Xanxerê	0	0	0	0	389	80	384	156	810	136	909	347	1.126	533	921	369
Total	433	0	757	33	1.530	215	2.053	615	2.928	721	2.822	738	3.982	1348	4.047	1.348

Tabela 2: Alunos matriculados e formados nos IF's por câmpus – 2010 - 2017

Fonte: Relatórios de gestão e Anuários Estatísticos do IFSC e do IFC (2018)

Nota 1: M – Matrícula; F – Formados

Nota 2: Elaborado pelo autor.

Um fator a ser considerado ao observar a tabela 2 e a evolução do número de matrículas é como o orçamento das instituições envolvidas evoluiu neste período. A RFEPCT apresenta um indicador administrativo denominado Gasto Corrente por Aluno - GCA, que quantifica o total de gastos anuais da instituição para cada aluno matriculado. De acordo com o Relatório de Gestão do IFSC (2018), a instituição, no ano de 2010, apresentou um GCA de R\$10.541,30 e em 2017, o GCA foi de R\$15.266,90. De acordo com o Relatório de Gestão do IFC (2018), a instituição, no ano de 2010, apresentou um GCA de R\$15.161,34 e em 2017, o GCA foi de R\$17.677,16. Respectivamente, IFSC e IFC tiveram uma evolução do GCA de, 44,8% e 16,6%.

Outro fator a ser considerado nos municípios pesquisados é que estes receberam servidores qualificados para trabalharem nos câmpus implantados. Estes câmpus possuem o potencial de se transformarem em centros culturais ao promoverem palestras científicas, feiras de ciências, seminários de pesquisa, olimpíadas de matemática, entre outros eventos incentivadores da ciência e pesquisa.

A tabela 3 apresenta o quantitativo de docentes e técnicos administrativos em cada câmpus pesquisado em função do nível de escolaridade/formação:

Câmpus	Docentes						
	Total	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Técnico	Médio
Abelardo Luz	21	10	6	4	1	0	0
Canoinhas	60	12	32	5	10	0	0
Luzerna	55	12	31	5	6	0	0
São Bento do Sul	36	12	14	9	1	0	0
Xanxerê	40	14	17	6	3	0	0
	Técnicos Administrativos						
Abelardo Luz	6	0	1	1	1	2	1
Canoinhas	35	0	7	11	9	1	7
Luzerna	38	0	0	15	15	5	3
São Bento do Sul	19	1	2	8	3	2	3
Xanxerê	27	1	3	7	11	4	1

Tabela 3: Quantitativo de servidores por nível de qualificação nos câmpus pesquisados

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC e IFSC (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Segundo Lundvall (2002), a maior contribuição das instituições de ensino para o desenvolvimento regional é a qualidade do profissional que elas disponibilizam para a sociedade. Observa-se na tabela 3 o potencial de transferência de conhecimento para a sociedade que os câmpus da RFEPCT desta pesquisa possuem: a maioria dos docentes possui doutorado ou mestrado, indicando um elevado potencial para o desenvolvimento de inovação e pesquisa.

A tabela 4 apresenta os dados dos câmpus analisados neste trabalho, referentes à pesquisa, extensão e inovação. São apresentados os dados referentes a projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos e pedidos de patente solicitados no recorte temporal da pesquisa (desde 2008):

Câmpus	Projetos de Pesquisa desenvolvidos	Projetos de Extensão desenvolvidos	Pedidos de patente no INPI¹³
Abelardo Luz	14	5	-
Canoinhas	16	42	1
Luzerna	91	69	1
São Bento do Sul	14	8	0
Xanxerê	23	25	1

Tabela 4: Projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos e pedidos de patente nos câmpus observados na pesquisa desde 2008

Fonte: Site institucional do IFSC e do IFC (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

A EPT, de acordo com Pacheco (2011) deve ser entendida como sendo potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade local, na perspectiva de sua emancipação através da qualificação para o mercado de trabalho. Trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equilibrada socialmente.

Dentro do contexto de articulação dos IF's com as realidades de cada território da cidadania catarinense no que se refere ao capital humano e oferta de emprego, passa-se a descrever cada território separadamente.

4.2.1 Território da Cidadania do Planalto Norte

O Território do Planalto Norte Catarinense possui, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2014) uma área de 10.466,70 km² e é composto por 14 municípios: Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul. A população total do território é de 357.082 habitantes, dos quais 84.430 vivem na área rural, o que corresponde a 23,64% do total. Possui 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e duas

¹³ INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. É o órgão responsável pelo processo de concessão de patentes e registro de marcas.

terras indígenas. Seu IDHm médio é 0,79, onde o município de Matos Costa apresenta o menor índice, de 0,657 e o município de Porto União apresenta o maior índice, de 0,786. A RFEPCT está presente em dois municípios deste território: Canoinhas e São Bento do Sul.

A tabela 5 apresenta o quantitativo de admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense dentro do período de análise da pesquisa (2008 – 2016).

Município	Número de Admissões											
	2008				2012				2016			
Nível de Escolaridade	EF	EM	ES	PG	EF	EM	ES	PG	EF	EM	ES	PG
Bela Vista do Toldo	64	109	61	-	62	167	110	-	61	229	153	-
Campo Alegre	523	639	156	-	749	1854	252	-	587	2317	389	1
Canoinhas	2020	3529	1351	7	1920	5077	1617	22	1263	6050	1834	17
Ireneópolis	121	229	156	1	110	381	178	1	101	526	218	-
Itaiópolis	472	881	252	-	683	1588	345	2	338	1358	1621	-
Mafra	2482	3793	1034	2	2159	5471	1430	2	1744	6007	1657	3
Major Vieira	102	172	70	-	100	322	84	-	80	392	131	1
Matos Costa	68	95	54	-	93	120	46	-	81	154	69	-
Monte Castelo	202	220	70	-	216	347	71	-	245	425	132	-
Papanduva	461	646	174	-	430	1218	212	1	549	1729	324	1
Porto União	1005	1282	574	2	952	2151	817	28	800	2481	1009	10
Rio Negrinho	4009	3008	863	2	2673	4821	1003	4	2264	5531	1352	1
São Bento do Sul	5443	9027	2365	61	5203	12100	3252	102	4253	12787	4160	71
Três Barras	622	1539	316	3	594	2484	505	6	442	3309	632	3
Total	17594	25169	7496	78	15944	38101	9922	168	12808	43293	13681	108

Tabela 5: Admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense

Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)

Nota 1: EF: Ensino Fundamental Completo; EM: Ensino Médio Completo; ES: Ensino Superior Completo; PG: Pós Graduação (Mestrado ou Doutorado)

Nota 2: Elaborado pelo autor.

Os municípios em destaque na tabela 5 são os que possuem câmpus dos IF's. Observa-se para a maioria dos municípios deste território uma evolução nas admissões ao emprego para os níveis de escolaridade em ensino médio completo e ensino superior completo para o recorte temporal. Para as admissões ao emprego para o nível de escolaridade em ensino fundamental completo, observa-se uma redução em seus quantitativos.

O câmpus Canoinhas, desde sua inauguração até dezembro de 2017, de acordo com os dados apresentados na tabela 2, capacitou 2.684 pessoas. O câmpus São Bento do Sul, desde sua inauguração até dezembro de 2017, de acordo com os dados apresentados na tabela 2, capacitou 453 pessoas. A tabela 6 apresenta o número de concluintes nos cursos nestes dois câmpus desde sua inauguração.

Tabela 6: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Planalto Norte Catarinense

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Canoinhas	Certificação e Gestão para Grupos de Produtores Rurais	-	-	11	-	--	-	13	-
	Informática Básica	-	15	17	16	-	13	-	-
	Manipulação, Processamento e Boas Práticas de Fabricação de Alimentos	-	10	13	-	-	-	219	117
	Pedreiro em Alvenaria	-	8	-	-	-	-	-	-
	Matemática Comercial e Financeira Básica	-	-	-	17	-	23	19	11
	Auxiliar de Padaria e Confeitaria	-	-	-	109	57	31	-	-
	Auxiliar Administrativo	-	-	-	20	19	-	-	-
	Cuidador Infantil	-	-	-	13	41	-	10	-
	Desenhista Mecânico	-	-	-	11	-	-	-	-
	Fotógrafo	-	-	-	13	24	-	-	-
	Inglês Básico	-	-	-	18	24	-	15	-
	Montador e Reparador de Computador	-	-	-	16	26	-	-	22
	Operador de Computador	-	-	-	14	39	24	-	-
	Operador de Tratamento de Resíduos	-	-	-	20	25	26	-	-
	Viveirista de Plantas e Flores	-	-	-	11	32	-	-	-
Cabeleireiro	-	-	-	-	33	26	-	-	

Continuação

Tabela 6: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Planalto Norte Catarinense

Continuação

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Canoinhas	Maquiador	-	-	-	-	39	35	-	-
	Educação e Gênero	-	-	-	-	28	30	13	25
	Costureiro	-	-	-	-	-	34	14	-
	Confeiteiro	-	-	-	-	-	-	12	-
	AutoCAD 2D na Construção Civil	-	-	-	-	-	8	22	-
	SketchUp na Construção Civil	-	-	-	-	-	9	12	24
	Espanhol Básico	-	-	-	-	-	-	20	-
	Inglês Intermediário	-	-	-	-	19	-	-	-
	Língua Brasileira de Sinais	-	-	-	-	26	-	19	-
	Leitura: teoria e prática	-	-	-	-	-	-	21	15
	Contador de Histórias	-	-	-	-	-	11	-	-
	Recreador	-	-	-	-	-	-	14	9
	Agricultor Familiar	-	-	-	-	-	-	12	-
	Processamento de Doces de Frutas e Conservas Vegetais	-	-	-	-	-	-	26	-
	Produtor de Olerícolas	-	-	-	-	-	-	12	-
	Uso de Calculadora Científica	-	-	-	-	-	-	30	8
	Desenvolvimento e Gestão Cultural	-	-	-	-	-	-	19	19
	Metodologia e Práticas no ensino de Filosofia Sociologia	-	-	-	-	-	-	-	10
	Teorias, conceitos e temas no Ensino de Filosofia e Sociologia	-	-	-	-	-	-	-	23
	Produção de Salgados e Pizzas	-	-	-	-	-	-	-	28
Logística	-	-	-	-	-	-	28	-	
Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	37	41	
Gestão da Propriedade Rural	-	-	-	-	-	-	32	-	

Continuação

Tabela 6: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Planalto Norte Catarinense

Continuação

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Canoinhas	Desenvolvimento Rural Sustentável	-	-	-	-	-	-	-	24
	Instalações Elétricas Prediais	-	-	-	-	-	-	-	28
	Produção Sustentável e Certificação Orgânica	-	-	-	-	-	-	-	9
	Técnico em Agroecologia	-	-	22	39	39	14	26	27
	Técnico em Agroindústria	-	-	-	29	25	16	41	-
	Técnico em Edificações	-	-	-	57	41	22	52	17
	Técnico em Informática	-	-	-	17	38	-	30	1
	Técnico em Análises Químicas	-	-	-	-	-	19	-	-
	Técnico em Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	11
<i>Lato Sensu</i> em Educação Profissional Integrada à Educação Básica	-	-	-	-	-	15	-	-	
São Bento do Sul	Agente de Projetos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	167
	Ambiente e Saúde	-	-	-	-	-	-	-	18
	Controle de Processos Industriais	-	-	-	-	-	-	-	51
	Desenvolvimento Educacional e Social	-	-	-	-	-	-	-	5
	Gestão de Negócios	-	-	-	-	-	-	-	70
	Informação e Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	42
	Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	20
	Produção Cultural e Design	-	-	-	-	-	-	-	48
Segurança	-	-	-	-	-	-	-	32	

Fonte: Relatórios de Gestão e Anuários Estatísticos do IFSC e do IFC (2018)
 Nota: elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 6 que a maioria dos cursos ofertados nos dois câmpus é de capacitação profissional. A principal característica destes cursos é

sua reduzida carga horária, proporcionando rápida inserção ao mercado de trabalho.

4.2.2 Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado

O Território do Meio Oeste Contestado abrange uma área de 8.288,10 km² e é composto por 29 municípios: Água Doce, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Ipuaçú, Lajeado Grande, Luzerna, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargem Bonita, Xaxim, Abelardo Luz, Bom Jesus, Capinzal, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Marema, Ouro, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão e Xanxerê. A população total do território é de 271.996 habitantes, dos quais 72.666 vivem na área rural, o que corresponde a 26,72% do total. Possui 13.155 agricultores familiares, 2.105 famílias assentadas e 4 terras indígenas. Seu IDHm médio é 0,81, onde o município de Entre Rios apresenta o menor índice, de 0,657 e o município de Joaçaba apresenta o maior índice, de 0,827. A RFEPCT está presente em três municípios deste território: Abelardo Luz, Luzerna e Xanxerê.

A tabela 7 apresenta o quantitativo de admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado dentro do período de análise da pesquisa (2008 – 2016).

Tabela 7: Admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Catarinense

Município	Número de Admissões											
	2008				2012				2016			
Ano	EF	EM	ES	PG	EF	EM	ES	PG	EF	EM	ES	PG
Abelardo Luz	410	640	207	-	472	1408	350	5	416	1726	555	3
Água Doce	261	210	120	1	230	304	189	1	223	429	215	-
Bom Jesus	75	97	39	-	123	157	65	-	81	157	76	-
Capinzal	1723	2375	484	2	1534	2916	662	6	1207	3095	808	1
Catanduvas	298	554	178	-	396	870	259	-	397	1106	333	-
Coronel Martins	23	73	26	-	27	81	31	-	28	100	61	-
Entre Rios	30	48	39	-	48	100	66	-	37	121	69	-
Erval Velho	229	186	61	-	196	273	80	1	185	323	98	1
Faxinal dos Guedes	675	880	203	1	694	864	189	3	600	1487	371	-
Galvão	69	111	43	-	62	128	68	-	53	183	77	-

Continuação

Tabela 7: Admissões ao trabalho por nível de escolaridade nos municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Catarinense

Continuação

Município	Número de Admissões											
	2008				2012				2016			
Herval D'Oeste	547	984	340	-	593	1210	387	93	491	1293	410	76
Ibicaré	66	119	39	-	104	151	56	-	79	245	78	1
Ipuaçú	98	154	56	1	93	215	107	1	199	629	141	1
Joaçaba	2607	4966	1943	24	2533	5786	2199	281	2287	6998	2685	282
Jupiá	32	35	23	-	42	62	40	-	55	106	44	1
Lacerdópolis	80	107	35	-	84	165	42	-	100	195	57	-
Lajeado Grande	31	53	12	-	42	102	42	-	17	121	54	-
Luzerna	239	417	188	1	210	644	242	7	182	636	241	2
Marema	38	63	33	-	52	75	54	-	37	101	53	-
Ouro	157	149	85	-	162	253	147	1	114	338	196	-
Ouro Verde	49	74	47	-	51	100	72	-	39	115	72	-
Passos Maia	118	121	46	-	105	189	87	-	124	221	155	-
Ponte Serrada	243	347	95	-	337	536	167	-	269	666	212	1
São Domingos	251	410	115	-	211	486	172	-	250	594	212	1
Treze Tilias	201	676	140	2	336	993	268	-	468	1356	506	2
Vargeão	186	214	69	-	146	259	112	-	162	331	121	1
Vargem Bonita	332	644	130	1	280	695	190	3	200	832	305	2
Xanxerê	2402	3829	1376	5	2216	5595	1734	150	1702	6397	2074	120
Xaxim	1592	2353	563	1	1268	3095	729	17	1536	3882	1134	33
Total	13062	20889	6735	39	12647	27712	8806	569	11538	33783	11413	519

Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)

Nota 1: EF: Ensino Fundamental Completo; EM: Ensino Médio Completo; ES: Ensino Superior Completo; PG: Pós Graduação (Mestrado ou Doutorado)

Nota 2: Elaborado pelo autor.

Os municípios em destaque na tabela 7 são os que possuem câmpus dos IF's. Observa-se para a maioria dos municípios deste território uma evolução nas admissões ao emprego para os níveis de escolaridade em ensino médio completo e ensino superior completo para o recorte temporal. Para as admissões ao emprego para o nível de escolaridade em ensino fundamental completo, observa-se uma redução em seus quantitativos.

O câmpus Abelardo Luz, desde sua inauguração até dezembro de 2017, de acordo com os dados apresentados na tabela 2, capacitou 58 pessoas. O câmpus Luzerna, desde sua inauguração até dezembro de 2017, de acordo com os dados apresentados na tabela 2, capacitou 215 pessoas. E o câmpus Xanxerê, desde sua inauguração até dezembro de 2017, de acordo com os

dados apresentados na tabela 2, capacitou 1.621 pessoas. A tabela 8 apresenta o número de concluintes nos cursos nestes três câmpus desde sua inauguração.

Tabela 8: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Meio Oeste Contestado

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abelardo Luz	Técnico em Agropecuária	-	-	-	-	13	2	1	23
	<i>Lato Sensu</i> em Educação no Campo	-	-	-	-	-	19	-	-
Luzerna	Técnico em Automação Industrial	-	-	18	7	5	3	23	15
	Técnico em Mecânica	-	-	29	19	5	11	5	-
	Técnico em Segurança do Trabalho	-	-	25	13	-	-	15	17
	Engenharia de Controle e Automação	-	-	-	-	-	-	3	2
Xanxerê	Boas Práticas para Manipuladores de Alimentos	-	-	30	52	44	159	-	-
	Fundamentos de Metrologia	-	-	12	-	-	-	7	-
	Manipulação, Processamento e Boas Práticas de Fabricação de Alimentos	-	-	38	-	-	-	65	-
	Processamento de Frutas	-	-	-	-	5	8	-	-
	Preparador de Doces e Conservas	-	-	-	-	-	-	12	-
	Preparador de Doces e Conservas Vegetais	-	-	-	-	-	-	16	28
	Produtor de Derivados de Leite	-	-	-	-	12	21	27	33
	Desenhista Mecânico	-	-	-	18	-	7	-	7
	Língua inglesa nível básico	-	-	-	33	-	10	29	36
	Língua inglesa nível pré-intermediário	-	-	-	10	-	-	-	-
	Língua inglesa nível intermediário	-	-	-	7	-	-	10	14

Continuação

Tabela 8: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Meio Oeste Contestado

Continuação

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros nível Básico	-	-	-	-	-	-	-	14
	Confeitaria	-	-	-	-	-	50	23	26
Xanxerê	Padeiro	-	-	-	-	-	-	14	-
	Assistente Administrativo	-	-	-	-	-	-	24	-
	Assistente de Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	37	-
	Artesão de Pintura em Tecido	-	-	-	-	-	-	18	36
	Artesão em Bordado à Mão	-	-	-	-	-	-	15	-
	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	-	-	-	-	-	8	-	-
	Produção de texto Dissertativo	-	-	-	-	-	5	-	-
	Contador de Histórias	-	-	-	-	-	-	18	-
	Matemática para Professores de Ensino Fundamental	-	-	-	-	6	-	-	-
	Fundamentos de Língua Portuguesa e Matemática	-	-	-	-	-	-	10	-
	Educação e Gênero	-	-	-	-	-	-	18	15
	Teorias, Conceitos e Temas no Ensino de Filosofia e Sociologia	-	-	-	-	-	-	11	11
	Gestão Ambiental no Cotidiano	-	-	-	-	-	-	8	-
	Gestão de Micro empreendimentos de Economia Solidária	-	-	-	-	-	-	9	9
	Empreendendo em Pequenas e Grandes Empresas	-	-	-	-	-	-	-	33
	Política e Gestão na Educação	-	-	-	-	-	-	-	31
	Espanhol Básico	-	-	-	-	-	-	2	-
Reaprendendo Matemática	-	-	-	-	-	-	29	-	

Continuação

Tabela 8: Número de concluintes nos cursos ofertados nos IF's do Território do Meio Oeste Contestado

Continuação

Câmpus	Curso	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	SOS Matemática	-	-	-	-	13	-	3	-
	SOS Física	-	-	-	-	-	5	-	2
	SOS Química	-	-	-	-	-	3	3	-
	Operador de Computador	-	-	-	-	9	40	31	38
	Soldador	-	-	-	-	-	-	35	-
Xanxerê	Padeiro	-	-	-	-	-	-	14	-
	Torneiro Mecânico	-	-	-	-	-	7	11	18
	Técnico em Agroindústria	-	-	-	25	13	11	8	-
	Técnico em Fabricação Mecânica	-	-	-	11	34	13	14	-
	Técnico em Mecânica	-	-	-	-	-	-	12	15
	Lato Sensu em Formação Pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica	-	-	-	-	-	-	-	3

Fonte: Relatórios de Gestão e Anuários Estatísticos do IFSC e do IFC (2018)
Nota: elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 8 que os cursos ofertados nos dois câmpus do IFC, em Abelardo Luz e Luzerna, não são de capacitação profissional. No câmpus do IFSC, em Xanxerê, prevalece a oferta de cursos de capacitação profissional.

Ao comparar os cursos ofertados nos IF's nos dois territórios da cidadania catarinenses, apresentados nas tabelas 6 e 8 com os APL's das mesorregiões, apresentados no quadro 6, observa-se uma convergência entre a oferta dos cursos destas instituições e as características regionais produtivas.

4.2.3 Resultados da Pesquisa de Campo

A partir dos resultados da pesquisa de campo efetuada com os egressos dos cinco câmpus da RFEPCT presentes nos dois Territórios da Cidadania catarinenses e com empresas também situadas na região, buscou-se verificar o papel dos IF's na formação profissional do capital humano e os benefícios socioeconômicos gerados para os egressos e para a região.

4.2.3.1 Resultados da Pesquisa de Campo com os Egressos

Em relação aos câmpus dos IF's onde os egressos concluíram seus estudos, 16 egressos concluíram em São Bento do Sul e Xanxerê, 12 egressos no câmpus em Canoinhas, 9 egressos no câmpus em Luzerna e 5 egressos no câmpus em Abelardo Luz.

Em relação ao ano de conclusão dos cursos realizados pelos egressos, 16 egressos concluíram o curso em 2015, 15 egressos concluíram o curso em 2016, 9 egressos concluíram o curso em 2013, 8 egressos concluíram o curso em 2014, 7 egressos concluíram o curso em 2017, 2 egressos concluíram o curso em 2012 e 1 egresso concluiu o curso em 2010.

Em relação ao tipo de curso concluído pelos egressos, 56 egressos responderam que concluíram um curso técnico e 2 egressos responderam que concluíram um curso superior. Percebe-se nas respostas para esta pergunta a ausência de egressos dos cursos de capacitação profissional e de pós-graduação participantes da pesquisa.

Em relação à motivação dos egressos para a realização do curso nos IF's, as respostas obtidas são apresentadas no gráfico 2:

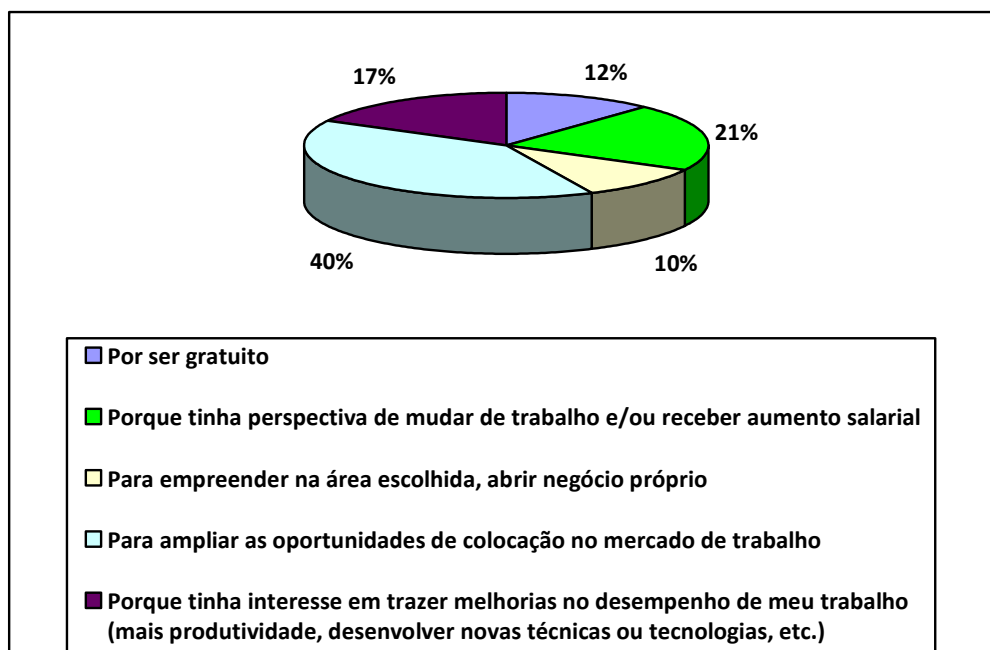


Gráfico 2: Motivação dos egressos para a realização do curso
Fonte: elaborado pelo autor.

Destaca-se do gráfico 2 que 40% dos egressos responderam que sua maior motivação para a realização do curso foi a perspectiva de ampliação das oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

Em relação a colocação no mercado de trabalho dos egressos na sua área de formação após a formação no curso, as respostas obtidas são apresentadas no gráfico 3:

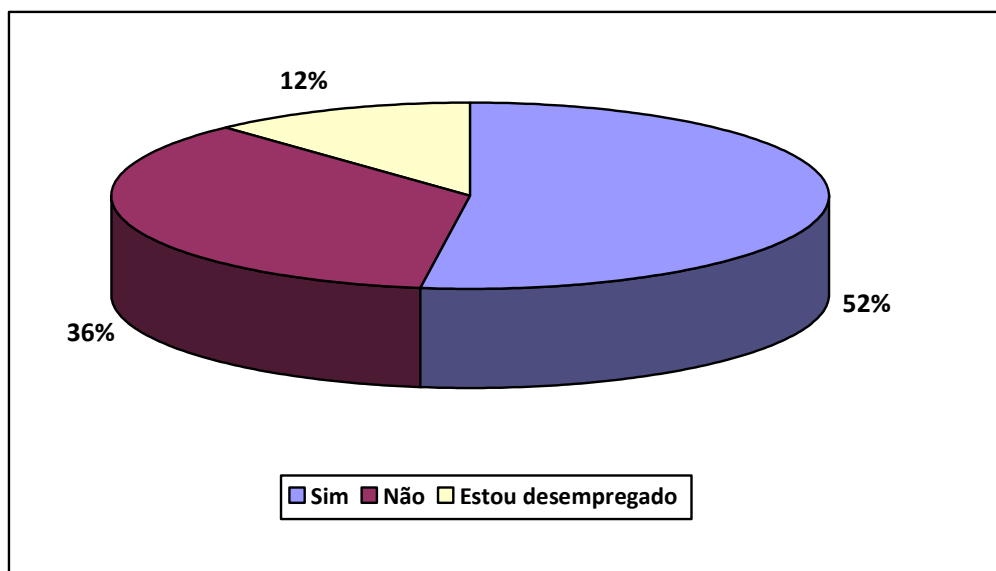


Gráfico 3: Colocação no mercado de trabalho em sua área de formação após a formatura
Fonte: elaborado pelo autor.

Destaca-se no gráfico 3 que 52% dos egressos responderam que trabalham na área em que se formaram no IFSC/IFC. Para os egressos que responderam não estar trabalhando na área de formação, foi perguntado em qual atividade estariam trabalhando. As respostas apresentaram variação entre diversas atividades, tais como: auxiliar de serviços gerais, soldador, manutenção industrial, comércio, cozinheira e estudante de curso superior.

Com o objetivo de verificar alguns benefícios proporcionados pelos IF's aos egressos após o término do curso, tais como: conquista e/ou promoção no emprego, os egressos que responderam ao questionário apresentaram as respostas ilustradas no gráfico 4.

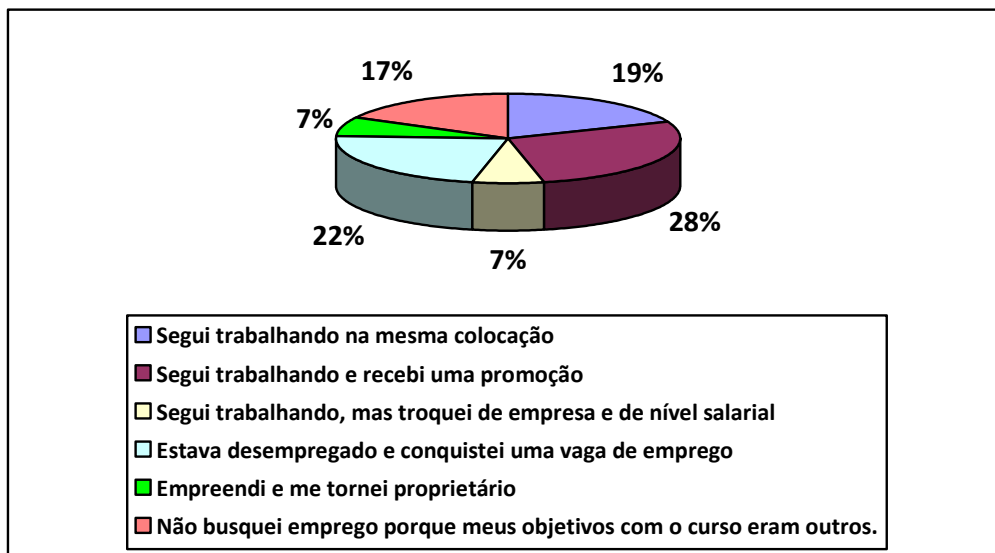


Gráfico 4: Benefícios proporcionados pelos IF's aos egressos
Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se nas respostas obtidas que 28% dos egressos afirmaram que seguiram trabalhando e receberam uma promoção por ter concluído o curso e 22% dos egressos afirmaram que estavam desempregados e conquistaram uma vaga de emprego.

Em relação à expectativa proporcionada pelos IF's aos egressos, as respostas são apresentadas no gráfico 5:

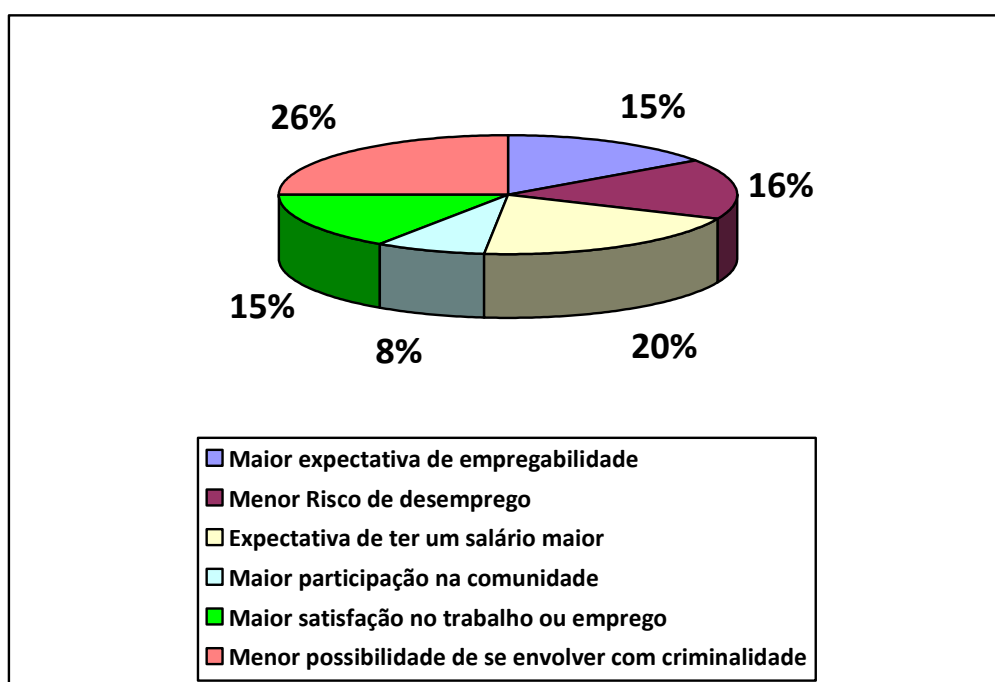


Gráfico 5: Expectativa proporcionada pelos IF's aos egressos
Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar as respostas, destacam-se as percepções dos egressos com relação à menor possibilidade de se envolver com criminalidade e expectativa de ter um salário maior. Observa-se também que os egressos, ao concluírem o curso, apresentam expectativas de: ter um salário maior e ter menor risco de ficarem desempregados. Ao observar os dados disponibilizados na RAIS (2018), verifica-se que os profissionais de nível técnico formados para trabalhar na indústria são os que recebem os maiores salários. O valor médio do salário de um trabalhador de nível técnico da indústria é de R\$2.623,45 enquanto o salário médio recebido por um trabalhador de nível técnico de outra área (comércio, serviços ou agropecuária) é de R\$2.123, 78.

Ao analisar a relação entre a oferta de cursos nos câmpus (tabelas 6 e 8), os APL's das regiões onde os câmpus estão instalados (quadro 6) e, a partir das respostas dos egressos ao questionário, verifica-se uma relação direta entre os APL's e os cursos ofertados pelos câmpus, atendendo à expectativa da comunidade local por qualificação profissional.

Em relação a localização do trabalho atual dos egressos, foi identificado o quantitativo de egressos que permaneceram no município após a conclusão do curso realizado na instituição. As respostas obtidas para esta questão são apresentadas no gráfico 6:

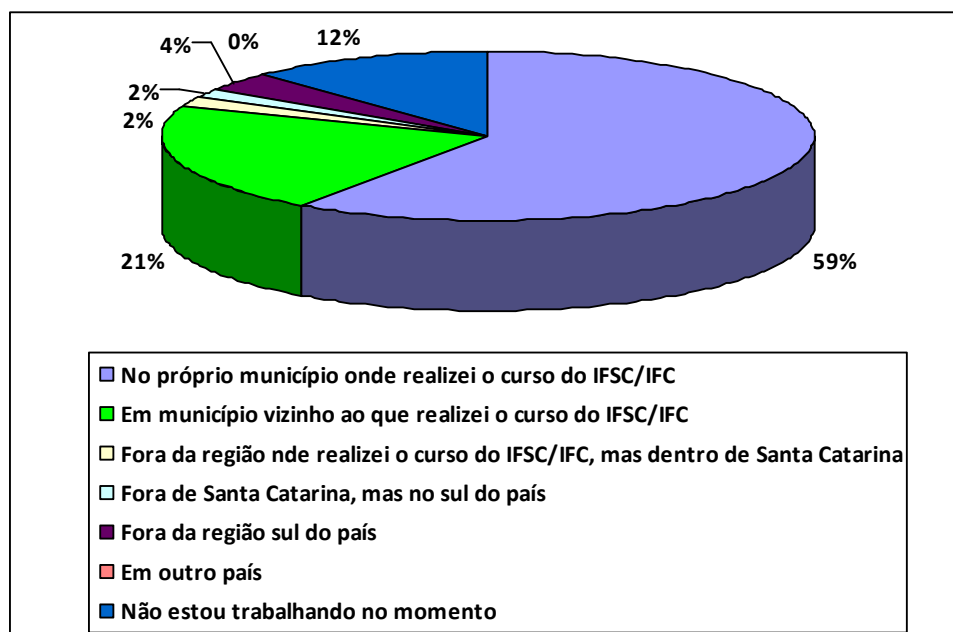


Gráfico 6: Localização do trabalho atual dos egressos
Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se do gráfico 6 que 59% dos egressos que responderam ao questionário afirmaram que trabalham no mesmo município em que concluíram o curso. Este resultado está em conformidade com o previsto nas missões das instituições analisadas. A missão do IFSC é: “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2015). A missão do IFC é: “Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional” (IFC, 2015).

Foram identificadas as percepções dos egressos com relação, respectivamente, à exigência do mercado de trabalho quanto a capacitação profissional desenvolvida nos IF's e à qualidade do ensino oferecido. As respostas são apresentadas no gráfico 7:

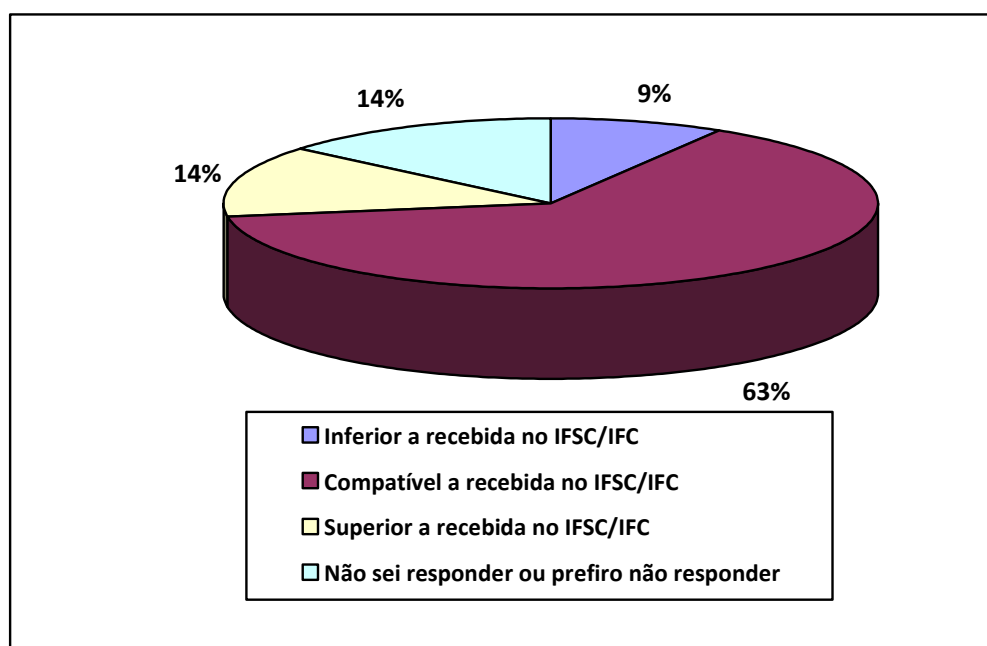


Gráfico 7: Percepções dos egressos com relação à exigência do mercado de trabalho quanto à capacitação profissional desenvolvida nos IF's
Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se do gráfico 7 que 63% dos egressos que responderam ao questionário consideram que a exigência do mercado quanto a sua capacitação profissional é compatível com a recebida nos IF's.

Com o objetivo de avaliar a percepção do ensino oferecido pelos IF's, atribuindo notas de 1 a 10, sendo 1 para ruim e 10 para excelente, as respostas são apresentadas no gráfico 8:

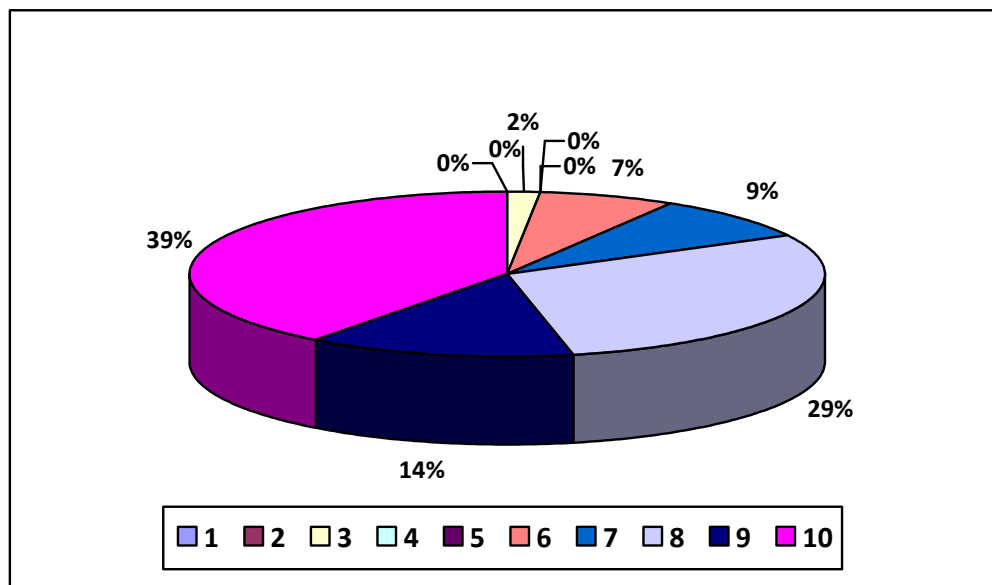


Gráfico 8: Avaliação dos IF's pelos egressos
Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se do gráfico 8 que 39% dos egressos que responderam ao questionário consideram que o ensino oferecido pelos IF's é excelente.

Buscou-se identificar as percepções dos egressos sobre o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão. Para estas questões, obteve-se um retorno positivo para a participação em atividades de pesquisa e não houve retorno indicando a participação em projetos de extensão. Porém, de acordo com a tabela 4, o quantitativo de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na maioria dos câmpus pertencentes aos territórios da cidadania catarinenses indica que ações destas naturezas estão sendo desenvolvidas neste câmpus.

4.2.3.2 Resultados da Pesquisa de Campo com os Setores de Recursos Humanos das Empresas Locais

O questionário aplicado identificou as empresas que participaram da pesquisa, principalmente em relação ao setor de atuação e seu porte. Com relação ao setor de atuação, todas as empresas que responderam ao questionário são do setor industrial. Com relação ao porte das empresas e

quantidade de trabalhadores por nível de qualificação profissional, a tabela 9 apresenta os resultados obtidos:

Empresa	Número de Trabalhadores/Nível de Qualificação							
	Qualificação Profissional	Ensino Médio	Técnico	Superior em Tecnologia	Bacharelado	Licenciatura	Especialização	Mestrado Profissional
A	8	13	2	2	2	0	1	0
B	12	14	3	1	2	0	2	0
C	30	50	7	3	5	0	1	0
D	23	45	12	6	3	0	3	0
E	82	320	26	12	16	0	5	0
F	18	27	9	3	5	0	1	1
G	33	42	11	6	9	0	5	1
H	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 9: Número de trabalhadores das empresas que responderam ao questionário

Nota 1: Os nomes das empresas foram omitidos

Nota 2: A empresa H não divulgou o quantitativo de trabalhadores

Nota 3: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 9 que a maioria dos trabalhadores das empresas que responderam ao questionário possui ensino médio. Comparando estes dados com os apresentados nas tabelas 5 e 7, em relação à evolução nas admissões para trabalhadores com ensino médio no período temporal (desde 2008), verifica-se que há convergência entre os dados. Ou seja, as empresas passaram a admitir mais trabalhadores com ensino médio completo do que trabalhadores com ensino fundamental completo, conforme se observa nas tabelas 5 e 7 e 9.

Com relação às funções desempenhadas pelos profissionais, foram estimadas as atividades laborais inerentes à formação profissional dos egressos contratados pela empresas. As respostas são apresentadas na tabela 10:

Empresa	Funções Desempenhadas				
	Produção e Manutenção	Supervisão	Gerência	Pesquisa e Desenvolvimento	Vendas
A	X	X	X	X	X
B	X	X	-	-	X
C	X	X	-	-	X
D	X	X	X	X	X
E	X	X	-	-	X
F	X	-	-	-	X
G	X	X	-	-	X
H	X	X	-	-	-

Tabela 10: Funções desempenhadas pelos profissionais contratados

Nota 1: Os nomes das empresas foram omitidos

Nota 2: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 10 que as funções de produção e manutenção, supervisão e vendas são as mais desempenhadas pelos profissionais egressos.

Em relação ao atendimento da demanda de mão de mão de obra qualificada pelos IF's, destacam-se três respostas:

- Sim, plenamente. *“Os profissionais contratados que vieram do IFC são muito bons. O processo de contratação de nossa empresa preza pela qualidade e qualificação de nossa mão de obra”* (Empresa C);
- Sim, plenamente. *“O IFSC trouxe para a região de Canoinhas uma maior oportunidade de qualificação profissional. Aqui os profissionais vindos de lá desempenham suas atividades plenamente. Estamos satisfeitos com as contratações”* (Empresa E);
- Sim, plenamente. *“Os alunos contratados e os outros que já eram colaboradores desempenham suas atividades. O IFSC é muito bom para a empresa e para a cidade”* (Empresa G).

Observa-se nas respostas em destaque, que os IF's estão desempenhando seu papel de formar profissionais capacitados para atender às exigências do mercado de trabalho.

Em relação ao contato dos IF's com as empresas para acompanhamento dos egressos, todas as empresas responderam que os IF's não mantêm contato. Indicando um ponto a ser melhorado pelas instituições.

Em relação aos benefícios que os egressos trouxeram para a empresa (pergunta 8), as respostas são apresentadas na tabela 11:

Empresa	Benefícios Proporcionados				
	Redução de Custos	Desenvolvimento de Novos Produtos	Melhorias de Processos	Aumento nas Vendas	Maior Lucro
A	-	X	X	-	-
B	-	-	X	-	-
C	X	X	X	X	X
D	X	X	X	X	X
E	X	-	X	X	X
F	X	-	X	X	X
G	X	-	X	X	X
H	-	-	-	-	X

Tabela 11: Benefícios proporcionados pelos egressos
Nota: Elaborado pelo autor.

Verifica-se na tabela 11 que os maiores benefícios proporcionados pelos egressos às empresas foram de melhorias de processos e maior lucro. Destaca-se a percepção do empresariado com relação à obtenção do benefício inerentes à atividade: maior lucro. Porém, conforme observado na teoria do capital humano, o aspecto quantitativo não determina apenas produtividade, mas também o aspecto qualitativo ao atribuir valor ao conhecimento. Desta forma, destaca-se outra percepção na tabela 11: a melhoria de processos. Possível em um ambiente com profissionais qualificados para desenvolver ou aprimorar novos processos.

Ao observar a evolução e a distribuição dos egressos dos IF's nas empresas locais, com o objetivo de verificar o destino de capital humano produzido pelas instituições, verificou-se que a maioria dos egressos que conquistou uma vaga de emprego permaneceu na cidade ou na região onde concluiu seu curso de qualificação profissional. Contribuindo, desta forma, para a formação e fixação do capital humano na região, de forma a induzir o

crescimento da produtividade e do desenvolvimento regional dos territórios da cidadania, conforme observado nas respostas apresentadas pelas empresas.

4.3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA CATARINENSES

O objetivo deste tópico é analisar o processo de desenvolvimento regional endógeno nos territórios da cidadania catarinenses através da EPT. Através desta análise é possível compreender como os câmpus da RFEPCT instalados nos territórios da cidadania catarinenses se articulam para impactar de modo positivo e significativo nas regiões onde estão inseridos.

4.3.1 O Papel dos Atores Locais na EPT

O papel das instituições no desenvolvimento econômico é mencionado em North (1990). O autor analisa a relação entre as instituições de ensino e o desenvolvimento e atribui que a expansão das instituições contribui para o aumento dos índices socioeconômicos.

Rolim e Serra (2009) argumentam que as instituições de ensino, as lideranças políticas, os empresários e demais atores regionais são regidos por lógicas diferentes de desenvolvimento. Assim, é necessário que, além de participar do processo de formulação de um projeto de desenvolvimento, que as estratégias de elaboração sejam explícitas no que se refere aos anseios da comunidade regional em relação às instituições de ensino. Pois estas, como formadoras de capital humano da região e como produtoras e difusoras do conhecimento, favorecem o aumento da produtividade e, por consequência, da competitividade do APL. Sob o ponto de vista regional, o conhecimento pode se tornar mais importante e decisivo do que trabalho, capital e recursos naturais.

Bandeira (1999) argumenta que a ideia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem a participação mais direta da comunidade na formulação e a implementação de políticas públicas tem-se tornado cada vez mais aceita no Brasil. Isto, segundo o autor, pode ser atribuído ao próprio avanço da democratização do país e a uma nova abordagem que vem se tornando dominante no contexto internacional, que enfatiza a importância da

participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento

Ao refletir sobre desenvolvimento regional endógeno, Capello (2008) diz que:

O desenvolvimento das regiões está ligado às suas condições e dinâmicas internas, pois compreende o progresso como uma resposta endógena dos atores econômicos num ambiente competitivo, sendo que o aumento da produtividade depende de fatores também endógenos, tais como inovação, economia de escala e processos de aprendizagem. Dessa forma, o desenvolvimento é, por definição, endógeno. Nesse sentido, os componentes do sistema socioeconômico e cultural de uma região ou nação determinam o sucesso da economia local: habilidades empreendedoras; fatores locais de produção, como recursos naturais, capital e trabalho; técnicas e habilidades dos atores locais que permitam gerar aquisição cumulativa de conhecimento e de aprendizagem; e capacidade de tomada de decisões que possam direcionar o processo de desenvolvimento, baseado em mudanças e inovações, enriquecendo-o com informações e conhecimentos externos para estar conectado com as transformações e tendências mundiais (CAPELLO, 2008, p.752).

Destaca-se parte da entrevista concedida por Feres¹⁴ (2017) sobre a contribuição dos IF's no desenvolvimento regional, afirmando sobre os benefícios trazidos pela implementação de um novo câmpus.

Não é só a dimensão física, que por si só já tem impacto. A simples presença do governo federal dentro de um processo de interiorização da Rede Federal já é importante. Há a dimensão humana, pois o novo câmpus atrai profissionais bem qualificados que passam a morar nas cidades. E isso já começa a acontecer antes dos primeiros cursos serem ofertados. O processo de escolha dos cursos passou pelo diálogo, com audiências públicas. A expectativa que é gerada pelo novo câmpus já provoca impactos econômicos no aquecimento dos negócios da região (FERES apud SILVA, 2017, p. 69).

Percebe-se a característica endógena tanto no planejamento dos cursos ofertados pelos câmpus analisados quanto nas palavras de Feres (2017). A estrutura operacional do PTC, voltada para a participação descentralizada das comunidades em buscar soluções para seus territórios também contribuiu para que este fenômeno fosse observado. Em suas diretrizes, observam-se as ações voltadas para a inclusão econômica de atores produtivos como, por exemplo, as cooperativas e associações de agricultores familiares. A instalação

¹⁴ Marcelo Machado Feres atuou como Secretário na Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do MEC entre os anos de 2015 e 2016.

dos câmpus nos territórios da cidadania catarinenses ocorreu a partir da articulação entre os diversos atores locais.

Depreende-se da análise dos resultados observados até o presente momento desta pesquisa, que os IF's, através de sua proposta de gestão escolar, voltada para as realidades regional e local, podem atender à população com cursos profissionalizantes voltados para a realidade do setor produtivo regional e local e desenvolver competências que capacitem o cidadão para o pleno exercício de sua cidadania, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento regional.

Destaca-se a importância da presença dos IF's em regiões no estado de Santa Catarina que, historicamente, sempre ficaram à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico e o papel do Estado, em todos os níveis, na condução e integração da política de expansão da RFEPCT e do PTC via Plano de Desenvolvimento da Educação e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Assim, para se compreender o processo de desenvolvimento regional endógeno dos territórios da cidadania catarinenses através da EPT é necessário identificar as relações entre EPT e desenvolvimento econômico. Em âmbito nacional destacam-se os trabalhos de Souza (2008), que observa os retornos do investimento em capital humano para o Brasil no ano de 2004, inferindo uma correlação positiva com salários, educação e experiência profissional; e de Leite, et al (2013), que apresentam uma análise dos documentos norteadores do PTC (Matriz de ações e Relatório de Execução) e afirmam que os resultados positivos deste dependem da devida apropriação e uso dos referidos documentos. Em âmbito regional destaca-se o trabalho de Silva (2017), que apresenta uma reflexão sobre a identidade e o papel da RFEPCT em Santa Catarina através de sua contribuição para o desenvolvimento dos municípios onde estão instalados os câmpus pertencentes à RFEPCT.

Boisier (2010), afirma que o planejamento participativo é fundamental no processo de desenvolvimento porque, através dele, a população incorpora a procura de soluções socialmente adequadas e que sejam prioritárias para a região. Ao observar tanto os aspectos sociais quanto os aspectos econômicos

regionais, a RFEPCT em Santa Catarina coloca-se como articuladora do processo de endogeneização.

Neste contexto de desenvolvimento endógeno (BOISIER, 2004; BOISIER, 2010), destacam-se ainda, duas entrevistas concedidas, respectivamente, pelo ex-secretário da EPT, Eliezer Pacheco¹⁵ e pelo ex-ministro da Educação, Fernando Haddad:

É uma transformação sem igual na história da educação profissional. Em 20 estados há apenas um Instituto Federal. Em alguns estados foram instalados mais de um Instituto, mas procurando-se sempre estabelecer uma territorialidade bem definida. Os Institutos Federais devem encontrar soluções tecnológicas para resolver os problemas das regiões em que estão instalados (PACHECO, 2011).

De acordo com Haddad (2011), ao se instalar um câmpus pertencente à RFEPCT nas cidades do interior do país, promove-se a descentralização das atividades econômicas, levando emprego, renda, educação profissional e superior.

Vamos descentralizar o desenvolvimento, colaborando com os grandes centros, que vão se beneficiar por essa fixação do jovem no interior do país. Nós temos que continuar esse processo, para que a juventude tenha a oportunidade, se não na sua cidade, próximo à sua cidade, sem ter que se deslocar para as capitais para ter acesso à educação profissional e educação superior (HADDAD, 2011).

Ainda dentro deste contexto, destaca-se um trecho do documento “*Proposições para a Educação Profissional*” publicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF¹⁶ (2014) sobre o papel dos IF’s para o desenvolvimento regional:

Cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária, quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente uma instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. [...] A razão de ser dos Institutos Federais,

¹⁵ Entrevista concedida à TV NBR disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=uTe7pUHpuA>.

¹⁶ O CONIF é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. São objetivos do CONIF a valorização, o fortalecimento e a consolidação das 41 instituições congregadas – 38 IF’s, 2 CEFET’s e o Colégio Pedro II – que, juntas, contabilizam mais de 600 unidades em todo o Brasil. Para maiores informações acesse: portal.conif.org.br.

enquanto instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada: ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste espaço; à elevação do padrão de fazer da matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (CONIF, 2014, p.3).

Destaca-se ainda que, de acordo com os Relatórios de Gestão analisados, os câmpus dos IF's observados neste trabalho concentram suas ofertas de cursos visando seus eixos de verticalização, a fim de constituir uma identidade institucional local alinhada aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, conforme observado anteriormente neste trabalho. Os cursos foram criados estabelecendo uma linha verticalizada de áreas afins, otimizando a estrutura física e a força de trabalho.

Em uma região em que há o predomínio de atividades tradicionais na economia, é essencial a articulação entre as instituições de ensino e os demais agentes socioeconômicos locais para que se possam disseminar as atividades por ela desenvolvidas, contribuindo positivamente para o desenvolvimento regional endógeno. Assim, passa-se a descrever os perfis socioeconômicos dos municípios pertencentes aos territórios da cidadania catarinenses.

4.3.2 O Perfil Socioeconômico dos Territórios da Cidadania Catarinenses

O objetivo deste tópico é descrever e analisar os dados socioeconômicos dos municípios atendidos pela RFEPCT nos territórios da cidadania catarinenses através dos dados socioeconômicos. Inicialmente são apresentados os dados de todos os municípios pertencentes aos dois territórios da cidadania. Na sequência, são apresentados os dados dos municípios limítrofes aos atendidos pela RFEPCT e, por fim, os dados dos municípios que possuem câmpus da RFEPCT.

4.3.2.1 Dados socioeconômicos dos municípios no Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado

A tabela 12 apresenta os valores para o PIB municipal e PIB per capita nos municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado em 2008,

em função de ser o ano de criação da RFEPC e para 2015, último ano disponível nos Bancos de Dados Agregados do IBGE.

Município	PIB Municipal (2008) R\$	PIB Municipal (2015) R\$	Evolução do PIB Municipal (%)	PIB per capita (2008) R\$	PIB per capita (2015) R\$	Evolução do PIB per capita (%)
Abelardo Luz	345.918.000	568.172.000	64,2	20.504,91	32.069,30	56,4
Água Doce	196.100.000	273.319.000	39,4	29.538,39	38.322,92	29,7
Bom Jesus	40.250.000	60.908.000	51,3	18.484,60	21.591,09	16,8
Capinzal	582.856.000	781.052.000	34,0	20.723,00	35.295,39	70,3
Catanduvas	258.078.000	367.607.000	42,4	19.433,16	35.435,44	82,3
Coronel Martins	32.412.000	41.911.000	29,3	10.169,62	16.539,44	62,6
Entre Rios	23.352.000	48.898.000	109,4	8.564,55	15.518,35	81,2
Erval Velho	65.133.000	116.848.000	79,4	15.235,04	26.175,60	71,8
Faxinal dos Guedes	204.181.000	368.167.000	80,3	30.489,56	34.181,32	12,1
Galvão	54.960.000	67.228.000	22,3	22.290,67	20.897,63	-6,3
Herval D'Oeste	306.668.000	417.194.000	36,0	14.945,92	18.789,15	25,7
Ibicaré	46.986.000	80.237.000	70,8	14.759,99	24.218,89	64,1
Ipaçu	87.982.000	231.801.000	163,5	16.276,83	31.919,73	96,1
Joaçaba	783.630.000	1.518.107.000	93,7	34.491,62	52.334,09	51,7
Jupia	29.622.000	44.434.000	50,0	12.005,44	20.744,20	72,8
Lacerdópolis	40.903.000	82.884.000	102,6	35.321,86	36.903,00	4,5
Lajeado Grande	26.024.000	42.588.000	63,6	15.269,97	28.971,29	89,7
Luzerna	76.818.000	159.993.000	108,3	17.812,55	28.063,95	57,6
Marema	32.324.000	58.198.000	80,1	30.677,80	29.113,31	-5,1
Ouro	77.810.000	139.310.000	79,0	11.721,95	18.828,26	60,6
Ouro Verde	59.624.000	68.498.000	14,9	19.835,96	30.268,66	52,6
Passos Maia	53.818.000	107.050.000	99,6	22.175,44	24.814,53	11,9
Ponte Serrada	107.862.000	205.564.000	90,6	13.963,23	17.950,06	28,6
São Domingos	172.518.000	280.679.000	62,7	19.322,46	29.495,52	52,7
Treze Tilias	310.049.000	507.121.000	63,6	31.491,01	70.073,41	122,6
Vargeão	84.001.000	112.519.000	33,9	47.577,21	31.342,43	-34,1
Vargem Bonita	181.736.000	325.449.000	79,1	47.451,32	69.629,69	46,7
Xanxerê	882.426.000	1.337.101.000	51,5	23.601,59	27.643,19	17,1
Xaxim	530.300.000	818.815.000	54,4	22.531,36	29.635,00	31,6

Tabela 12: PIB Municipal e per capita dos Municípios do Território da Cidadania do Meio Oeste Contestado

Fonte: IBGE (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se na tabela 12, que 3 municípios deste território da cidadania apresentaram no período, evolução negativa para o PIB per capita (Galvão, Marema e Vargeão). Observa-se ainda, que os municípios com câmpus da RFEPC (em destaque), apresentaram evolução, tanto no PIB municipal

quanto no PIB per capita. De acordo com Filho e Pessoa (2008), o Estado ao investir na educação do indivíduo, está beneficiando a sociedade, proporcionando condições de progresso técnico, científico e de desenvolvimento cultural e econômico em geral. Esta afirmação vêm ao encontro do que Viana e Lima (2010) verificam como sendo importante para a ampliação da produtividade econômica e, conseqüentemente, na remuneração individual que, no longo prazo, gera bem estar não só individual, mas para a sociedade como um todo.

4.3.2.2 Dados socioeconômicos dos municípios no Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense

A tabela 13 apresenta os valores para o PIB municipal e PIB per capita nos municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense em 2008, em função de ser o ano de criação da RFEPCT e para 2015, último ano disponível nos Bancos de Dados Agregados do IBGE.

Município	PIB Municipal (2008) R\$	PIB Municipal (2015) R\$	Evolução do PIB Municipal (%)	PIB per capita (2008)	PIB per capita (2015)	Evolução do PIB per capita (%)
Bela Vista do Toldo	88.746.000	134.990.000	52,1	14.522,39	21.605,36	31,1
Campo Alegre	144.187.000	342.858.000	137,8	12.307,91	28.590,59	67,7
Canoinhas	817.966.000	1.456.791.000	78,1	15.033,93	26.884,02	44,4
Ireneópolis	170.225.000	280.866.000	64,9	19.072,19	25.558,83	34,0
Itaiópolis	285.420.000	673.546.000	135,9	17.715,40	31.676,90	78,8
Mafra	866.314.000	1.360.535.000	57,1	18.927,89	24.597,02	29,9
Major Vieira	117.559.000	172.778.000	46,9	14.263,54	21.873,35	53,4
Matos Costa	22.205.000	36.619.000	64,9	9.276,29	13.613,12	46,8
Monte Castelo	92.265.000	172.090.000	86,5	14.579,07	20.305,62	39,3
Papanduva	256.037.000	444.948.000	73,8	20.981,37	23.676,26	12,8
Porto União	304.973.000	569.271.000	86,7	11.400,91	16.319,92	43,1
Rio Negrinho	543.067.000	996.921.000	83,6	16.404,30	23.963,30	46,1
São Bento do Sul	1.504.551.000	2.875.186.000	91,1	25.255,87	35.524,19	40,7
Três Barras	366.989.000	833.699.000	127,2	21.638,39	44.006,26	103,4

Tabela 13: PIB Municipal e per capita dos Municípios do Território da Cidadania do Planalto Norte Catarinense

Fonte: IBGE (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se na tabela 13, que nenhum dos municípios deste território da cidadania apresentou no período, evolução negativa para o PIB per capita.

Observa-se ainda, que os municípios com câmpus da RFEPCT (em destaque), apresentaram evolução, tanto no PIB municipal quanto no PIB per capita.

4.3.2.3 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Abelardo Luz

O município de Abelardo Luz teve sua origem nos conflitos pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, no fim do século 17. Nessa época, a região era habitada por índios guaranis e caingangues. Abelardo Luz serviu como ponto de parada na estrada das Missões Jesuítas. Em 1922, tornou-se distrito de Xanxerê com o nome de Abelardo Luz e, em 1958, emancipou-se. A indústria da extração é a principal atividade econômica do município e também é conhecido como a capital nacional da semente da soja. De acordo com o IBGE (2018), o Estado de Santa Catarina possui um total de 295 municípios e Abelardo Luz está na 70^a posição em relação ao número de habitantes, com uma população de 17.100 habitantes.

A sede do câmpus do IFC na cidade de Abelardo Luz está situada em um assentamento do Movimento dos Sem Terra – MST, denominado José Maria e iniciou suas atividades em 2013, após a realização de audiências públicas organizadas pelos trabalhadores do MST em conjunto com os poderes políticos regionais. Isto vem ao encontro daquilo que Boisier (1996) defende acerca do desenvolvimento regional endógeno: a devida articulação entre os elementos constituintes presentes em qualquer território mediante um projeto coletivo ou um projeto político regional que seja capaz de gerar crescimento socioeconômico. Sendo a capacidade de organização social da região um dos três principais processos descritos pelo autor para a promoção do desenvolvimento.

A tabela 15 apresenta, juntamente com os dados de Abelardo Luz, os valores para os municípios limítrofes pertencentes ao território da cidadania, das evoluções: do PIB municipal, per capita, população total, população ocupada e admissões ao trabalho (total), no período temporal da pesquisa:

Município	Evolução (%)				
	PIB municipal	PIB per capita	População Total	População Ocupada	Admissões ao trabalho
Abelardo Luz	64,2	56,4	4,4	44,3	114,8
Bom Jesus	51,3	16,8	17,2	11,9	48,8
Ipuacu	163,5	96,1	9,6	97,8	213,9
Ouro Verde	79	60,6	-1,9	-7,8	32,9
Passos Maia	99,6	11,9	-5,4	36,4	75,4
São Domingos	62,7	52,7	-0,4	4,6	36,2
Vargeão	33,9	-34,1	1,2	11,6	31,1
Faxinal dos Guedes	80,3	12,1	0,2	0,05	39,8

Tabela 14: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Abelardo Luz e municípios limítrofes
 Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)
 Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 15 que o número de admissões ao trabalho do município de Abelardo Luz apresentou uma evolução de 114,8%, ocupando a segunda posição em termos de evolução entre os municípios limítrofes. Destaca-se ainda, que todos os municípios limítrofes apresentaram evolução neste período.

De acordo com Barros e Mendonça (1997), uma das grandes dificuldades em se avaliar os impactos dos investimentos em educação surge do fato de que estes influenciam não apenas as condições de vida daqueles que se educam, mas também geram uma série de externalidades sobre o bem estar daqueles que os rodeiam. Ainda destacam que a elevação nos índices educacionais de uma determinada região contribuem para a elevação do PIB per capita e para a redução do crescimento populacional.

4.3.2.4 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Luzerna

O município de Luzerna foi fundado pelo engenheiro alemão Henrique Hacker e sua esposa Sofia após realizarem uma viagem de trem pela região no ano de 1915. Adquiriram uma área de terra de 40.000 hectares e junto com outro sócio constituíram a Sociedade Sul Brasileira Henrique Hacker & Cia. A área foi dividida em 900 lotes de 24,2 hectares e no ano seguinte começaram a chegar os primeiros colonizadores, vindos do Rio Grande do Sul. A colônia tornou-se distrito da cidade de Joaçaba em 1949, e emancipou-se em 1995. A

prestação de serviços é a principal atividade econômica do município e é conhecido como a capital da amizade. De acordo com o IBGE (2018), o Estado de Santa Catarina possui um total de 295 municípios e Luzerna está na 178ª posição em relação ao número de habitantes, com uma população de 5.600 habitantes.

De acordo com os dados do IBGE (2018), em 2016, o salário médio mensal no município era de 2,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 31,2%. Para o ano de 2008, um ano antes da federalização do câmpus do IFC no município, o salário médio mensal era de 2,5 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32,16%. De acordo com os dados do IBGE (2018), o número de empresas atuantes no município, em 2014, era de 317 e, nos anos de 2015 e 2016, reduziu-se para, respectivamente, 292 e 268. Pode-se atribuir esta redução em função do período de recessão econômica pela qual o país passou, mesmo que ações no sentido de aumentar a capacitação e a empregabilidade tenham sido realizadas em âmbito nacional e, particularmente, nas regiões em análise.

Com relação à EPT presente no município, destaca-se que as instalações físicas e infraestrutura de salas de aula e laboratórios que hoje pertencem ao IFC foram fundadas, em 1999, para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe. Esta Instituição de Ensino ofertou cursos de capacitação profissional e técnicos até o ano de 2008. Sendo então federalizada¹⁷ e passando a integrar o IFC como câmpus Luzerna.

A tabela 16 apresenta, juntamente com os dados de Luzerna, os valores para os municípios limítrofes pertencentes ao território da cidadania, das evoluções: do PIB municipal, per capita, população total, população ocupada e admissões ao trabalho (total), no período temporal da pesquisa:

¹⁷ Dentro da proposta da RFEPCT de abertura de diálogo e da proposta do PTC sobre a participação dos agentes econômicos locais no processo de desenvolvimento regional, foram realizadas reuniões sobre o processo de federalização da Instituição. Para maiores detalhes acessar: <http://www.luzerna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/17339/codNoticia/274834>. Acesso em 04/06/2018.

Município	Evolução (%)				
	PIB municipal	PIB per capita	População Total	População Ocupada	Admissões ao trabalho
Luzerna	108,3	57,6	1,6	12,0	25,6
Joaçaba	93,7	51,7	10,4	12,1	28,4
Herval D'Oeste	36,0	25,7	5,9	-9,5	21,3
Ibicaré	70,8	64,1	-4,3	24,3	79,9
Água Doce	39,4	29,7	4,4	44,3	46,5

Tabela 15: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Luzerna e municípios limítrofes
 Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)
 Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 16 que o número de admissões ao trabalho do município de Luzerna apresentou uma evolução de 25,6%%, ocupando a quarta posição em termos de evolução entre os municípios limítrofes. Destaca-se ainda, que todos os municípios limítrofes apresentaram evolução neste período. Conforme observado, o período de recessão econômica pelo qual o país passou explica os resultados desfavoráveis em termos econômicos e sociais deste município.

4.3.2.5 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Xanxerê

Até o início do século 19, índios habitavam a região onde se encontra a cidade de Xanxerê. Nesta época, estabeleceram-se também na região fazendeiros oriundos do Rio Grande do Sul. Até o ano de 1953 foi distrito do município de Chapecó. Xanxerê destaca-se regionalmente por ser um importante entroncamento rodoviário, favorecendo o comércio com o Mercosul. O município é conhecido como a capital estadual do milho, graças ao seu potencial na agroindústria. De acordo com o IBGE (2018), o Estado de Santa Catarina possui um total de 295 municípios e Xanxerê está na 30ª posição em relação ao número de habitantes, com uma população de 44.128 habitantes.

O câmpus do IFSC situado na cidade de Xanxerê foi federalizado, em 2009, a partir do Centro Tecnológico Industrial Metal Mecânico de Xanxerê. Este havia sido construído com recursos do governo federal através de um convênio com a Fundação de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico de

Xanxerê e estava sendo utilizado pelo SENAI-SC, desde o início do ano de 2000.

A tabela 17 apresenta, juntamente com os dados de Xanxerê, os valores para os municípios limítrofes pertencentes ao território da cidadania, das evoluções: do PIB municipal, per capita, população total, população ocupada e admissões ao trabalho (total), no período temporal da pesquisa:

Município	Evolução (%)				
	PIB municipal	PIB per capita	População Total	População Ocupada	Admissões ao trabalho
Xanxerê	51,5	17,1	14,0	11,9	35,2
Faxinal dos Guedes	80,3	12,1	0,2	0,05	39,8
Xaxim	54,4	31,6	10,5	14,2	46,0
Bom Jesus	51,3	16,8	17,2	11,9	48,8
Ipuaçu	163,5	96,1	9,6	97,8	213,9
Lajeado Grande	63,6	89,7	-3,6	-5,4	100

Tabela 16: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Xanxerê e municípios limítrofes

Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 17 que o número de admissões ao trabalho do município de Xanxerê apresentou uma evolução de 35,2%, ocupando a última posição em termos de evolução entre os municípios limítrofes. Destaca-se ainda, que todos os municípios limítrofes apresentaram evolução neste período. Conforme observado para o município de Luzerna, o período de recessão econômica pelo qual o país passou explica os resultados desfavoráveis em termos econômicos e sociais de Xanxerê.

4.3.2.6 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de Canoinhas

O município de Canoinhas foi fundado, em 1888, com o nome de Santa Cruz de Canoinhas e tornou-se distrito, em 1902, e, separado do município de Curitiba, em 1911, foi o centro da Guerra do Contestado entre 1912 e 1916. Na década de 1930, um ramal ferroviário implantado para unir o município ao distrito de Marcílio Dias, integrou a cidade à estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul e ao porto de São Francisco do Sul, impulsionando a

economia local. De acordo com o IBGE (2018), o Estado de Santa Catarina possui 295 municípios e Canoinhas está na 26ª posição em relação ao número de habitantes, com uma população de 52.765 habitantes.

De acordo com os dados do IBGE (2018), em 2016, o salário médio mensal no município era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24,5%.

A tabela 18 apresenta, juntamente com os dados de Canoinhas, os valores para os municípios limítrofes pertencentes ao território da cidadania, das evoluções: do PIB municipal, per capita, população total, população ocupada e admissões ao trabalho (total), no período temporal da pesquisa:

Município	Evolução (%)				
	PIB municipal	PIB per capita	População Total	População Ocupada	Admissões ao trabalho
Canoinhas	78,1	44,4	2,9	2,3	32,7
Irineópolis	64,9	34,0	6,8	17,4	66,7
Bela Vista do Toldo	52,1	31,1	5,1	30,5	89,3
Três Barras	127,2	103,4	5,8	21,9	76,8
Major Vieira	46,9	53,4	7,7	1,8	75,6

Tabela 17: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para Canoinhas e municípios limítrofes
 Fonte: IBGE (2018) e RAIS (2018)
 Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 18 que o número de admissões ao trabalho do município de Canoinhas apresentou uma evolução de 32,7%%, ocupando a última posição em termos de evolução entre os municípios limítrofes. Destaca-se ainda, que todos os municípios limítrofes apresentaram evolução neste período. Conforme observado para os municípios de Luzerna e Xanxerê, o período de recessão econômica pelo qual o país passou explica os resultados desfavoráveis em termos econômicos e sociais de Canoinhas.

4.3.2.7 Histórico e dados socioeconômicos sobre o município de São Bento do Sul

A história da cidade de São Bento do Sul liga-se à história da cidade de Joinville e à construção da estrada Dona Francisca. Após o início das obras da estrada, imigrantes europeus iniciaram a colonização da serra Geral, por volta do ano 1870. Na região onde se localiza atualmente a cidade, se fixaram cerca

de 70 famílias oriundas da Bavária, Prússia, Polônia, Saxônia, Áustria e Tchecoslováquia, além de algumas famílias brasileiras. A localidade prosperou e emancipou-se, em 1884. O município é considerado a capital nacional dos móveis e se destaca também nos setores cerâmico, plástico, metalúrgico, fiação e tecelagem. De acordo com o IBGE (2018), o Estado de Santa Catarina possui 295 municípios e São Bento do Sul está na 14ª posição em relação ao número de habitantes, com uma população de 74.801 habitantes.

De acordo com os dados do IBGE (2018), em 2016, o salário médio mensal no município era de 2,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 37,6%.

O câmpus do IFC existente em São Bento do Sul surgiu a partir da parceria realizada pelo poder público com a comunidade e diversas entidades organizadas da região. Através desta parceria ocorreu a cessão de um terreno com área de 42.547,18 m² pertencente ao Parque Científico e Tecnológico de São Bento do Sul, permitindo, desta forma, a implementação do câmpus. De acordo com os dados históricos do câmpus¹⁸, as demandas sociais de cursos foram realizadas através de audiências públicas com a comunidade local procurando prospectar a vocação regional.

A tabela 19 apresenta, juntamente com os dados de São Bento do Sul, os valores para os municípios limítrofes pertencentes ao território da cidadania, das evoluções: do PIB municipal, per capita, população total, população ocupada e admissões ao trabalho (total), no período temporal da pesquisa:

Município	Evolução (%)				
	PIB municipal	PIB per capita	População Total	População Ocupada	Admissões ao trabalho
São Bento do Sul	91,1	40,7	11,7	5,9	25,9
Campo Alegre	137,8	67,7	1,9	48,5	149,9
Rio Negrinho	83,6	46,1	5,7	1,9	16,1

Tabela 18: Evolução do PIB municipal e per capita, população total e ocupada, admissões ao trabalho para São Bento do Sul e municípios limítrofes

Fonte: IBGE (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

¹⁸Para maiores detalhes sobre o processo de implantação, acessar: <http://www.saobentodosul.ifc.edu.br>. Acesso em 24/05/2018.

Observa-se da tabela 19 que o número de admissões ao trabalho do município de São Bento do Sul apresentou uma evolução de 25,9%%, ocupando a segunda posição em termos de evolução entre os municípios limítrofes. Destaca-se ainda, que todos os municípios limítrofes apresentaram evolução neste período. O município de São Bento do Sul destaca-se estadualmente na produção florestal, no cultivo de banana e batata inglesa e na produção de mel. Mesmo com uma evolução positiva, dado o cenário de crise econômica vivenciado pelo país em 2015, de acordo com os dados do IBGE (2018), o estoque de empregos de São Bento do Sul em 2016 foi próximo ao valor de dezembro de 2013.

4.3.3 Incremento na Circulação de Recursos Financeiros

Os municípios contemplados com câmpus da RFEPCT se beneficiam dos recursos financeiros advindos dos salários dos servidores públicos federais e dos estudantes que se estabelecem nos municípios após a conclusão de sua formação, vindos de outras regiões ou não. A Tabela 20 apresenta uma estimativa do total de salários aplicados pelo governo federal para cada câmpus analisado nesta pesquisa, em função do quantitativo dos servidores.

Câmpus	Total de docentes 2017	Total de Técnicos Administrativos 2017	Estimativa¹⁹ de salários (R\$/ano)
Abelardo Luz	21	6	2.016.000,00
Canoinhas	60	35	6.510.000,00
Luzerna	55	38	6.216.000,00
São Bento do Sul	36	19	3.822.000,00
Xanxerê	40	27	4.494.000,00
Total	212	125	23.058.000,00

Tabela 19: Estimativa de salários recebidos pelos servidores dos câmpus

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSC e do IFC (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

¹⁹ Os valores são aproximados e foram calculados considerando os salários médios do docente (R\$7.000,00 ao mês) e do técnico administrativo (R\$3.500,00 ao mês). Os valores exatos dos rendimentos dos servidores podem ser obtidos através do Portal da Transparência e nas tabelas salariais dos docentes e técnicos administrativos.

Rolim e Serra (2005) afirmam que existe um impacto direto sobre o fluxo de renda local, via os gastos realizados pelas instituições de ensino com o pagamento de servidores, compras de material e todo tipo de pagamentos realizados por estas sobre a economia da região em que estão instaladas. E que este efeito impacta na renda das famílias, na receita do poder público local, bem como gera um efeito na demanda das empresas locais. Os incrementos nos valores do PIB municipal e PIB per capita apresentados nas tabelas 12 e 13, além dos valores das admissões ao trabalho apresentados nas tabelas 15 a 19 justificam a afirmação dos autores. Uma vez que, além do já exposto para geração de impacto direto sobre o fluxo de renda local, há também o incremento na receita do poder público local em função do salários recebidos pelo egressos que permanecem no município após a conclusão do curso.

A tabela 21 apresenta o total de egressos dos câmpus das instituições pesquisadas desde sua inauguração até o ano de 2017 em função da área de formação de nível técnico²⁰.

Instituição/Câmpus	Área			
	Indústria	Comércio	Agrícola	Serviços
IFC/ Abelardo Luz	-	-	39	-
IFC/Luzerna	210	-	-	-
IFC/São Bento do Sul	-	-	-	-
IFSC/Canoinhas	305	-	278	-
IFSC/Xanxerê	99	-	57	-
Total	614		374	

Tabela 20: Total de egressos de nível técnico até o ano de 2017

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSC e do IFC (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Conforme observado no questionário aplicado aos egressos, 59% continuaram no mesmo município após concluírem o curso e considerando os

²⁰ Apresenta-se a tabela para os egressos dos cursos técnicos em função da padronização de salários das categorias profissionais.

valores dos salários médios aplicados²¹ para as áreas descritas na tabela 24, pode-se estimar que, para este ano de referência, os câmpus da RFEPCT contribuíram, indiretamente, com cerca de R\$28.861.104,24 em salários médios recebidos pelos egressos por ano e que, juntamente com os salários recebidos pelos servidores públicos das instituições pesquisadas, contribuirão para dinamizar as economias locais. Vale ressaltar que a movimentação de recursos financeiros aumenta à medida que novos cursos e novas vagas vão sendo criadas pelos câmpus, exercendo um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais.

4.3.4 Valorização Imobiliária

Observou-se para alguns câmpus analisados, a existência de pequenos comércios, pensões, bares e restaurantes nas proximidades dos câmpus. Este fenômeno foi visualizado através de imagens de satélite disponibilizadas pelo *Google Earth* com o recurso *street view*. Observou-se também, para os anos anteriores a implementação dos câmpus, em 2008, e para as imagens mais recentes disponibilizadas pelo aplicativo, em 2018, a instalação de imóveis habitacionais e algumas indústrias. As figuras 9, 10, 11, 12, 13 e 14, ilustram, respectivamente, a situação descrita para os câmpus do IFSC e do IFC situados nos municípios de Canoinhas, Luzerna e Xanxerê, onde foram observadas estas características:

²¹ De acordo com os dados disponibilizados na RAIS (2018), o valor médio do salário de um trabalhador de nível técnico da indústria é de R\$2.623,45 enquanto o salário médio recebido por um trabalhador de nível técnico de outra área (comércio, serviços ou agropecuária) é de R\$2.123, 78.



Figura 9: Vista área da região ao redor do câmpus Canoinhas no ano de 2008
 Fonte: *Google Earth* (2018).

Observa-se da figura 9 a situação imobiliária, em 2008, da região ao redor do terreno onde foi instalado o câmpus Canoinhas. A figura 10 ilustra a situação na mesma região para o ano de 2018.

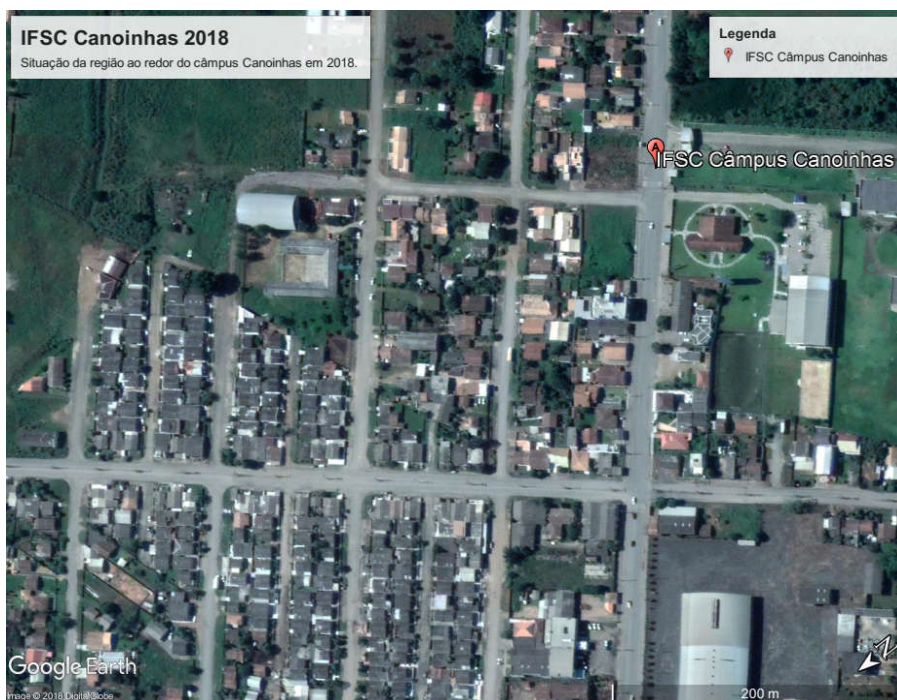


Figura 10: Vista área da região ao redor do câmpus Canoinhas no ano de 2018
 Fonte: *Google Earth* (2018).

Em 2017, de acordo com os dados do Relatório de Gestão do IFSC (2018), o câmpus Canoinhas possuía 95 servidores públicos e 1.301 discentes matriculados que afluíam para a região.

A figura 11 ilustra a situação imobiliária, em 2008, da região ao redor do terreno onde foi instalado o câmpus Luzerna.



Figura 11: Vista área da região ao redor do câmpus Luzerna no ano de 2008
Fonte: Google Earth (2018)

A figura 12 ilustra a situação na mesma região para o ano de 2018.

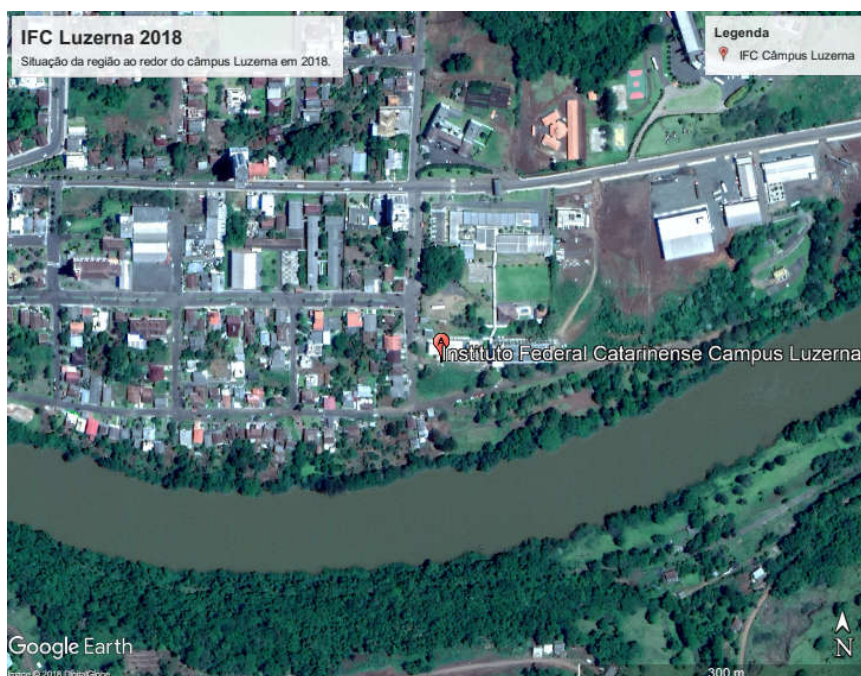


Figura 12: Vista área da região ao redor do câmpus Luzerna no ano de 2018
Fonte: Google Earth (2018).

Em 2017, de acordo com os dados do Relatório de Gestão do IFC (2018), o câmpus Luzerna possuía 93 servidores públicos e 737 discentes matriculados que afluíam para a região.

A figura 13 ilustra a situação imobiliária, em 2008, da região ao redor do terreno onde foi instalado o câmpus Xanxerê.



Figura 13: Vista área da região ao redor do câmpus Xanxerê no ano de 2008
Fonte: *Google Earth* (2018).

A figura 14 ilustra a situação na mesma região para o ano de 2018.



Figura 14: Vista área da região ao redor do câmpus Xanxerê no ano de 2018
Fonte: *Google Earth* (2018).

Em 2017, de acordo com os dados do Relatório de Gestão do IFSC (2018), o câmpus Xanxerê possuía 67 servidores públicos e 921 discentes matriculados que afluíam para a região.

A tabela 22 apresenta a evolução da arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, para estes municípios, de acordo com os dados do Relatório Finanças Brasil – FINBRA (2018):

Município	Arrecadação do IPTU (R\$ x 1.000)				
Ano	2008	2011	2014	2017	Evolução 2008-2017 %
Canoinhas	1.729,69	2.467,54	3.740,73	6.012,87	247,6
Luzerna	174,23	197,51	240,45	406,37	133,2
Xanxerê	1.880,52	2.654,04	3.144,13	4.721,49	151,1

Tabela 21: Arrecadação do IPTU para os municípios de Canoinhas, Luzerna e Xanxerê

Fonte: FINBRA (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se, de acordo com as imagens apresentadas e a evolução na arrecadação do IPTU da tabela 23, que a presença dos câmpus na região pode ser um fator indutor do crescimento habitacional. Pois ao se instalarem em um município, os servidores efetivos que trabalham nos câmpus, vindos muitas vezes de outras cidades ou regiões, demandam por habitação. O mesmo ocorrendo com estudantes de outras cidades ou regiões que se estabelecem no município enquanto se qualificam ou após concluírem sua formação e obterem emprego na cidade.

4.3.5 Inclusão Social

A preocupação com a inclusão social está prevista nas missões institucionais do IFSC e do IFC e é desenvolvida através de programas de acesso e permanência e políticas de assistência estudantil, da instalação de núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas, com o objetivo de contribuir para o acesso, permanência e conclusão com êxito nos cursos oferecidos para os alunos vindos de famílias de classe média baixa. De acordo com os anuários estatísticos das instituições analisadas, dentro do recorte temporal da pesquisa, a distribuição da renda média dos estudantes que ingressaram nos câmpus é apresentada na tabela 23:

Câmpus	Total de matrículas 2017 (nº alunos)	Até 0,5 salário mínimo ²² (%)	De 0,5 a 1 salários mínimos (%)	De 1 a 1,5 salários mínimos (%)	De 1,5 a 3,5 salários mínimos (%)	Acima de 3,5 salários mínimos (%)	Não declarada (%)
Abelardo Luz	233	24,5	6,9	1,8	0,5	0,0	66,3
Canoinhas	1.594	0,0	7,8	12,9	22,5	12,7	43,9
Luzerna	737	4,9	27,2	28,3	28,9	6,4	4,3
São Bento do Sul	955	1,4	9,3	14,9	8,6	0,5	65,3
Xanxerê	923	0,0	3,2	6,6	26,5	19,6	43,9
Média	-	6,2	10,9	12,9	17,4	7,84	44,8

Tabela 22: Renda média dos estudantes do IFSC e IFC

Fonte: Anuários estatísticos do IFSC e IFC (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se da tabela 23 que, para aqueles que declararam sua renda média familiar, as porcentagens são divergentes em alguns câmpus: enquanto no câmpus do IFC em Abelardo Luz a maior porcentagem de estudantes com renda média familiar situa-se na faixa de até 0,5 salários mínimos, no câmpus situado em São Bento do Sul a maior porcentagem de estudantes situa-se na faixa de renda média familiar de 1,0 a 1,5 salários mínimos. Para os demais câmpus observa-se uma convergência: nos câmpus situados em Canoinhas, Luzerna e Xanxerê a maior porcentagem de estudantes situa-se na faixa de renda média familiar de 1,5 a 3,5 salários mínimos.

A divisão da população brasileira em classes socioeconômicas é baseada no critério de classificação econômica Brasil, levantamento feito pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP²³. Essa classificação surgiu no ano de 1997 para medir o poder aquisitivo da população, avaliando os bens das famílias e o grau de escolaridade do chefe da família, entre outras variáveis. Uma classificação semelhante a esta é utilizada pelos IF's para a determinação apresentada na tabela 24. De acordo com a ABEP, a estimativa para a renda média familiar para os estratos socioeconômicos são os

²² Considerando o valor do salário mínimo nacional de R\$954,00.

²³ Para informações sobre as variáveis utilizadas pela ABEP para o critério de classificação econômica Brasil, acessar <http://www.abep.org/criterio-brasil>.

apresentados na tabela 25. Cabe destacar que os valores constantes na referida tabela representam aproximações dos valores, em função da elevada variância observada para as respostas à pergunta sobre a renda, conforme se observa na tabela 24 referentes aos que não declararam renda. O objetivo é oferecer uma aproximação das características dos estratos socioeconômicos resultantes da aplicação do critério Brasil.

Estrato Socioeconômico	Renda média familiar
A Alta	Acima de 20 Salários Mínimos
B Média Alta	De 10 a 20 Salários Mínimos
C Média Intermediária	De 4 a 10 Salários Mínimos
D Média Baixa	De 2 a 4 Salários Mínimos
E Baixa	Até 2 Salários Mínimos

Tabela 23: Estratos socioeconômicos para o Brasil

Fonte: ABEP (2018)

Nota: Elaborado pelo autor.

Ao relacionar os dados da tabela 23 com os dados da tabela 24 observa-se que:

- A maior porcentagem dos estudantes que responderam ao questionário socioeconômico, declarando sua situação socioeconômica, dos câmpus Abelardo Luz e São Bento do Sul, situam-se no mais baixo estrato socioeconômico (E);
- A maior porcentagem dos estudantes que responderam ao questionário socioeconômico, declarando sua situação socioeconômica, dos câmpus Canoinhas, Luzerna e Xanxerê, situam-se no estrato socioeconômico D.

Desta forma, de acordo com Becker (1997), a EPT vem desempenhando seu papel de oportunizar educação via qualificação profissional também para a população de baixa renda. Assim, ao proporcionar condições de igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, estimula-se o desenvolvimento socioeconômico via capital humano. Ao abordar a questão da educação como prioridade em economias emergentes, ele afirma:

Há muito tempo que o Brasil é uma economia emergente. Já é tempo de o país, finalmente, emergir. Ao promover melhor a educação, o Brasil estará caminhando nesse sentido. Numa economia emergente, é necessário haver um sistema educacional decente, que não seja restrito às elites, mas disseminado para toda a população, de forma a criar uma base bastante forte e ampla. Existem duas razões para a imensa razão que a educação vem despertando em todo o mundo. São substanciais as evidências de que os países que investiram volume considerável de recursos para educar suas populações obtiveram maior desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, a difusão da educação é uma maneira de aumentar a igualdade de oportunidades, sobretudo entre as camadas mais pobres da população e famílias de classe média baixa. Do ponto de vista do crescimento econômico, que o Brasil deseja alcançar de forma sustentada, a educação será uma ferramenta muito útil (BECKER, 1997, p.22).

Entende-se que para ocorrer uma inclusão social através da inserção em igualdades de condições no mercado de trabalho ou de pequenos produtores na cadeia produtiva, exista a necessidade de incentivo do Estado, apoiando a capacitação da mão de obra, por exemplo, e gerando o mínimo de competitividade aos mesmos, característico do sistema econômico e essencial para a inclusão social através do trabalho. A ideia de inclusão social moderna citada por Martins (1997) apresenta que o incentivo a um crescimento e melhoria produtiva responsável oportunizaria a geração de riqueza local e acesso ao trabalho, possibilitando à população marginalizada que busca qualificação profissional melhores condições de bem estar.

A partir da definição constitutiva de desenvolvimento regional²⁴, pode-se inferir este como sendo um processo de mudança estrutural, que possui como finalidade a igualdade das oportunidades sociais, políticas e econômicas. A interação entre as instituições de ensino e o desenvolvimento regional foi identificada em estudos econômicos e formalizada na teoria do desenvolvimento endógeno e nos sistemas de inovação, principalmente a partir dos anos 1980. North (1990), discute a relação entre as instituições de ensino e o desenvolvimento e destaca que as melhorias no bem estar socioeconômico de uma região está diretamente relacionado com o fortalecimento das instituições. Desta forma, ao se aproximar da comunidade local e começar a

²⁴ Ver Quadro 2.

fazer parte de sua cultura, as instituições de ensino tornam-se promotoras do desenvolvimento endógeno.

De acordo com Boisier (2004), o desenvolvimento endógeno surge para favorecer o ser humano, por meio de pensamento e ações, pois “não há desenvolvimento se o homem não se desenvolve”. Porém, o desenvolvimento baseado na pessoa humana deve criar condições para que esta chegue a uma condição plena de desenvolvimento humano, sentindo-se pertencente à sociedade de maneira digna. Assim, esta transformação da pessoa deve ocorrer como um todo e não apenas para satisfazer aos interesses do capital.

Boisier (2010) destaca que:

O indivíduo carrega no próprio conceito da pessoa humana a noção de dignidade, isto o torna um fim para si mesmo. A dignidade supõe certas carências básicas às pessoas, como por exemplo: a alimentação, vestimenta, saúde, trabalho, entre outros. Isso porque quando um homem está nu ele perde sua dignidade, pois perdeu seu pudor, o mesmo ocorre quando um homem está desempregado, pois o emprego fornece a eles condições dignas de sobrevivência. O conceito de dignidade propõe que a pessoa não pode ser considerada apenas como um fator produtivo, ideia esta usual nos discursos econômicos liberais. A pessoa não pode ser considerada apenas um mero insumo produtivo, pois insumos não são capazes de adquirir conhecimento e as pessoas sim (BOISIER, 2010, p.18).

Sen (2000) argumenta que o desenvolvimento socioeconômico é um processo que amplia as opções das pessoas, trazendo maior liberdade de expressão e diminuição da violência ao proporcionar a elevação do nível de conhecimento. De acordo com Boisier (2010), ao se definir o índice de desenvolvimento humano, através do trabalho conjunto de Sen (2000) e outros autores, é que se possibilitou quantificar o desenvolvimento em diferentes regiões e países.

E é através desta concepção, enfocando o desenvolvimento dentro de uma abordagem de dignidade, que Sen (2000) apresenta um conceito amplo acerca do desenvolvimento, constituindo um processo integrado de expansão das liberdades substantivas²⁵. Em conjunto, o crescimento econômico, o

²⁵ O autor apresenta dois conceitos: liberdades substantivas e liberdades instrumentais: Liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins, ao passo que as liberdades instrumentais são os meios para atingir aqueles fins. As liberdades individuais dos indivíduos – por exemplo, a capacidade de evitar a fome,

avanço tecnológico e as mudanças no âmbito político, contribuem para a expansão das liberdades humanas, principalmente as que se referem à liberdade da pobreza, dentre outras.

Seers (1970) desvincula em seu trabalho o desenvolvimento de uma abordagem econômica de uma região, considerando-o em um âmbito individual, como condição humana. Atribuindo à alimentação, o emprego e a igualdade como necessidades básicas para a realização do potencial de cada indivíduo.

Uma das dificuldades em se avaliar os impactos de investimentos em educação está no fato de que estes influenciam não apenas as condições de vida daqueles que se educam, mas também geram uma série de externalidades sobre o bem estar de seus familiares. A educação, do ponto de vista particular, tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes. Reduzindo, portanto, o nível de pobreza futuro²⁶.

desnutrição, doenças e a morte prematura, bem como a possibilidade real de se qualificar profissionalmente, dentre outras – constituem a essência mesma do desenvolvimento. Para maiores detalhes sobre estes dois conceitos de liberdade, ver Sen (2000).

²⁶ Uma avaliação dos efeitos particulares da educação pode ser realizada com base em informações transversais comparando-se as condições de vida de pessoas, famílias ou comunidades com níveis educacionais diferentes. Estimativas do impacto particular da educação no Brasil utilizando metodologias deste tipo podem ser encontradas em Barros e Mendonça (1996), que estudam os impactos sobre salários, Barros e Sawyer (1993), que analisam os impactos sobre a mortalidade infantil e Lam e Dureya (1995), que analisam os impactos sobre a fecundidade.

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel dos IF's (Institutos Federais) para a qualificação profissional nos territórios da cidadania catarinenses e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Para tanto, se buscou compreender o papel do Estado no desenvolvimento regional a partir das políticas nacionais de expansão da RFEPCT (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) e do PTC (Programa Territórios da Cidadania); discutir o processo de desenvolvimento regional endógeno nos territórios da cidadania catarinenses através da EPT (Educação Profissional e Tecnológica); e, discutir a dinâmica regional dos territórios da cidadania catarinenses a partir das características socioeconômicas desde a implementação dos IF's.

Quanto à compreensão do papel do Estado no desenvolvimento regional a partir das políticas nacionais de expansão da RFEPCT e do PTC, verifica-se que o estímulo do governo federal para o surgimento e para a consolidação dos IF's nos municípios catarinenses, especialmente nos pertencentes aos territórios da cidadania, tem contribuído para criar uma base mais sólida para o enfrentamento dos problemas regionais. A constituição de novas interações sociais e culturais entre os municípios e os câmpus estimula o dinamismo e reforça a capacitação competitiva e possibilita a geração de empregos.

A discussão a respeito do papel do Estado no desenvolvimento regional está cercada por diferentes aspectos, dentre os quais se podem destacar os impactos de longo prazo, principalmente os associados à teoria do capital humano e os impactos de curto prazo em função dos gastos associados aos IF's, tanto em termos de salários que geram impactos via consumo, bem como em termos da interação entre os câmpus, governo e empresas. Surgindo desta interação conhecimento aplicado ao desenvolvimento de tecnologias que, por sua vez, possuem potencial de impulsionar economicamente uma região.

Foi possível perceber que os processos de implementação dos câmpus no estado de Santa Catarina, ocorreram em fases com objetivos diferentes em cada uma delas. Na primeira fase não foram utilizados critérios elaborados para a escolha dos municípios a serem contemplados. Na segunda fase, o

governo federal buscou alinhar o processo de expansão com o desenvolvimento dos APL's e na terceira fase ocorreu o alinhamento da oferta de EPT nos municípios menos desenvolvidos do G-100 e pertencentes aos territórios da cidadania.

Como se verifica no Capítulo 4, a RFEPCT presente em cinco municípios dos territórios da cidadania catarinenses possui potencial de atendimento em torno de 31% da população total destes territórios. A instalação destes câmpus no período de uma década é também uma relevante política pública de transferência de recursos do Estado para os municípios na forma de salários dos servidores e repasse de custeio para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Somente em salários de servidores, a estimativa é de 23 milhões de reais por ano que podem se tornar importantes fontes de receitas.

Destaca-se que o PTC corresponde a uma política necessária para a conjuntura brasileira na medida em que incentiva a organização das entidades sociais. Ao interiorizar e democratizar o acesso a direitos básicos à população que historicamente encontram-se desatendidos pelo Estado. Para as realidades pontuais desta pesquisa, o PTC trouxe benefícios através da implementação dos câmpus da RFEPCT.

Em consonância também com o primeiro dos objetivos específicos desse estudo, verifica-se que as diferentes estratégias adotadas pelo Estado possuem potencial endógeno, pois remetem o debate para a importância da região como sujeito neste processo e não apenas como objeto, apropriando-se do conceito de Boisier (2001) de desenvolvimento endógeno, abrangendo desde questões econômicas como sociais e políticas, além de envolver elementos exógenos no processo de desenvolvimento regional.

Destacam-se as iniciativas dos câmpus em promover o desenvolvimento regional endógeno a partir das audiências públicas para a definição dos cursos a serem ofertados para a comunidade. Pois reconhecer a comunidade regional como agente inserido no planejamento é incluir, além dos aspectos econômicos, os aspectos políticos e sociais. Boisier (1989) afirma que é justamente nesta característica, a da ação participativa, que se encontra o elemento central para o desenvolvimento. A participação de diferentes grupos

representativos das forças sociais da região no processo de planejamento é marca de um dos elementos fundamentais do desenvolvimento regional endógeno.

Porém, o alcance da contribuição dos câmpus pertencentes à RFEPCT depende da sua articulação com os demais municípios, principalmente os mais próximos, das garantias de condições e estímulo ao acesso, permanência e êxito de seus alunos.

Desta forma, ao discutir o processo de desenvolvimento regional endógeno nos territórios da cidadania catarinenses através da EPT, foi possível verificar que os IF's presentes nos territórios da cidadania catarinenses oferecem condições para as comunidades locais e regionais se fortalecerem através do aumento do nível de qualificação profissional. Pesquisas mostram que instituições fortalecidas, integradas com a região e promotoras do desenvolvimento humano através da melhora ao acesso da população à educação contribuem significativamente para o desenvolvimento endógeno (NORTH, 1990; BOISIER, 2004; ROMER, 1990; LUCAS, 1988). Desta forma, recomenda-se que, na medida do possível, os câmpus promovam a discussão permanente dos problemas regionais e incentivem a participação da comunidade local nas ações públicas relacionadas com o desenvolvimento.

Apesar do curto período de análise, em função do pouco tempo decorrido desde o início do processo de expansão, observam-se resultados positivos em termos de inclusão social. A partir dos dados observados nos Relatórios de Gestão dos IF's e do questionário aplicado aos egressos pode-se afirmar que os câmpus analisados têm ampliado as oportunidades de qualificação profissional dos municípios e região, principalmente para estudantes de famílias com menor renda. Estas oportunidades, em conjunto com políticas de geração de emprego e de renda, possuem potencial para criar opções aos estudantes e comunidade que podem ir além da necessária inserção ao mercado de trabalho. Através da devida articulação das políticas de educação profissional e tecnológica e de trabalho pode-se ampliar, dentre outras variáveis, a questão social, essencial para superar a segmentação produzida pelas forças de mercado.

Ao serem chamados para promover a inclusão social, estreitando laços com a comunidade e com o setor produtivo, os IF's passam a desempenhar mais uma função, além da formação de mão de obra para o mercado de trabalho e de massa crítica: envolverem-se em atividades empreendedoras e fomentar benefícios sociais. Estudos futuros devem considerar os impactos dos estudantes sobre a economia local com gastos em moradia, educação e outros que movem as economias locais, uma vez que a tendência é o aumento do número de matrículas nos câmpus observados, conforme observado neste trabalho (Tabela 2).

Em relação ao cumprimento do outro objetivo específico da pesquisa, procurou-se discutir a dinâmica regional dos territórios da cidadania catarinenses a partir das características socioeconômicas desde a implementação dos IF's.

Partindo-se da premissa de que a EPT influencia indiretamente o PIB per capita e considerando-se os resultados para os municípios com câmpus da RFEPCT, os dados verificados apontaram que houve uma evolução ao se considerar cada município isoladamente e em relação aos municípios limítrofes. No entanto, para o câmpus situado em São Bento do Sul, a evolução do PIB per capita, considerando os resultados em relação aos municípios limítrofes, apresentou o menor valor.

Observando os valores da evolução no número de admissões ao trabalho dos municípios com câmpus da RFEPCT e comparando-os com os demais valores para os municípios limítrofes, verifica-se que os municípios de Canoinhas e Xanxerê apresentam as menores evoluções. Pode-se atribuir estes resultados aos APL's locais no que se refere a graus de desenvolvimento, de integração da cadeia produtiva e da articulação e interação entre os agentes e instituições locais. Pois as características de cada localidade são, como descrito no objetivo específico, dinâmicas e moldam-se de acordo com as variáveis intrínsecas de cada período e localidade. Destaca-se que a preocupação do governo federal em ampliar a sintonia com os APL's e a RFEPCT ocorreu na segunda fase do processo de expansão (de 2008 a 2012). O câmpus do IFC em São Bento do Sul iniciou suas atividades no ano

de 2016 e o câmpus do IFC em Luzerna iniciou suas atividades em 2010, via federalização de uma escola técnica existente no local.

Ao analisar o comportamento dos dados socioeconômicos dos municípios atendidos pelos câmpus da RFEPCT e a sua dinâmica no período temporal desta pesquisa, obtêm-se outra perspectiva das realidades locais. Apesar de alguns autores criticarem o uso do PIB per capita como indicador chave para o desenvolvimento pelo fato de ser um instrumento relativamente simples de medição do bem estar e desempenhar, muitas vezes, uma função básica entre os agentes econômicos, políticos e sociais tomadores de decisão, considera-se neste trabalho sua importância em função de representar um indicador estratégico das políticas locais e regionais de desenvolvimento. Pois parte-se do pressuposto de que, havendo a necessidade de serem produzidos mais bens e serviços para satisfazer às necessidades locais e regionais, estes objetivos somente serão atingidos através de ações integradas entre os agentes locais (sendo a EPT um deles) e não apenas com a distribuição destes.

Para os valores de PIB per capita dos municípios com câmpus, observou-se, dentro dos valores de ponta a ponta, uma evolução positiva, característica também observada para a maioria dos municípios dos territórios da cidadania.

Porém, ao comparar os valores com os municípios limítrofes, observa-se que os municípios de Abelardo Luz, Canoinhas, Luzerna e São Bento do Sul possuem características econômicas semelhantes, com relação às posições que ocupam em função dos seus valores de PIB per capita. Pode-se inferir que representam economias em crescimento e que tendem a se tornar polos de desenvolvimento microrregional com o tempo.

O estudo ainda permitiu responder à seguinte pergunta norteadora: **Qual o papel dos IF's no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina?**

Para contribuir com a resposta a esta pergunta, é necessário lembrar que a EPT, através dos IF's foi criada para atuar justamente no desenvolvimento regional e local sob a perspectiva da construção da cidadania, de acordo com o MEC (2008). O presente estudo limitou-se a verificar somente

a questão regional nos territórios da cidadania catarinenses em função da disponibilidade de dados e de indicadores que se considerou serem relevantes para a área da EPT. Neste sentido, optou-se por uma análise macro tanto com relação aos aspectos regionais quanto a EPT.

Embora tenham sido apresentadas evidências de que exista, percebeu-se através do presente estudo a necessidade de desmistificar uma suposta relação direta entre a EPT e o desenvolvimento regional endógeno. Pois a relação: município com câmpus e desenvolvimento não se aplica em todos os casos, conforme observado. A relação somente é observada quando analisada e comparada com a oferta de cursos por setores produtivos.

Desta forma, o papel dos IF's no desenvolvimento regional dos territórios da cidadania em Santa Catarina mostrou-se como sendo o de articuladores do processo, por possuírem uma conexão com a região em que estão instalados. Além disso, é importante que esta ligação se fortaleça com novos mecanismos de interação com o sistema produtivo. Pois ao estabelecer laços cada vez mais fortes, tornam-se importantes parceiros do desenvolvimento regional, particularmente pela identificação de estudos e projetos que tenham significado para a região em que estão inseridos.

A ideia da teoria do Capital Humano de que este seja uma quantidade ou um grau de educação e de qualificação profissional, percebido como indicativo a um determinado volume de conhecimentos e habilidades desenvolvidas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e produção tem seu contraponto à medida que a EPT cumpre seu papel enquanto política pública e devidamente articulada com um macro projeto social. Reconhecê-la como tal é um direito subjetivo de todo cidadão e as interações com as políticas de desenvolvimento regional e de geração de emprego e renda trazem benefícios não somente para este, em termos de inclusão social e inserção econômica, mas também para a comunidade local e regional.

Assim, com relação à hipótese formulada no início do estudo de que os novos câmpus da RFEPCT são capazes de desempenhar seu papel, contribuindo para o desenvolvimento regional dos territórios da cidadania catarinenses, através da promoção da EPT articulada com os arranjos

produtivos locais, mostrou-se verdadeira dentro da concepção apresentada para o seu papel.

As temáticas propostas neste estudo não foram exauridas e se espera que este trabalho contribua para a reflexão sobre o papel dos IF's nos demais territórios da cidadania brasileiros e se desdobre em novas temáticas.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, Públio. **O Brasil na Nova Ordem Mundial**. 2008. Disponível em: <http://www.pathayde.multiply.com/journal/item/6>. Acesso em: 03/08/2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em 3 de setembro de 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Educação técnica e formação profissional**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1992.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão nº 630. IPEA, 1999.
- BARROS, R.P. de, MENDONÇA, R. **Salário e educação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BARROS, R.P. de, SAWYER, D. **Unequal opportunity to survive, education and regional disparities in Brazil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- BATISTA, W. B. **Empregabilidade e Educação Continuada**. 2000. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2000_E0033.pdf. Acesso em: 03/08/2017.
- BATISTA, P. N. **Pensando o Brasil: ensaios e palestras. O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BAYER, F.F.A. **O Capital Humano e a Economia do Conhecimento – o caso da federalização da Universidade Regional de Blumenau**. Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis. 2011.
- BECKER, Gary. **Entrevistas em EXAME**. Rio de Janeiro, edição 649, p. 22-25, Nov. 1997.
- BECKER, Gary. **Human Capital**. National Bureau of Economic Research. New York, 1964.
- BIRKINSHAW, M. J. **The Sources os Management Innovation: When Firms Introduce New Management Practices**. *Journal of business research*. v. 62, n.12, p. 1269-1280. 2009.
- BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.
- BOISIER, S. **Polos de desarrollo, hipotesis y políticas**. Estudio de Bolivia, Chile y Peru, UNRISD, Naciones Unidas, Ginebra, 1972.
- BOISIER, S. **Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional**. In: HADDAD, P.R. et al. *Economia Regional (teorias e métodos de análise)*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A, 1988.
- BOISIER, S. **Centralización y descentralización territorial em el proceso decisório del sector publico**. ILPES/CEPAL, Doc. CPRD 95, 1995.

BOISIER, S. **Em busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a Caixa Preta e o Projeto Político**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n.13, 1996.

BOISIER, S. **Desarrollo (local): ¿de que estamos hablando?** In Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. MADOERY, O. VAZQUEZ, A. B. (orgs.) Ed. Homo Sapiens, Rosario, 2001.

BOISIER, S. **Desarrollo endógeno, ¿Para qué?, ¿Para quién?)El humanismo em uma intepretación contemporânea desl desarrollo)**. Universidad Católica de Chile, 2004.

BOISIER, S. **Descodificando el desarrollo Del siglo XXI: Subjetividad, complejidad, sinapsis, sinergia, recursividad, liderazgo y anclaje territorial**. In Semestre Econômico, v. 13, n. 27, p. 22-27. Universidad de Medellin, 2010.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008.

BRASIL, Ministério de Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Bases estatísticas RAIS/CAGED**. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/index.asp>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394 de 1996**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica. Painel de Controle do MEC – Câmpus dos Institutos Federais**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>. Acesso em 30 de agosto de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica-Exercício 2016**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77151-relatorio-indicadores-da-rede-federal-2016-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 de abril de 2018.

BRASIL, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em 27 de agosto de 2016.

BRASIL, TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2015**. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em:<
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicais2010/default.shtm. Acesso em: 7 de Jul. 2017.

BRASIL. PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da cidadania**. Disponível em:<
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 10 Jul. 2017. Brasília, DF, 23 mar. 2009a. Seção 1, p. 1.

BRONFENBRENNER, U. **Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models**. Em S.L. Friedman e T.D. Wachs (Orgs.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (p.3-28). Washington, DC: American Psychological Association. 1999.

BUARQUE, S. C.; BEZERRA, L. **Projeto de Desenvolvimento Municipal Sustentável – bases referenciais**. Projeto Áridas, dez. 2004.

CABUGUEIRA, A. C. M. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: Análise de alguns aspectos de política econômica regional**. *Revis: Gestão e Desenvolvimento*, n. 9, p. 103-136, 2000.

CAZELLA, Ademir A. et al. **Iniciativas Intermunicipais de Desenvolvimento: Análise de Experiências no Estado de Santa Catarina**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLI, Ribeirão Preto, 2013. Anais... Brasília: SOBER, 2013. 1 CD-Rom.

CHIAVENATTO, I. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: Como Incrementar Talentos na Empresa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional Brasileira**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. 2005. Disponível em:
http://www.tupi.isica.ufmg.br/michel/docs/meus_textos/educa%C3%A7%C3%A3o%20tecnologia.pdf. Acesso em 5 de janeiro de 2018.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Proposições para a Educação Profissional**. Brasília, 2014.

DRUCKER, P. **Technology, management and society; essays, 1970**. Nova York: Harper & Row, 1970.

ERBER, F. S. **Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito**. *Revista Nova Economia*, v. 18, n. 1, p. 11-32, jan/abr 2008.

ESCALFONI, R.; BRAGANHOLLO, V. BORGES, R. S. **A Method for Capturing Innovation Features using Group Storytelling. Expert Systems with Applications**. Rio de Janeiro, p. 1148-1159, v. 38, n. 2, 2011.

FERES, M.M. **O Pronatec e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. In: SILVA, J. G. *A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas Implicações Socioespaciais no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 2017. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buanain (Editor). Editora da UNICAMP, 2005.

FERREIRA, F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Rio de Janeiro: PUC-Rio, fev.2000 (Texto para discussão, n. 415).

FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados. 2015**. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVSR016a3pPQT09>> . Acesso em 30 de agosto de 2016.

FIORI, J. L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1999.

FRIEDMAN, J. WEAVER, C. **Territorio y funcion: La evolucion de La planificacion regional**. Instituto de Estudios de Administracion Local. Madrid. 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ªed.: Cortez. São Paulo. 1993.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Site oficial. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/>. Acesso em 10 de abril de 2018.

HADDAD, F. **Entrevista concedida à Empresa de Comunicação Brasileira sobre o plano de expansão 3**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com/>. Acesso em 20 de julho de 2018.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados. 2014**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2016.

IFC - Instituto Federal Catarinense. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Blumenau. 2016.

IFC. **Dados dos estudantes**. Blumenau. 2016.

IFC. **Relatório de Gestão 2015 do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau. 2015.

IFC. **Relatório de Gestão 2009 do Instituto Federal Catarinense**. Blumenau. 2009.

IFC. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação**. Blumenau. 2015. IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina. Relatório de pesquisa com egressos. Florianópolis. 2017.

IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Guia de Cursos**. Florianópolis. 2015.

- IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Florianópolis. 2015.
- IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Anuário Estatístico**. Florianópolis. 2015.
- IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Relatório de Gestão 2015**. Florianópolis. 2015.
- IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Relatório de Gestão 2016**. Florianópolis. 2016.
- IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação**. Florianópolis. 2015.
- JOVANE, F.; YOSHIKAWA, H.; ALTING, L.; BOER, C. R.; WESRKAMPER, E.; WILLIAMS, D.; TSENG, M.; SELIGER, G.; PACI, A. M. **The incoming global technological and industrial revolution towards competitive sustainable manufacturing**. CIRP Annals - Manufacturing Technology, Milan, Italy, p. 641-659, v.57, n.2, 2008.
- JUNQUEIRA, L. A. P. **Descentralização e Intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal**. Revista Gestão e Produção, v. 32, n. 2, 2013.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU-EDUSP, 1996.
- KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 85, p. 98-108, 2005.
- KUENZER, Acácia. **Ensino de 2º grau: O Trabalho como Princípio Educativo**. 3ª Ed. São Paulo Cortez, 1997.
- LAM, D., DURYEYEA, S. **Effects of schooling on fertility, labor supply, and investment in children, with evidence from Brazil**. Michigan: University of Michigan, Department Economy Population Studies Center, 1995, 39p.
- LEITE, Sérgio P., ZIMMERMANN, Silvia A., CAZELLA, Ademir A. **A gestão do programa territórios da cidadania no Brasil: Análise das ações e políticas implementadas**. Revista Perspectivas Rurales., n. 22, p. 71-107, 2013.
- LIMA, Juciara K. M. **A Educação Profissional e Tecnológica e o Desenvolvimento Regional**. Dissertação(Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia). 2014, UFSE.
- LUCAS, R.E. Jr. **On the mechanics of economic development**. Journal of Monetary Economics. Vol. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.
- LUNDEVALL, B.A. **The university in the learning economy**. DRUID working paper. Vol 6, n.2, 2002. Aalborg University.
- MACHADO, Lucília R. de S. **Educação e Divisão Social do Trabalho: Contribuição para o Estudo do Ensino Técnico Industrial Brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- MAIA, Gomes, G. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria. 1993.
- MARGINSON, Simon. **Human Capital Theory. In: Education and Public Policy in Australia**. Cambridge: Cambridge University Press. P. 31-54, 1993.
- MARIOTTO, F. **Mobilizando Estratégias Emergentes**. Revista da Administração de Empresas, v.43, n. 2, p. 78-93, 2003.
- MARQUES, R. **Professores, família e projeto educativo**. Porto, Portugal: Asa Editores. 2001.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MATOS, A. J. F. **O ordenamento do território nos modelos de desenvolvimento regional**. In emprego e desenvolvimento regional, atas do V encontro nacional da associação portuguesa para o desenvolvimento regional, v. 2, p. 1151-1167, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MILONE, Paulo César. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MINCER, Jacob. **Schooling, Experience, and Earnings. HUMAN BEHAVIOR & SOCIAL INSTITUTIONS**. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.
- MINCER, Jacob. Economic Development, Growth of Human Capital and the Dynamics of the Wage Structure. **Journal of economics growth**, v.1, p. 29-48, mar.1995.
- MIRESKI, Maria C., OLIVEIRA, L. Z., TECCHIO, A., CAZELLA, A. A. **Programa Territórios d Cidadania: Análise do Relatório de Execução dos Territórios Meio Oeste Contestado e Planalto Norte**. 2º SNPD. UDESC. Florianópolis. 2014.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOURA, Emanuel A. **Inserção dos Institutos Federais e o Desenvolvimento Local: um estudo de caso de Laranjal do Jari - AP. 51f**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. Londres: Duckworth. 1957.
- NELSON, R.; PHELPS, E. **Investment in humans, technological diffusion and economic growth**. American Economic Review: Papers and Proceedings, p.69-75, 1996.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- OCDE. **Relatório Econômico Brasil**. Disponível em <https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2018.
- OCDE. **Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades**. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/ca/corporatedgovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2018.
- OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, mai/ago. 2002.
- OLIVEIRA, G. B. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, mai/dez.2003.
- PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 1ª Ed. Brasília. Editora Moderna. 2011.
- PEREIRA, L.C. B. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismo de controle**. Brasília: Ministério da Administração e Reformas do Estado, 1997.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Herter. 1967
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 2015.
- REIS, P. **Desenvolvimento local: O binômio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local**. Revista Exedra, n.6, 2012.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- ROLIM, C. SERRA, M. **Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: O caso da região norte do Paraná**. Revista de Economia, v. 35, n.3, p.87-102. Editora UFPR, 2009.
- ROMER, P. **Endogeneous technological change**. The Journal of Political Economy. Vol. 18, n. 5, p. 71-102, 1990.
- ROUSSEFF, D. V. **Entrevista concedida à Empresa Brasileira de Comunicação sobre o plano de expansão 3**. Brasília, 2011. Disponível em <https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com/>. Acesso em 20 de julho de 2018.
- RUFINI, S. E. **Caracterização do sistema de ciência e tecnologia do estado do Paraná**. In: RAIHER, A. P. As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná. Paraná: editora da UEPG, p. 13-20, 2015.
- SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital**. 2 Ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAMUELSON, P. A., NORDHAUS, W. D. **Economia**. 12 ed. McGraw Hill, Lisboa, 1988.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2010.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHULTZ, Theodore. **Investment in Human Capital**. The American Economic Review, p. 1-17, 1961.

SEERS, D. **The meaning of development**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.5-50, jul./set. 1970.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras. 2000.

SILVA, J. G. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas Implicações Socioespaciais no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2017. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Leonardo T. **Política de Educação e Território: A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas Escalas de Ação**. Anais... Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

SOUZA, Heron Ferreira; XAVIER, A. de S. **Desenvolvimento, territorialidade e sustentabilidade: análise propositiva à dinâmica territorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Anais... Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010.

SOUZA, Lisandra Amaral. **Projeto Neoliberal de Educação: Os Reflexos da Violência Econômica**. Anais... São Paulo: UNESP, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, J. **Educação e qualificação profissional como determinantes de inserção no mercado de trabalho brasileiro**. In: Encontro Regional de Economia ANPEC Sul, Curitiba, 2008.

SPOSATI, A. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil**. XII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 – 7 nov. 2008.

STÖHR, W. TAYLOR, D. R. F. **Development from above or below? The dialectics of regional planning in development countries**. Londres: Wiley and Sons, 1981.

TEIXEIRA, P. **Jacob Mincer: A Founding Father for Modern Labor Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

UL HAQ, Mahbub. **Reflections on human development**. Oxford University Press, 1995.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, 2005. 120p.

VALIENTE, O. **The OECD skills strategy and the education agenda for development.** International Journal of Educational Development, vol. 9, p. 40-48, 2014.

VIANA , G.; LIMA, J.F. de. **Capital Humano e Crescimento Econômico.** Revista Interações, v.11, n.2, p. 137-148, 2010.

VOUTSA, M. E., BOROVAS, G., FOTOPOULOS, NIKOS. **The Role of the Bretton Woods institutions in forming and spreading education policies.** Procedia Economics and Finance, vol.9, p. 83-97, 2014.

WHITTINGTON, R. **Completing a Practice Turn in Strategy Research.** Organization Studies. vol. 27, n. 1; p. 613-634. 2006.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON LINE PARA OS EGRESSOS

1. Em qual câmpus do IFSC/IFC você concluiu seu curso: _____
2. Ano de conclusão: _____
3. Que tipo de curso você concluiu no IFSC/IFC:
 - a() FIC – qualificação profissional. Qual? _____
 - b() Ensino médio
 - c() Técnico. Qual? _____
 - d() Superior em tecnologia. Qual? _____
 - e() Bacharelado. Qual? _____
 - e() Licenciatura. Qual? _____
 - f() Especialização – lato sensu. Qual? _____
 - g() Mestrado profissional. Qual? _____
4. Por que você decidiu fazer este curso:
 - a() Por ser gratuito
 - b() Porque tinha perspectiva de mudar de trabalho e/ou receber aumento salarial
 - c() Para empreender na área escolhida, abrir negócio próprio
 - d() Para ampliar as oportunidades de colocação no mercado de trabalho
 - e() Porque tinha interesse em trazer melhoria no desempenho de meu trabalho (mais produtividade, desenvolver novas técnicas ou tecnologias, etc.)
5. Você trabalha na área em que se formou no IFSC/IFC:
 - a() Sim. Onde? _____
 - b() Não. Com o que trabalha? _____
 - c() Estou desempregado(a). Seu último emprego foi em que área? _____

6. Após concluir o curso:
- a() Segui trabalhando na mesma colocação
 - b() Segui trabalhando e recebi uma promoção
 - c() Segui trabalhando, mas troquei de empresa e de nível salarial
 - d() Estava desempregado e conquistei uma vaga de emprego
 - e() Empreendi e me tornei proprietário
 - f() Não busquei emprego porque meus objetivos com o curso eram outros. Quais? _____
7. Onde está localizado o seu trabalho atual:
- a() No próprio município onde realizei o curso do IFSC/IFC
 - b() Em município vizinho ao que realizei o curso do IFSC/IFC
 - c() Fora da região onde realizei o curso do IFSC/IFC, mas dentro de Santa Catarina
 - d() Fora de Santa Catarina, mas no sul do país
 - e() Fora da região sul do país
 - f() Em outro país
 - g() Não estou trabalhando no momento
8. Como você avalia a exigência do mercado quanto a sua capacitação profissional:
- a() Inferior a recebida no IFSC/IFC
 - b() Compatível a recebida no IFSC/IFC
 - c() Superior a recebida no IFSC/IFC
 - d() Não sei responder ou prefiro não responder
9. No geral, como você avalia o ensino oferecido pelo IFSC/IFC:
Notas de 1 a 10, sendo 1 para ruim e 10 para excelente
10. Você participou de atividades de extensão no IFSC/IFC:
- a() Sim. Qual(uais)? _____
 - b() Não. Por que? _____
 - c() Não sei

11. Você participou de atividades de pesquisa no IFSC/IFC:

a () Sim. Qual(quais)? _____

b () Não. Por que? _____

c () Não sei

12. A formação profissional no IFSC/IFC te proporcionou: (indicar 1 como menos importante e 5 como mais importante e 0 se não se aplica)

a () Maior expectativa de empregabilidade

b () Menor risco de desemprego

c () Expectativa de ter um salário maior

d () Maior participação na comunidade

e () Maior satisfação no trabalho ou emprego

f () Menor possibilidade de se envolver com criminalidade

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO *ON LINE* PARA OS SETORES DE RECURSOS HUMANOS
DAS EMPRESAS LOCAIS**

I. Dados Gerais:

1. Nome da Empresa: _____

2. Setor:

a() Serviços

b() Comércio

c() Indústria

d() Extração mineral

e() Produção agrícola

3. Número de colaboradores: _____

II. Sobre o(s) profissional(is) formado(s) pelo IFSC/IFC que trabalha(m) na empresa:

4. Especifique a quantidade média de colaboradores(as) por nível(is) de qualificação profissional:

a() FIC – qualificação profissional: _____

b() Ensino médio: _____

c() Técnico: _____

d() Superior em tecnologia: _____

e() Bacharelado: _____

e() Licenciatura: _____

f() Especialização – lato sensu: _____

g() Mestrado profissional: _____

5. Quais as funções desempenhadas pelo(s) profissional(is) contratados:
- a() Produção/Manutenção
 - b() Supervisão
 - c() Gerência
 - d() Pesquisa&Desenvolvimento
 - e() Vendas
 - f() Outra:_____
6. O IFSC/IFC está atendendo a demanda de mão de obra qualificada que a empresa necessita?
- a() Sim, plenamente. Como?_____
 - b() Sim, parcialmente. Por que?_____
 - c() Não. Por que?_____
7. O IFSC/IFC mantém contato com a empresa para acompanhar o desenvolvimento de seus egressos?
- a() Sim, regularmente
 - b() Sim, esporadicamente. Como?
 - c() Não
8. Que tipo(s) de benefício(s) os egressos trouxeram para a empresa?
- a() Redução de custos
 - b() Desenvolvimento de novos produtos
 - c() Melhorias de processos
 - d() Aumento nas vendas
 - e() Maior lucro